

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

Diretor: Reitor MURILO GUIMARÃES
Diretor-Assistente: Prof. NEWTON SUCUPIRA
Secretário: Prof. CÉSAR LEAL

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. *Aluizio Bezerra Coutinho*
Prof. *Cecília Maria Domenica Sanioto Di Lascio*
Prof. *Evaldo Bezerra Coutinho*
Prof. *Francisco de Albuquerque Barbosa*
Prof. *Guilherme de Albuquerque Martins*
Prof. *José Cavalcanti de Sá Barreto*
Prof. *Gilberto Osório de Andrade*
Prof. *Luiz Ferreyra dos Santos*
Prof. *Lourival Vilanova*
Prof. *Arnaldo Barbalho*
Prof. *Maria do Carmo Tavares de Miranda*
Prof. *José Lourenço de Lima*

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Prof. *Luiz Delgado*
Prof. *Gláucio Veiga*
Prof. *Nilo Pereira*

Estudos universitários; revista de cultura [da] Universidade Federal de Pernambuco | v. | -1- jul./set.— , 1962— Recife, Universidade Federal de Pernambuco | Imprensa Universitária | 1962—

v. em trimestral

De jul. 1962 até agô. 1964 foi publicada sob o título Estudos universitários; revista de cultura da Universidade [do] Recife.

Diretor: 1962-agô. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. 1964-set.

Murilo Humberto de Barros Guimarães e Newton Sucupira.

1. Educação superior — periódicos. I. Título.

373.5 (CDD 16. ed.)

373.4 (813.41) (05) CDU

U.F.Pe.

SD-BC 62-1278/rev.

Livros, cartas e pedidos de assinatura devem ser enviados para:
ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS —
Rua Gervásio Pires, 674 —
Recife — Pernambuco — Brasil

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

ENSAIOS

Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação — <i>Newton Sucupira</i>	5
Prefácio à Tradução Italiana de “Ordem e Progresso” — <i>Gilberto Freyre</i>	31
Um Rei Constitucional — <i>Luiz Delgado</i>	43
A Vida no Universo — <i>Aluizio Bezerra Coutinho</i>	61
A Poesia de Manuel Bandeira: Seu Revestimento Ideológico e Formal — <i>Leônidas Câmara</i>	73
Ramón Menéndez Pidal: Filósofo e Humanista — <i>Romeu Peréa</i>	99
Novas Tendências do Romance e da Poesia Alemães — <i>Curt Meyer-Clason</i>	111
Perspectiva Histórica da Crítica Literária no Brasil — <i>César Leal</i>	135

ESTUDOS

Métodos Áudio-Visuais como Subsídio ao Ensino da História — <i>Norman O. Harris e Hélio B. Coutinho</i>	147
---	-----

LIVROS

Três Noites no Sobrado (Contos) — <i>José Rodrigues de Paiva</i>	1
<i>O aviso de Jocondia</i>	17
<i>Sonhos no pvardio</i>	27
<i>O passaro de asas estadas</i>	35
<i>Il est nabe. la an ambeer</i>	41

COLABORADORES

NEWTON SUCUPIRA

Professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, membro do Conselho Federal de Educação, Diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Pró-Reitor para Assuntos Acadêmicos da mesma Universidade.

GILBERTO FREYRE

Escritor, sociólogo-antropólogo, Doutor *Honoris Causa*, pelas Universidades de Columbia, Sussex, Coimbra e Paris (Sorbonne).

LUIZ DELGADO

Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco, Presidente da Academia Pernambucana de Letras, crítico e poeta.

ALUÍZIO BEZERRA COUTINHO

Professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, biólogo, autor de numerosos ensaios científicos e literários.

LEÔNIDAS CÂMARA

Professor de Teoria de Literatura da Universidade Católica de Pernambuco, crítico literário, professor de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia do Recife.

ROMEU PERÉA

Professor titular de Literatura Espanhola da Universidade Federal de Pernambuco, autor de numerosos ensaios sobre temas literários e filosóficos, sacerdote.

CURT MEYER-CLASON

Escritor alemão, tradutor de numerosas obras de escritores brasileiros contemporâneos, conferencista, crítico literário.

CÉSAR LEAL

Poeta e crítico de poesia, autor dos livros *Invenções da menor*, *Romance do Pantaju*, *Triunfo das águas* e de *Os Cavaleiros de Júpiter*. Professor de Teoria da Literatura da Universidade Federal de Pernambuco.

NORMAN O. HARRIS

Histoquímico, professor da Universidade de Pôrto Rico, tem participado de estudos e pesquisas sobre novos métodos para o ensino da Histologia em cooperação com professôres da Universidade Federal de Pernambuco.

HÉLIO COUTINHO

Biólogo, histoquímico, professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, tem colaborado em revistas científicas inglesas e norte-americanas.

JOSÉ RODRIGUES DE PAIVA

Poeta e contista da novíssima geração de escritores pernambucanos.

73
Realidade e o pessoal
69
79
Visões noturnas
A fuga

Fantasmagoria - 47
A decisão - 53
O retrato - 59
- 65

Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação

NEWTON SUCUPIRA

INTRODUÇÃO

Com a atual reforma das estruturas universitárias encerra-se o que poderia chamar-se o ciclo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida como instituição destinada a conferir "um caráter pròpriamente universitário" ao conjunto de faculdades profissionais reunidas em Universidade. Em seu lugar, surge agora um conjunto de institutos que deve concentrar todos os estudos básicos dentro da Universidade. Das diferentes áreas do saber que constituíam o acervo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras resta, ainda, a Seção de Pedagogia que, por sua natureza e objetivos, será transformada numa unidade do sistema profissional, isto é, a Faculdade de Educação.⁽¹⁾ Assim, o desdobramento das faculdades de filosofia em unidades que vão compor o sistema comum de ensino e pesquisa básicos e a criação das faculdades de educação constituem inovações importantes trazidas pela reestruturação das universidades brasileiras.

Para alguns nostálgicos da unidade do saber, a Faculdade de Filosofia representa, ainda, a solução mais adequada para assegurar, no plano institucional, aquela unidade que se afigura irremediavelmente perdida, pelo menos na perspectiva da concepção tradicional. Bastaria corrigir certas falhas de estrutura e organização para que a Faculdade de Filosofia ressurgisse como núcleo integrador da universidade, sobre o qual assentariam os posteriores desenvolvimentos do saber puro e aplicado. Outros, no entanto, consideram definitivamente ultrapassada a Faculdade de Filosofia, tanto pela inconveniência de reunir sob

o mesmo teto campos do saber tão heterogêneos como pela impossibilidade de conciliar tarefas simultâneas de preparação de docentes da escola média e de formação de pesquisadores. No presente estudo nos propomos analisar do ponto de vista histórico, alguns aspectos do problema das faculdades de filosofia, principalmente no que concerne à criação das faculdades de educação.

*A Reforma Francisco Campos e a Faculdade de Educação,
Ciências e Letras*

A idéia da Faculdade de Educação, no Brasil, não é recente. Com êste nome foi primeiramente designada a instituição multifuncional que logo depois, receberia o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Sem pretensão de fazer história, recordemos que, em 1931, o Ministro da Educação Francisco Campos, ao organizar a universidade brasileira em novas bases,⁽²⁾ e julgando indispensável proporcionar “temas autenticamente universitários” à Universidade do Rio de Janeiro, incorporou “à sua estrutura reduzida ao esqueleto do ensino profissional”, além da Escola de Belas Artes e do Instituto Nacional de Música, uma nova entidade, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras: “Esta última, particularmente” — explicava o Ministro em sua exposição de motivos, — “pela alta função que exerce na vida cultural, é que dá, de modo mais acentuado, ao conjunto de Institutos reunidos em Universidade, o caráter propriamente universitário permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores da cultura, que à Universidade conferem o caráter e atributo que a definem e individualizam, isto é, a universalidade”. No entanto, reconhecendo “que nos povos em formação, como o nosso, a alta cultura não pode ser organizada de uma vez, integralmente e de maneira exclusiva”, foi-lhe também atribuída uma tarefa profissional: a de formar professores da escola secundária. Daí o caráter misto da nova instituição. Reconhecia-se, dêste modo, implicitamente, que em face de uma tradição de ensino superior profissional onde prevalecia a idéia de que a tãda escola superior deveria corresponder sempre uma

especialidade técnica objetivada em termos de profissão liberal, seria prematura a criação de uma faculdade unicamente destinada à pesquisa científica pura. “Ao lado de órgão de alta cultura ou de ciência desinteressada”, esclarecia o Ministro Francisco Campos, “ela deverá ser antes de tudo e eminentemente, um Instituto de Educação, em cujas divisões se encontrem todos os elementos próprios e indispensáveis a formar o nosso campo de professores, particularmente os de ensino secundário, porque dêles, de modo próximo e imediato, depende a possibilidade de se desenvolver, em extensão e profundidade, o organismo, ainda rudimentar, de nossa cultura”. No entanto, apesar dêsse objetivo pragmático, a Faculdade de Educação deveria prolongar sua atividade normal muito além de sua função didática, para tornar-se, dentro da Universidade, o centro de investigação científica desinteressada e dos altos estudos literários.

Não obstante o nome e a ênfase dada à missão propriamente educacional, tratava-se como se vê, de uma instituição plurifuncional em tudo idêntica às Faculdades de Filosofia que, pouco depois, haviam de ser instituídas. Com efeito, a lei conferia à Faculdade de Educação, Ciências e Letras, as seguintes finalidades:⁽³⁾ 1) ampliar a cultura no domínio das ciências puras; 2) promover e facilitar a prática de investigações originais; 3) desenvolver e especializar conhecimentos necessários ao exercício do magistério; 4) sistematizar e aperfeiçoar, enfim, a educação técnica e científica para o desempenho profícuo de diversas atividades nacionais. Tais objetivos, em substância, seriam os mesmos atribuídos à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, pelo decreto que a organizou; a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas finalidades culturais de ordem desinteressada ou técnica; b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário, normal e superior; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituem objeto de seu ensino.

Convém lembrar que o nôvo instituto apresentava uma organização didática, sob vários aspectos, diferente das clássicas faculdades profissionais. Era instituído, ao lado do tradicional regime de séries, o sistema denominado de cursos avulsos,

em que o aluno poderia concluir os estudos, numa duração prevista, reunindo o número de certificados nas disciplinas necessárias à obtenção do grau. Ao contrário do que ocorria com as outras faculdades, a lei não enumerava disciplinas nem fixava currículos, limitando-se a indicar as licenciaturas que poderiam ser conferidas. O licenciado nas demais seções da Faculdade (Ciências e Letras) para ter o direito de lecionar as respectivas disciplinas nos cursos secundários, deveria antes obter os certificados que fôssem exigidos na Seção de Educação.

Certamente a solução proposta pela Reforma Francisco Campos estava longe de ser o ideal. Acusam sua *Organização Universitária Brasileira* de se tornar ineficaz como instrumento de renovação. Segundo observa o Professor Valmir Chagas, “ao incluir a nova escola entre as quatro mais importantes de que três deveriam sempre existir, não tornava obrigatória a sua criação e, em consequência, apenas facultava a unificação dos estudos se assim o permitissem os estabelecimentos profissionais do antigo sistema que contra ela precisamente se rebelaram.”⁽⁴⁾ Em seu entender era uma solução contraditória a tentativa de procurar “transcender o limite do interesse profissional” através de uma escola “antes de tudo e eminentemente” profissionalizante. Não cremos que o caráter misto da nova instituição tenha sido o grande obstáculo a impedir-lhe a plena realização de suas funções de pesquisa pura. Muitos outros fatores, como mostraremos a seguir, concorreram para que as Faculdades de Filosofia, sucedâneas da Faculdade de Educação de Francisco Campos, se reduzissem, em sua quase totalidade, a simples faculdades profissionais.

Note-se, ainda, que a instituição, apesar de abranger o conjunto das ciências básicas, não foi criada com o propósito explícito de integrar tais estudos, dentro da universidade, como hoje concebemos. A Universidade da Reforma Francisco Campos, projetada segundo o modelo europeu (francês e alemão), baseava-se no sistema de faculdades auto-suficientes. A Faculdade de Educação, Ciências e Letras, muito embora sua missão especial de conferir sentido verdadeiramente universitário à Universidade, constituía um todo didático-científico próprio, ao lado das demais faculdades. Seria êrro de perspectiva histó-

rica enxergar em seus objetivos o papel integrador que hoje reclamamos para o sistema comum de ensino e pesquisas básicos.

As críticas que se fizerem à Reforma Francisco Campos não podem obscurecer-lhe o mérito de ter sido a primeira tentativa de dar à incipiente universidade brasileira uma organização e caráter autenticamente universitários. Dois pontos altamente positivos se destacam nessa reforma: primeiro, o de haver procurado dotar o ensino superior brasileiro, tradicionalmente profissionalizante, de uma instituição destinada à pesquisa pura e aos altos estudos nos domínios das ciências e das letras, independente de qualquer interesse profissional imediato; segundo, o de introduzir os estudos pedagógicos na Universidade assegurando, pela primeira vez no Brasil, uma formação sistemática especializada ao professor da escola secundária.

A instituição idealizada por Francisco Campos não chegou a ser instalada com o nome de Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Em 1935, inaugurava-se a Universidade de São Paulo com uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e em cujo plano figurava também um Instituto de Educação, como unidade especial para a formação pedagógica dos que, após os estudos básicos, se dedicassem ao magistério e à supervisão ou administração de escolas ou sistemas escolares. No mesmo ano, sob a inspiração de Anísio Teixeira, criava-se a Universidade do Distrito Federal, experiência inédita de adaptação inteligente do modelo universitário americano, contando entre os estabelecimentos especializados um Instituto de Educação. Do mesmo modo a Universidade do Rio de Janeiro, ao ser reestruturada como Universidade do Brasil em 1937, incluía em seu plano, ao lado da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, uma Faculdade de Educação.

A idéia de uma unidade universitária especialmente consagrada à formação pedagógica não chegou a concretizar-se.

Logo após, em 1939, organizava-se a Faculdade Nacional de Filosofia incluindo uma seção de Pedagogia encarregada da formação profissional de professores da escola média e do assim denominado “técnico em educação”. A Faculdade de Filoso-

fia, segundo as expressões de Fernando de Azevedo, era “modelada ao tipo das instituições européias e com algumas concessões à experiência americana.” Certamente, estas poucas concessões se referiam ao treinamento profissional de educadores. Erigida em faculdade padrão, tôdas as outras que se fundaram no País se conformaram ao seu modelo. Prevaleceu, assim, o esquema originário da Reforma Francisco Campos de uma instituição multifuncional, mas com a expressiva mudança de nome para denotar o caráter essencialmente acadêmico da nova faculdade. Na época, ainda não havia amadurecido suficientemente a consciência dos problemas educacionais, nem se generalizara a convicção de que o educador carecia de uma formação técnico-profissional especializada para a qual se tornava indispensável uma instituição própria. Faltavam os supostos culturais e as motivações sociais necessárias à criação de uma Faculdade de Educação.

É de todos conhecido o destino que tiveram as Faculdades de Filosofia. Em três decênios se multiplicaram com rapidez impressionante por todos os recantos do País, elevando-se o seu número a mais de uma centena. Daí a situação um tanto paradoxal destas faculdades. Orientadas para a pesquisa científica e alta cultura, tornaram-se, na realidade, uma instituição de massa, abrigando atualmente cêrca de trinta por cento da população do ensino superior. É lugar comum proclamar-se, hoje, o fracasso das Faculdades de Filosofia. Acusam-nas de terem falhado em seu duplo objetivo de desenvolver a pesquisa fundamental e formar professôres. Consideradas no âmbito da Universidade são criticadas por não haverem realizado a integração dos estudos básicos.

Para compreender e julgar a situação das Faculdades de Filosofia entre nós, convém partir de uma análise da idéia original que determinou a criação dessa instituição na Europa e que serviu de modelo para a fundação das nossas faculdades.

A idéia da Faculdade de Filosofia

A Faculdade de Filosofia tem suas origens na Faculdade das Artes da Universidade Medieval. Concebida como insti-

tuto universitário que engloba o conjunto das ciências e as humanidades, centro da pesquisa científica pura e dos altos estudos, surge com a Universidade de Berlim, criada em 1810, sob a inspiração de Wilhelm von Humboldt.⁽⁵⁾ Até então, a Faculdade de Filosofia, na universidade alemã, era uma espécie de escola preparatória para as faculdades, ditas superiores, de Teologia, Direito e Medicina. Nos quadros da Universidade de Humboldt ela se torna a substância mesma da instituição universitária e supera, em prestígio, as demais faculdades.

Os fundamentos teóricos da nova instituição e suas raízes espirituais se encontram, de uma lado, na concepção do saber do idealismo post-kantiano, e doutra parte, no ideal de formação humana (*Bildung*) característico do neo-humanismo alemão. Seus principais idealizadores são, precisamente, Fichte e Schleiermacher, dois eminentes representantes do idealismo metafísico germânico e o próprio Humboldt, cujas reformas do ensino tinham por objetivo a formação geral do homem segundo a idéia de *Humanität*, entendida como pleno desenvolvimento harmonioso da personalidade, na linha da *idealidade individual*.⁽⁶⁾

A nova universidade e, particularmente, a Faculdade de Filosofia representam a encarnação do conceito de ciência do Idealismo alemão, enquanto derivado da problemática transcendental de Kant. Na ambiciosa concepção da filosofia idealista de um Fichte, tratava-se de deduzir tôda a unidade do saber a partir da consciência transcendental, não mais apenas no sentido lógico kantiano, mas como princípio metafísico que, segundo uma dialética interna, geraria todo o saber e o universo. A mais alta e autêntica forma da ciência é a filosofia. A pesquisa filosófica se manifesta como “atividade criadora” (no sentido fichteano) que submete o mundo ao conceito, transfigura-o na idéia e o eleva à totalidade da individualidade formada. Eu e mundo são apenas os dois lados do imediato, do espírito que se aliena e volta para si mesmo na marcha gradual do conhecimento e da formação. Esta, por sua vez, não é nem o saber geral abstrato das determinações conceituais do mundo, nem a subjetividade cultivada da “bela alma” dos puros român-

ticos, mas a unidade e totalidade conciliadas de ambos os momentos: o geral mediatizado, tornado concreto, cuja forma conceitual o sistema filosófico representa. A formação geral adquiriria, por força desta concepção, um caráter e conteúdo substanciais: a compreensão do mundo é, em sua essência, auto-compreensão da consciência que se apreende progressivamente. O sentido formativo do saber particular reside na pressuposição de que êle é conceitualizado, isto é, repensado em seu lugar dentro do sistema filosófico, como momento do espírito que se mediatiza em se desenvolvendo, e nisso é superado no todo do saber universal do espírito que se apreende em si e para si. A filosofia idealista da formação implica a unidade da filosofia e da ciência. O saber filosófico compreende a síntese de todo o saber de que é expressão característica a enciclopédia das ciências filosóficas de Hegel.

Por outro lado a concepção da Faculdade de Filosofia tem como fundamento o neo-humanismo. A imagem ideal do acadêmico é o homem total e harmoniosamente formado. A preparação acadêmica profissional significa menos a aquisição de conhecimentos especializados do que a capacitação para a tarefa de liderança cultural e espiritual. Esta formação, por sua vez, era fundamentalmente humanista no sentido das humanidades clássicas, remontando ao ideal helênico da *paideia*. Daí a importância que assumem os estudos clássicos na Faculdade de Filosofia, justificando a afirmação de Paulsen⁽⁷⁾ de que a filosofia especulativa e a filologia neohumanista eram os poderes espirituais que dirigiam a nova universidade. Esta, como tal, se fechava ao mundo das profissões técnicas e oferecia tão somente a preparação científica para as profissões liberais.

Na concepção de Humboldt a Universidade será o lugar onde, na conexão orgânica de todo o saber, se realizará o saber particular. No livre trabalho científico sua tarefa não será apenas a tradição mas, antes de tudo, a produção do saber. A essência da universidade, nos diz o próprio Humboldt, consiste justamente em ligar, no plano da interioridade, a ciência objetiva, e no plano exterior, a instrução completa com a iniciação ao *Studium*, sob a direção mesma do estudante. Como declara Humboldt, a relação entre mestre e aluno é inteiramente diver-

sa do que antes. O professor não é para o estudante, mas ambos para a ciência. Na universidade a pesquisa científica será livre da tutela do Estado, mas também de ser simples veículo de um saber tradicional para fins profissionais. Não seria o ensino, mas a livre pesquisa que deveria constituir a missão principal da universidade. O estudante, através de um trabalho científico autônomo, abre caminho para a verdadeira essência do humano (*Humanität*).

O perigo de uma limitação espiritual resultante de uma especialização prematura seria evitado colocando-se a Faculdade de Filosofia não no mesmo plano das outras três, mas constituindo a base de formação de todos os estudos ulteriores. Conforme assinala Schleiermacher, "a universidade propriamente está contida na Faculdade de Filosofia e as outras três são escolas especiais... Todos os estudantes devem passar pelo geral, doutra forma se perderia o caráter essencial da formação universitária."

A Faculdade de Filosofia repousava, assim, sobre estes dois conceitos fundamentais da filosofia idealista alemã da formação humana: *Wissenschaft*, como saber universal cuja expressão é a filosofia, e *Bildung*, categoria típica do pensamento pedagógico alemão que significa formação espiritual, integral da personalidade e, na época de Humboldt, baseada nas humanidades clássicas e no saber filosófico. Nos primeiros estatutos da Faculdade de Filosofia eram-lhe atribuídos dois objetivos: ⁽⁸⁾ 1. contribuir para a ampliação e aprofundamento da formação geral de todos os estudantes; 2. desenvolver a pesquisa científica ou formar autênticos intelectuais (*Gelehrte*). Pouco depois ser-lhe-á cometida uma terceira missão: proporcionar aos professores da escola secundária sua formação científica. As duas primeiras tarefas eram realizadas através dos mesmos cursos, em função do princípio da unidade fundamental da ciência e da Formação. Quanto à preparação de professores a Faculdade de Filosofia não se ocupava de seu treinamento pedagógico-profissional. Êste, ainda hoje, é feito sob a responsabilidade do próprio Estado, em estágios de dois anos nos Ginásios, constando do estudo das

matérias pedagógicas especializadas e da prática de ensino sob a orientação de professores do estabelecimento.

Decerto estes ideais de formação intelectual se encontravam vinculados à estrutura sócio-cultural da época e diríamos, hoje, que se tratava de uma universidade socialmente seletiva, porque reservada aos membros de uma classe privilegiada que poderiam dedicar-se aos altos estudos sem atender a fins utilitários imediatos. Sociologicamente, na interpretação de Joseph Ben-David e Awraham Zloczoer,⁽⁹⁾ a ênfase dada à filosofia como unidade do saber e da formação se deve à existência de uma classe de intelectuais que desde a segunda metade do século XVIII se ampliava e estava ansiosa por adquirir prestígio dentro de uma sociedade aristocrática e burguesa que não lhe reconhecia o valor pretendido e onde as universidades existentes se limitavam a diplomar nas três grandes profissões da época: Teologia, Direito e Medicina. Esta classe buscava reconhecimento social e segurança econômica, o que lhe era difícil nas condições sociais da Alemanha de então. A carreira aberta a um jovem intelectual alemão era um posto universitário que, nas faculdades de filosofia, gozava de pouco prestígio e não permitia real liberdade de pensamento, desde que as universidades eram sujeitas ao duplo controle do Estado e da Igreja. A Universidade de Berlim inspirada por filósofos da maior força intelectual de seu tempo e tendo à frente um homem do gênio de Humboldt dá todo prestígio à Faculdade de Filosofia e consagra o princípio da *Lehr-und Lernfreiheit*. O Estado, dizia Humboldt, não deve considerar as universidades como alguma coisa que concerne diretamente seus interesses, mas antes deve alimentar a convicção de que cumprindo sua função real elas não somente servem seus objetivos, mas os servem num plano infinitamente mais alto criando oportunidade para movimentar forças muito mais eficientes que se encontram à disposição do próprio Estado.

A Faculdade de Filosofia, assim concebida, não pôde realizar todos estes objetivos e sofreu transformações profundas em sua iléia originária, à medida que desapareciam os pressupostos ideológicos e os fundamentos espirituais que lhe serviam de base. A idéia de uma formação universal, filosófica-

mente fundada, logo deveria aparecer, para a maioria dos estudantes, como inatingível. Perdida estava a unidade da imagem do mundo que a inspirava e o desenvolvimento das ciências positivas acarretava a fragmentação do saber numa multiplicidade de especializações. Faltavam ao estudante condições para alcançar uma visão de conjunto da cultura espiritual e uma totalidade da concepção de vida que constituíam a substância da verdadeira *Bildung*. A concepção da Faculdade de Filosofia, em certos de seus aspectos fundamentais, se afigurava incompatível com a tendência própria da ciência positiva, e de sua aliada, a tecnologia, para uma especialização crescente que atingia, em cheio, a unidade metafísica profunda do saber e da formação. Já no curso do século XIX, a Faculdade pouco a pouco se exime da tarefa de proporcionar a formação geral de todos os estudantes, o que será objeto da educação ginásial. Com a especialização científica, logo se dividirá numa seção para as ciências do espírito e outra para as ciências da natureza, terminando por cindir-se em duas Faculdades: a de Filosofia e a de Matemática e Ciências Naturais. No começo deste século, as ciências sociais se desgarram da Faculdade de Filosofia e vão constituir matéria de uma Faculdade independente: a de Ciências Econômicas e Sociais. Estava, assim, definitivamente abandonada, na Universidade alemã, a idéia de uma faculdade destinada a realizar, no plano estrutural, a unificação das ciências básicas e das humanidades.

Dos três objetivos que lhe foram inicialmente atribuídos, sobressairá como decisiva a tarefa de formação para a pesquisa científica especializada. A própria Filosofia, considerada como princípio de integração do saber universal, acabará sendo, uma especialização. Subsistirá da idéia humboldtiana da Faculdade de Filosofia, a unidade do ensino e da pesquisa, apanágio da universidade alemã, tornada o grande centro criador das ciências no século passado. Este princípio será o fator fundamental de renovação da universidade moderna e que influenciou profundamente no sistema universitário de outros países. É o ideal de pesquisa criadora da Faculdade de Filosofia alemã que vai nortear a criação da Universidade de John Hopkins, em 1870, "a mais estimulante influência que

jamais conheceu a educação superior na América” segundo a opinião de Flexner.⁽¹⁰⁾ Apenas, os americanos tiveram o bom senso de transplantar o modelo germânico para a cúpula dos estudos universitários na forma da *Graduate School*.

A Faculdade de Filosofia da Universidade de Humboldt representa, sem dúvida, uma das criações mais fecundas na história da universidade e alguns de seus ideais são inerentes à essência mesma da instituição universitária. Mas, produto da metafísica idealista e do classicismo da *Goetheszeit*, seria um contrasenso, na época de hoje conservar o seu esquema original de instituição englobante de todo saber fundamental.

Papel das Faculdades de Filosofia e sua posição na Universidade

A tentativa de implantar no Brasil, na década dos 30, uma instituição do porte da Faculdade de Filosofia européia encontraria, inevitavelmente, os maiores obstáculos. Em primeiro lugar, tratava-se de um anacronismo em plena época das especializações científicas e das “duas culturas”, para usarmos da expressão de C. P. Snow, persistir na idéia de uma instituição pretendendo unificar formas de saber tão heterogêneas. Na própria Alemanha, onde surgiu a idéia da Faculdade de Filosofia, já se renunciara a êsse tipo de integração estrutural. Em segundo lugar, faltavam-nos as condições culturais, tradição científica e clima espiritual que tornariam possível o florescimento da nova Faculdade. Talvez, teria sido mais prudente a solução de Francisco Campos começar com uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras que, com o tempo, deveria alongar-se em instituto de pesquisa científica e de alta cultura. Nos Estados Unidos, os *Teachers Colleges* primitivamente limitados ao treinamento profissional de professores primários e secundários, evoluíram depois para a condição de *Colleges* completos, oferecendo tôda sorte de cursos e alguns chegaram a transformar-se em universidades.

É comum afirmar-se, hoje, que as Faculdades de Filosofia, no Brasil, falharam em seus múltiplos propósitos. Não cremos, todavia, que tenham sido uma experiência sem proveito em

nosso ensino superior. Se tomarmos como critério de julgamento a idéia de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no seu modelo europeu, no que ela deve representar em matéria de cultura e investigação científica, é por demais evidente que nossas Faculdades, com pouquíssimas exceções, não lograram sequer aproximar-se do ideal que tais instituições deveriam encarnar. Inserindo-se numa tradição de ensino superior todo orientado para a formação de profissionais liberais, pouco inclinado à pura indagação científica, avêso ao método de investigação positiva e experimental da natureza, não é de estranhar que nossas faculdades de filosofia malograssem em seu objetivo fundamental de se constituir em autênticos centros de criação de ciência. É indiscutível que a existência dessas faculdades como instrumentos específicos de uma atividade cultural em nível superior foi seriamente comprometida pela ausência, entre nós, de condições básicas para o exercício da pura pesquisa intelectual. Não possuíamos quadros suficientes, no domínio das letras e das ciências, que pudessem prover de professores competentes e de pesquisadores tais instituições que se multiplicariam tão rapidamente, não apenas nas capitais, como pelo interior do País. E muito poucas podiam, ou não quiseram, seguir o exemplo de São Paulo mandando vir da Europa uma equipe de mestres que teve o mérito de formar escolas nos diferentes ramos do saber. Como bem mostrou Florestan Fernandes, as condições culturais da vida brasileira, a nossa tradição de ensino superior, tudo contribuiu para a “especialização empobrecedora” de nossas faculdades de filosofia que terminaram por se transformar em verdadeiras escolas normais.

Atuou neste sentido a convicção generalizada, ainda dominante entre nós, de que “a definição social de uma escola superior pressupõe a existência de uma contribuição técnica objetivável em qualidades de serviços profissionais que os especialistas possam desempenhar na comunidade.”⁽¹¹⁾ Era necessário, ainda, que seus cursos oferecessem diplomas capazes de assegurar privilégios profissionais, para que a escola recebesse reconhecimento social. Daí por que a Faculdade de Filosofia, na maioria dos casos, terminou por se reduzir a uma sim-

ples escola profissional como as demais. Sofrendo dos mesmos males das escolas profissionais existentes: cátedras estanques, professôres de tempo parcial, métodos de ensino livresco, ausência completa daquela atmosfera de trabalho intelectual que caracteriza uma instituição de pesquisa.

Por conseguinte, se as faculdades de filosofia, em geral, não atingiram seus mais altos objetivos isto se deve, em grande parte, às próprias limitações de nosso ambiente cultural e às nossas tradições de ensino. A situação dessas escolas é o reflexo do estado geral do ensino superior brasileiro, apresentando os mesmos defeitos básicos que viciam nossas universidades. Não foi, portanto, o seu caráter de instituição multifuncional, como se costuma repetir, o maior entrave à realização satisfatória de suas tarefas. Outras causas ainda, tais como a precariedade do corpo docente, a indigência de instalações e bibliotecas e a forma em que foram estruturados seus cursos respondem pela condição inferior da grande parte dessas faculdades. Espalhadas por todo País, em regiões onde não poderiam encontrar elementos capazes para a constituição de um professorado especializado, o ensino haveria de ser, inevitavelmente, de baixa qualidade. Estas escolas, cujos fins explícitos atribuíam-lhes elevado *status* científico e cultural, tornaram-se um dos veículos da expansão desordenada do ensino superior através dos chamados "cursos fáceis", isto é, os que não exigem laboratórios ou equipamentos especiais. Observe-se que em 1965, dos quinhentos cursos oferecidos pelas faculdades de filosofia do País, não havia mais de dezessete licenciaturas de Física e outras tantas de Química.

Mas, apesar do baixo nível da grande parte de nossas faculdades de filosofia, não subscreveríamos o juízo sumário que proclama o malogro total da instituição entre nós. Encaradas numa perspectiva realista, entendemos que tais escolas desempenharam certo papel de relevância em nosso desenvolvimento cultural. Bem ou mal, várias delas se tornaram, dentro de nossas limitações, os órgãos normais de elaboração da cultura superior de caráter puro, promovendo em alguns casos a pesquisa científica avançada. Não seria difícil mostrar que muitas áreas do saber, até então cultivadas por alguns autodidatas

isolados, com o advento das faculdades de filosofia passaram a ser objeto de estudo sistemático e especializado. A Filosofia, por exemplo, matéria de estudo marginal em nosso ensino superior, deve muito de seu desenvolvimento nestes últimos tempos aos cursos de Filosofia destas escolas. Recentemente Afrânio Coutinho⁽¹²⁾ ressaltava a importância dos estudos superiores de letras das Faculdades de Filosofia, na evolução de nossa crítica literária. E apontava especialmente a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo como centro pioneiro de renovação dos estudos literários, à luz dos princípios da nova ciência literária. O mesmo se poderia dizer com os estudos de Física, Matemática, Geografia, e outros campos do saber. Por estas razões julgamos que a Faculdade de Filosofia, apesar de suas deficiências e deturpações, longe de constituir um fracasso total, como querem alguns, representa um momento significativo na evolução do ensino superior brasileiro e de nossa cultura, por haver proporcionado formação especializada, dentro de nossas possibilidades, para o exercício sistemático de atividades culturais e científicas que, anteriormente, eram fruto de manifestações esporádicas e isoladas. As melhores de nossas faculdades já estão formando trabalhadores intelectuais para muitas profissões técnicas, surgidas com o processo de desenvolvimento baseado na ciência e na tecnologia. Profissões especializadas que não poderiam encontrar formação adequada nas escolas tradicionais.

No que concerne ao objetivo de integração universitária é, fora de dúvida, que a ação das faculdades de filosofia foi praticamente nula. Não conseguiram concentrar as disciplinas dos diferentes cursos da universidade que se incluíam em suas áreas específicas de conhecimento. As faculdades tradicionais jamais permitiram que a faculdade de filosofia viesse a ministrar o ensino básico comum às diversas carreiras. E não cremos que nesta altura da evolução de nosso sistema universitário podessemos, ainda, recuperar o papel de integração que estaria reservado à faculdade de filosofia. Mesmo que retirássemos de seu âmbito o setor pedagógico, conservando-lhe apenas as duas funções de realizar a pesquisa e formar "trabalhadores intelectuais especializados" e dotando-a de uma

organização mais plástica e funcional. Assim pensaram os idealizadores da Universidade de Brasília ao substituir a Faculdade de Filosofia pelo conjunto de Institutos Centrais. Esta foi também a solução da atual reforma por julgar mais viável constituir um sistema comum de ensino básico através de unidades que resultassem do desdobramento da faculdade de filosofia. Esquema que tende a se generalizar em nosso sistema universitário. O projeto de reforma da Universidade de São Paulo, onde a Faculdade de Filosofia foi uma experiência bem sucedida do ponto de vista da pesquisa, propõe também sua transformação numa série de institutos correspondentes às suas áreas de conhecimentos.

O Prof. Valnir Chagas,⁽¹³⁾ um dos entusiastas da solução Faculdade de Filosofia, lamenta que “após uma longa prática deformadora, não existam no momento condições psicológicas para restaurá-la na funcionalidade de sua concepção original”. Em nosso entender o problema está ligado a causas mais profundas do que a simples ausência de “condições psicológicas”. É mais de ordem epistemológica com repercussões na organização universitária. A idéia da Faculdade de Filosofia, como instituto englobante, segundo já observamos, repousa numa concepção da unidade do saber cujos fundamentos metafísicos e epistemológicos já se encontram ultrapassados. Além disso, a extrema especialização que define o saber científico moderno torna praticamente impossível reunir numa mesma unidade disciplinas tão diversas, sem acarretar sérios inconvenientes tanto de ordem administrativa como funcional. Todos conhecem a heterogeneidade de uma congregação de faculdade de filosofia, reunindo especialistas de uma dezena de cursos tão díspares em sua natureza e objetivos, que não conseguem, e com razão, compreender uns as necessidades dos outros, ignorando-se mutuamente em suas especialidades. A cooperação interdisciplinar que hoje se preconiza e a integração universitária que tanto se reclama não de ser alcançadas no plano funcional e não simplesmente no plano das estruturas.

Não é, certamente, este o lugar indicado para discutirmos um dos pontos críticos da universidade moderna: a perda da unidade do saber que, para muitos, seria essencial à pró-

pria idéia da universidade. Como é possível recuperar ainda esta unidade num mundo cultural e ideologicamente dividido e onde a dispersão das especializações científicas e técnicas torna difícil concebermos a idéia de um *Kosmos* do saber articulado em função de um princípio metafísico de síntese? Na Idade Média, o princípio da *reductio artium ad Theologiam* e, sobretudo, a profunda unidade espiritual da época, ofereciam os fundamentos metafísicos e culturais da integração da Universidade. No século passado, a Universidade de Humboldt, em pleno fastígio do idealismo metafísico post-kantiano, julgou encontrar na Filosofia o princípio de unificação do saber que lhe serviria de base. A crença no poder do Espírito (*Geist*), na concepção do Idealismo germânico, permitia conceber a totalidade da Ciência como organismo cuja representação real era a Universidade. Por sua vez, a unidade da Ciência era a própria unidade da Filosofia e, assim, a Faculdade de Filosofia se tornava a objetivação mesma da unidade da Universidade.

Nas condições atuais do saber e da cultura, dificilmente poderíamos restaurar em sua plenitude o princípio de unidade do saber. O corte que se aprofunda entre as *ciências naturais* e as *ciências do espírito*, a incompreensão existente entre as *duas culturas*, de que nos fala C. P. Snow, a científica e a literária, o antagonismo das ideologias e a diversidade irreduzível das concepções do mundo e, principalmente, a ausência de um cimento espiritual unificador de nossa cultura, tudo isso torna extremamente problemática a concretização da unidade fundamental da universidade. A idéia da *universitas scientiarum ac litterarum* parece recuar hoje diante da idéia de *multiversitas*. Tampouco poderíamos esperar que o ideal da “ciência unificada”⁽¹⁴⁾ proposto pelos positivistas lógicos, em termos de linguagem e lógica do pensamento científico viesse a corresponder às exigências profundas de unidade espiritual do saber. Teoricamente poderíamos elaborar o modelo de uma universidade integrada segundo tais princípios. Mas tudo nos faz crer que a unidade da universidade não é apenas um problema lógico ou epistemológico, e sim de ordem cultural e, em última análise, um problema antropológico.

É possível que a unidade ideal do saber constitua um dos

elementos essenciais da Universidade. Por nossa parte, julgamos que no presente ela atua mais como princípio regulativo à maneira de uma idéia kantiana da razão pura. De qualquer modo, a unidade analógica do saber para qual tende, ou deve tender a Universidade, como querem alguns, não poderia estar jungida ao esquema estrutural de um instituto que reunisse sob a mesma administração todos os departamentos do saber fundamental.

A verdade é que os projetos de reforma, em curso nos vários países de tradição universitária, não consideram mais a Faculdade de Filosofia como a solução adequada para se alcançar a integração da Universidade em todos os seus níveis.

A atual reestruturação da universidade brasileira ao determinar o desdobramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, extinguiu portanto uma instituição já ultrapassada pelo estado presente das ciências e pelos princípios da moderna organização universitária.

A instituição, contudo, poderá subsistir, entre nós, como estabelecimento isolado, à maneira dos *Colleges* norte-americanos independentes de universidade. Mas neste caso, para que possa funcionar eficazmente com todos os seus cursos, além de problemas do corpo docente e equipamentos, deverá sofrer profunda reorganização, na qual as suas grandes áreas constituiriam divisões estruturais relativamente autônomas, e apenas subordinadas a uma coordenação central, à semelhança da organização universitária.

A Missão Pedagógica das Faculdades de Filosofia e a criação das Faculdades de Educação

Se considerarmos as faculdades de filosofia em sua função de preparar docentes para a escola média e formar especialistas em educação, haveremos de convir que neste particular, são passíveis das mais severas críticas. Porque se algumas delas lograram instituir a pesquisa científica e treinar especialistas capazes nos diversos ramos do saber é lícito duvidar que tenham cumprido satisfatoriamente sua missão de educar mestres para

a moderna escola secundária. Ressentiram-se da falta de uma clara consciência do problema, de uma precisa concepção dos métodos e objetivos da formação pedagógica profissional. Mais ainda, a predominância do ideal acadêmico impediu que estas faculdades assumissem plenamente sua função pedagógica. Jamais se conformaram em ser, o que a maior parte poderia apenas ser, isto é, *Teachers Colleges*, e, vítimas de uma espécie de bovarismo não chegaram a realizar nem o ideal de alta cultura e pesquisa científica, nem a desempenhar honestamente a missão de preparar professores que a expansão da escola média brasileira está a exigir.

Esta duplicidade de objetivos gerou por assim dizer um estado de espírito ambíguo e certa má consciência das faculdades de filosofia. Culturalmente a tarefa pedagógica de treinar professores lhes parecia muito pouco; doutra parte os objetivos de altos estudos eram, para maior parte delas, inacessíveis. Daí a contradição entre os fins explícitos e as tarefas realizadas ou, para usarmos da expressão de Anísio Teixeira, entre os valores proclamados e os valores reais.

Aparentemente poderia tratar-se de uma contradição ao nos referirmos aqui à duplicidade de objetivos, quando antes dissemos que não foi o caráter multifuncional das Faculdades de Filosofia o maior obstáculo à sua plena realização. A nossa tese é de que não há inconveniente na coexistência, no mesmo instituto, de objetivos de pesquisa desinteressada e de formação de profissionais ou "trabalhadores intelectuais", no mesmo campo do saber. Hoje, não teria mais sentido estabelecer-se um corte radical entre a ciência pura e as suas aplicações. Assim, o mesmo Departamento de Psicologia promove pesquisa pura em seu campo, forma psicólogos profissionais e ministra disciplinas psicológicas básicas para outras carreiras universitárias. O mesmo não ocorre com a Educação que, por ser essencialmente uma praxis, seus estudos são de natureza profissional. A coexistência do educacional com o acadêmico termina por afetar uma ou outra das duas áreas. Geralmente são os setores acadêmicos que prevalecem em detrimento do pedagógico, dado o prestígio tradicional dos estudos acadêmicos, conforme a experiência tem demonstrado.

Como observou, ainda, Anísio Teixeira,⁽¹⁵⁾ o caráter que as Faculdades de Filosofia assumiram no curso de sua evolução, afastou-as do estudo e da preocupação pelos problemas do magistério secundário e do primário e limitou-as à formação, quando munto dos especialistas nas disciplinas literárias e científicas, tendo mais em vista o ensino superior do que o ensino nas escolas de cultura prática de nível secundário ou cultura vocacional das escolas normais. Isto explica que os Departamentos de Educação, tenham sido, em geral, os de menor prestígio e que a formação pedagógico-profissional do futuro professor se tenha reduzido ao mínimo exigido por lei para obter a licenciatura. Esse treinamento profissional, ministrado no antigo Curso de Didática e atualmente nas matérias pedagógicas da Licenciatura, consta normalmente de uma série de cursos teóricos, ou melhor livrescos, sobre as especializações pedagógicas, acompanhados de uma quase *pro forma* prática de ensino proporcionada nos Colégios de Aplicação. Por sua vez, os chamados Cursos de Pedagogia, desviados de seus verdadeiros objetivos, terminaram praticamente assimilados às demais licenciaturas, obtendo seus diplomados direito ao ensino das matérias acadêmicas do curso secundário. A verdade é que as Faculdades de Filosofia falharam em sua missão pedagógica, em sua tarefa de preparar professores para a moderna escola secundária, de formar educadores especializados capazes de planejar o sistema de uma sociedade que se transforma e elaborar novos métodos que possibilitem a renovação didática de uma escola média e primária que se expande desordenadamente.

Enquanto predominava o tipo de escola secundária acadêmica, acessível a uma reduzida parcela de nossa sociedade e os cursos normais se encarregavam do treinamento dos mestres das escolas primárias, a insuficiência pedagógica das Faculdades de Filosofia não constituía problema real. Mas, com o processo de desenvolvimento e a conseqüente explosão escolar em todos os níveis, exigindo, além de professores, técnicos capazes de planejar, organizar e administrar escolas e sistemas escolares, logo se tornou patente a deficiência das Faculdades de Filosofia em atender às necessidades do processo educacional.

Teoricamente, uma das soluções seria criar, dentro da universidade ou como estabelecimentos isolados, unidades de ensino superior especialmente destinadas à formação de profissionais em educação. Várias razões falam em favor desta tese.

1. Primeiramente há que destacar os progressos do estudo científico da educação e o desenvolvimento das técnicas pedagógicas. Por um preconceito acadêmico, como, por exemplo, na Alemanha, entendia-se que a Pedagogia não alcançou ainda o nível de uma verdadeira ciência, nem oferece resultados positivos, cientificamente demonstráveis, para constituir base e centro de uma Faculdade.⁽¹⁶⁾ Daí por que o treinamento pedagógico-profissional dos professores de nível primário, e mesmo secundário se fazia fora da universidade. É verdade que na Alemanha atual esta tese começa a ser fortemente combatida. Recentemente, o titular de Pedagogia da Universidade de Göttingen, Prof. Heinrich Roth,⁽¹⁷⁾ refutando Erich Weniger, mostrava que uma das condições para a pedagogia atingir pleno desenvolvimento científico em tôdas as suas especialidades era justamente a criação da Faculdade Pedagógica na Universidade.

Neste particular, os americanos fizeram trabalho de pioneiros atribuindo à Universidade a tarefa de dar formação pedagógica tanto ao professor da escola secundária, como ao da escola primária e aos vários tipos de especialistas em educação. Numa perspectiva mais pragmática, e mais fecunda, não se preocuparam tanto com o problema teórico do *status* epistemológico da Pedagogia. Mas reconhecendo que era possível aplicar sistematicamente o método científico aos problemas educacionais, procuraram desenvolver processos e técnicas pedagógicas cientificamente elaboradas. Daí ser conferido a este campo de estudos e formação profissional um setor autônomo dentro da Universidade. E todos sabemos o impulso vigoroso que recebeu a pesquisa educacional nos Estados Unidos, com a disseminação dos *Teachers Colleges* e a criação das escolas ou *Colleges* de Educação nas Universidades. Pense-se, por exemplo, o que representou o *Teachers College* da Universidade de Columbia, para a formação do pensamento pedagógico americano e a elaboração de novos métodos educativos.

2. Em segundo lugar, devemos atender à importância vital da educação nas sociedades modernas e à amplitude e complexidade de seu campo profissional. Karl Jaspers,⁽¹⁸⁾ ao desenvolver, do ponto de vista clássico, “a idéia da universidade”, mostra que as faculdades superiores (Teologia, Direito, Medicina) se constituíram por corresponder aos três campos da existência humana que se encontram vinculados ao saber e por êles determinados espiritualmente. E analisando o problema da ampliação dos quadros universitários com a incorporação de novos campos profissionais entende que o critério de criação de uma nova faculdade é ter por base um “autêntico campo vital”. Com êste fundamento admite êle a inclusão na clássica universidade alemã de mais uma faculdade profissional — a de Tecnologia — por atender a um dos grandes campos de atividades da existência moderna. Ora, se êstes critérios são válidos, como não se justificaria a criação da Faculdade de Educação na Universidade? Com razão, pergunta o Prof. Heinrich Roth,⁽¹⁹⁾ ao comentar a tese de Karl Jaspers, que outro campo da existência humana é mais vital do que a Educação para merecer um lugar próprio dentro da Universidade? Com efeito, a educação, hoje, não se limita apenas à formação individual e a conservar e transmitir o acervo cultural de cada sociedade, mas exerce um conjunto de funções extremamente complexas e de importância decisiva para o desenvolvimento total do homem. Além de suas finalidades éticas e espirituais costuma-se considerar a educação, no mundo moderno, sob múltiplos aspectos: fator de evolução da sociedade e serviço social ao proporcionar ao indivíduo um equipamento intelectual; mecanismo racional que permite repartir as tarefas sociais segundo os talentos e capacidades e, por consequência, maximizar a produtividade; indústria produtora de mão-de-obra qualificada; finalmente a politização total da ciência e da técnica terminou por converter a educação em arma estratégica fundamental. O exercício de tôdas estas tarefas educacionais atingiu um tal nível de complexidade técnica que supõe uma formação altamente especializada que só a universidade pode oferecer através de unidade específica.

3. Finalmente poderia objetar-se nos seguintes termos:

se a formação científica do educador profissional deve ser feita em nível universitário, dela poderia ocupar-se um Departamento especializado no âmbito das unidades existentes, como ocorria com as Faculdades de Filosofia. Ora, a experiência tem demonstrado que os departamentos de educação incorporados em unidades acadêmicas se vêem tolhidos em seus movimentos e expansão. O exemplo dos Estados Unidos nos mostra o fator de desenvolvimento da pesquisa e prática educativas que representou a fundação das escolas e *Colleges* de educação. E, pelo contrário, os Departamentos de Educação de nossas Faculdades de Filosofia, com raras exceções, têm vegetado em atividades rotineiras. Além disso, a amplitude do campo profissional da educação, com a finalidade de suas especializações técnicas e a expansão das pesquisas pedagógicas dificilmente poderiam restringir-se aos limites de um departamento tradicional.

Tôdas estas razões parecem-nos justificar e mesmo exigir a criação das faculdades de educação. Foi êste, sem dúvida, o ponto de vista que orientou a presente reforma estrutural das universidades brasileiras. Certamente, há de se considerar um motivo técnico. Desdobrada a Faculdade de Filosofia em unidades correspondentes às suas áreas de conhecimentos básicos, restava o Departamento de Educação que, a rigor, não corresponde a nenhuma daquelas áreas. A solução normal era transformá-lo em Faculdade de Educação conforme se efetuou. Mas seria desconhecer inteiramente o sentido e importância da Faculdade considerá-la como simples resultante da mecânica da reestruturação universitária. Como se fôra escola residual compreendendo os cursos preexistentes da extinta Faculdade de Filosofia que não puderam integrar-se no sistema de ensino e pesquisa básicos. Decerto, não se justificaria sua criação se fôsse para manter apenas, ou mesmo ampliar, os cursos pedagógicos já em funcionamento, com seus objetivos tradicionais e em moldes rotineiros. Trata-se, ao contrário, de instituir uma realidade nova, com perspectivas mais amplas, visando a múltiplas finalidades de pesquisa e com vistas às necessidades de expansão e aperfeiçoamento do sistema escolar do País. A Faculdade de Educação deve ser entendida como correspondendo a um imperativo de nosso esforço educacional; à necessidade de ampliação e aprimoramento dos quadros de formação de professores

e especialistas em educação: à exigência de estímulos à elaboração de um pensamento pedagógico capaz de formular as categorias próprias de uma educação genuinamente nacional.

Devemos reconhecer, no entanto, que a criação destas faculdades em tão curto prazo e em número tão elevado (mais de duas dezenas correspondentes às universidades federais), acarreta graves problemas. Por ser um tipo de escola inteiramente novo em nosso ensino superior é natural que existam perplexidades quanto à sua organização e funcionamento. Por isso mesmo impõem-se, a formulação de uma idéia clara e precisa da natureza e objetivo da faculdade de educação e do papel que deve desempenhar no processo educacional e a elaboração de um plano de implantação gradual das novas faculdades, atendendo-se às notórias deficiências dos atuais departamentos de educação, em pessoal qualificado e em recursos materiais. Sem estas preocupações, sem rigoroso planejamento arriscamos a comprometer a instituição em seu próprio nascedouro, preparando-lhes o destino que tiveram no Brasil as faculdades de filosofia.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Os decretos leis n.º 53 de novembro de 1966 e n.º 252 de fevereiro de 1967, que impuseram a reestruturação das universidades federais, ao se referirem ao preparo de professores da escola média e de especialistas em educação, determinam, de modo expresso, que a competente formação pedagógica ficará a cargo de unidade própria de ensino profissional e aplicado.
2. Organização Universitária Brasileira. Decreto n.º 19.850, 19.851 e 19.852 de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro — Imprensa Nacional, 1931 — pgs. 7-8.
3. Organização Universitária Brasileira, decreto n.º 19.852, art. 196, pg. 103.
4. VALNIR CHAGAS — A luta pela Universidade no Brasil — aula inaugural dos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — Edição da Universidade — pg. 10.
5. Sobre a fundação da Universidade de Berlim e a idéia da Faculdade de Filosofia ver: Die Idee der deutschen Universität — Hermann Bentner Verlag, 1959. Contém os trabalhos de Schelling, Fichte, Schleiermacher, Steffens e Humboldt. Consultar igualmente a obra clássica de Paulsen: Geschichte des gelehrten Unterrichts — Zweiter Band — 3a. edição ampliada, editada por Rudolf Lehmann, com um anexo Berlin und Leipzig — 1921, pgs. 258 ss., 267 e 710-715. Cf. também: Richard Schwarz — Wissenschaft und Bildung — Verlag Karl Alber, 1957 — pgs. 93 e ss.

6. Sobre o conceito de *Bildung* e de idealidade individual, cf. Spranger, Wilhelm von Humboldt und die Reform des Bildungswesen, 3a. edição. Max Niemeyer Verlag Tübingen — 1965 — pgs. 43 e ss. e 52 e ss.
7. Paulsen, op. cit. pg. 251.
8. Paulsen, op. cit. pg. 267.
9. Joseph Ben-David and Awraham Zloczower — Universities and Academic Systems in Modern Societies — Archives Européennes de Sociologie — 1962. n. 1 — pgs. 51-52.
10. Flexner citado por Clark Kerr em: The uses of the University, Harvard University Press. pg. 13.
11. Florestan Fernandes — Formação de profissionais e especialistas nas Faculdades de Filosofia — Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos n.º 85 — 1962 — pg. 229.
12. Afrânio Coutinho — Da crítica e nova crítica.
13. Valnir Chagas — op. cit. 18.
14. Sobre a idéia de “ciência unificada” ver, p. ex., os artigos de Horace Kallen, Otto Neurath e Charles Morris, em “Philosophy and Phenomenological Research”, vol. VI, n.º 4, janeiro 1946.
15. Anísio Teixeira — O problema da formação do magistério. Documenta, 62 — 1966 — pg. 14.
16. Cf., por exemplo, Erich Weniger: Pädagogische Hochschulen oder Pädagogische Fakultäten, publicado primeiramente em 1950 e republicado no livro do autor: Die Eigenständigkeit der Erziehung in Theorie und Praxis. Verlag Julius Beltz — Weinheim/Bergstr 1952 — pgs. 448-457. A tendência atual na Alemanha é em sentido contrário. A Universidade de Hamburgo assumiu toda a responsabilidade da formação dos professores da Cidade de Hamburgo. A mesma solução é prevista no projeto de criação da Universidade de Bremen.
17. Heinrich Roth — Warum keine pädagogische Fakultät? in Die Deutsche Schule — Heft 1, Januar 1966, pg. 56.
18. Karl Jaspers — Die Idee der Universität — Berlim 1961, pg. 102.
19. Heinrich Roth — op. cit. pg. 56.

Prefácio à Tradução Italiana de “Ordem e Progresso” (*)

GILBERTO FREYRE

Ao leitor italiano do livro *Ordem e Progresso* — mais uma tradução de obra brasileira realizada inteligentemente por Alberto Pescetto para o editor Einaudi — o autor pede que o leia, se possível, depois de ter lido os estudos que o precedem numa série que pretende ser de introdução sociológica à história da sociedade patriarcal no Brasil. Trata-se, entretanto, de livro autônomo. Pode ser lido à revelia dos estudos anteriores sobre o mesmo assunto nos seus aspectos mais puros: a formação de uma sociedade no trópico americano tendo por sua forma sociológica a patriarcal.

Com êsse tipo de sociedade — a patriarcal — e sob sua influência decisiva é tese do autor ter se formado o Brasil. Sob sua influência mais do que sob a direção política de reis ou governos europeus — portugueses e por algum tempo espanhóis — ou a teocrática, da Igreja, quer a representada por bispos, quer a representada por ordens religiosas, das quais a de ação mais eficiente na América Portuguesa foi a Companhia de Jesus.

A expressão simbólica “Ordem e Progresso” — lema Positivista ou Comteano que os discípulos brasileiros de Augusto Comte conseguiram inserir na bandeira da República instaurada no Brasil em 1889 — tomou-a o autor para título do

(*) Este ensaio, inédito, depois de traduzido à Língua Italiana aparecerá como prefácio do autor à edição do seu livro *Ordem e Progresso*, a ser lançada breve na Itália, por Giulio Einaudi.

terceiro estudo da série iniciada com o livro *Casa-Grande & Senzala*, considerando o fato de que, com a implantação no Brasil, da República, de inspiração, em parte, Positivista, coincidiu o comêço de uma nova fase sociológica no desenvolvimento histórico da sociedade brasileira: aquela que assinalou com um mais acentuado declínio do regímen patriarcal de economia, de família, de organização social — inclusive política — a substituição, a princípio incipiente, mas, desde então, irrevogável, desse regímen por formas antipatriarcais de industrialização e de urbanização da vida brasileira. A implantação da República se fêz pouco mais de um ano após a abolição da escravatura, tendo assim as duas referidas influências antipatriarcais contado com apoio econômico e socialmente significativo: a instauração, no país, do regímen de trabalho livre. A consagração, nas cidades, da figura do operário como substituto do escravo urbano. A consagração, nos campos — no *Centro-Sul* cafeeiro do país — da figura do imigrante europeu — principalmente do italiano — como substituto do escravo rural. Mais: a mais acentuada substituição de grande parte da liderança política — substituição que já se vinha processando sob a monarquia — dos fazendeiros de café e dos senhores de engenhos pelos filhos e genros bacharéis em Direito, ou graduados de outras escolas superiores.

Substituições parciais ou incompletas durante anos. Os próprios imigrantes europeus ao substituírem escravos de origem africana nas plantações de café adquiriram alguma coisa da condição dos escravos que substituíam, ao lado de vantagens sobre os próprios brasileiros natos, que lhes foram contraditoriamente concedidas. Aos próprios trabalhadores livres faltaram, durante anos, em fábrica e nos campos, proteções ou amparos, da parte dos proprietários, gozados anteriormente por escravos nos engenhos, nas fazendas e nas indústrias mais ortodoxamente patriarcais: aquelas em que a escravidão vinha sendo a do tipo doméstico e não ainda a do tipo industrial. As cidades viram-se cheias de ex-escravos vindos do interior, alguns dêles não por terem querido abandonar as famílias patriarcais a que sentiam pertencer, como membros sociológicos delas, mas por ter se tornado economicamente

impossível a muitos dos senhores — sobretudo os dos engenhos de açúcar do Nordeste — conservá-los como trabalhadores livres. Vários dêses senhores se viram arruinados. Acentuou-se definitivamente o declínio do Norte patriarcal açucareiro em face do Centro-Sul semipatriarcal cafeeiro. A República federativa, corrigindo excessos da monarquia centralizadora e indo a novos excessos, passou a favorecer os Estados do Sul — São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul — e a desfavorecer os do Norte: principalmente Bahia e Pernambuco.

Houve, no Brasil, nos anos que imediatamente precederam a implantação da República e nos que a ela imediatamente se seguiram, uma série de dramas de desajustamento nas relações tradicionais, quer entre proprietários e trabalhadores, quer entre regiões produtoras de café e regiões tradicionalmente produtoras de açúcar. Acentuou-se também o desequilíbrio entre o Brasil que vinha recebendo, desde o Império, imigrantes europeus — principalmente italianos e alemães — em número considerável e o que se conservava quase virgem dessa imigração: outro contraste entre ordem tradicional e progresso.

Outro desequilíbrio que tomara, sob os primeiros anos do regímen de Ordem e Progresso, aspecto dramático foi o que vinha se verificando entre populações e subculturas do litoral progressista e populações e subculturas rurais, rústicas, sertanejas. A explosão que ocorreu em Canudos serve de exemplo.

Ainda outro desequilíbrio que naqueles mesmos anos explodiu em episódio sangrento foi o que vinha se prolongando, na marinha de guerra nacional, entre a elite de oficiais brancos — todos arianos ou com pretensões a arianos, todos aristocratas ou com pretensões a aristocratas — e a massa de marinheiros: quase toda gente preta ou de côr, tratada por aquela elite quase como escravos por senhores nem sempre patriarcais, isto é, a chibata e com outros rigores, como se dentro dos grandes navios moderníssimos, adquiridos a pêsso de ouro pelo Brasil, da Inglaterra, e tornados símbolos transoceânicos do progresso brasileiro, sobrevivessem restos da velha ordem aris-

ocrática ou escravocrática, e *dreadnoughts* imensos fôssem casas-grandes de um tipo já arcaico em terra; casas-grandes, com suas senzalas flutuantes.

Num como corretivo a êsses desajustamentos críticos, não tardou a República inovadora, agindo em benefício da ordem nacional assim desequilibrada, a procurar moderar frenesis de progresso, por um lado, e extremos de arcaísmo, por outro, se não voltando a seguir, tradições patriarcais, assimilando delas valôres e métodos válidos: adaptando-os a novas circunstâncias; acomodando-os a novas situações. O período que pode ser assinalado como de conciliação entre “ordem” e “progresso” — entre as constantes de ordem vindas da monarquia e os “imperativos de progresso” que a República se empenhou em desenvolver — foi, no Brasil de então, exemplo vivo da tendência caracteristicamente brasileira para resolver problemas, contornar obstáculos, superar crises, menos por substituições radicais e violentas do velho pelo nôvo que através de revoluções das chamadas brancas: as que são caracterizadas pela acomodação, pela contemporização entre extremos, pelo acôrdo entre contrários. Não há exagêro em dizer-se que houve, naqueles dias, acomodações que foram ao extremo de conciliar o entusiasmo brasileiro pelos vôos sensacionais, na França, de Santos Dumont, com o realismo, também brasileiro, com que continuou-se a usar o carro-de-boi tradicional, onde não fôsse possível substituí-lo pelo *trolley*: novidade da época.

Assim já se verificara a independência política do Brasil, de Portugal, assim se fizera a Abolição; assim se realizara a substituição da Monarquia pela República: com barões e outros titulares da monarquia tornando-se diplomatas e até estadistas a serviço da República, ao mesmo tempo que a República passou a servir-se dêles. Pois o regímen republicano assimilou do antecessor métodos de ação política, com os novos “coronéis” do interior substituindo os antigos barões como chefes políticos patriarcais; com o compadrio — instituição patriarcal — continuando a vigorar em quase todo o Brasil rural e até em partes do urbano; com tradições patriarcais infiltrando-se em várias das novas indústrias e emprêsas comerciais sob o aspecto de constelações familiares de comando — pais, filhos, genros;

com filhos, genros e parentes surgindo como elementos importantes junto a presidentes da República, novos governadores de Estado, novos ministros; com estrangeiros chegados ao Brasil para atividades comerciais, industriais, técnicas, profissionais, quer os naturalizados brasileiros, quer alguns dos outros, tornando-se, muitos dêles, ao mesmo tempo que agentes de novas formas de progresso e instrumentos de urbanização e de industrialização mais modernas, elementos sensíveis às sobrevivências da ordem patriarcal, aderentes a valôres e a usos característicos dessa ordem, representantes das suas virtudes tanto quanto dos seus defeitos aos olhos de outros estrangeiros. O caso de um Lauro Müller, de um Germano Hanolocker, de um Frontin, de um Milet, de um Boulitreau, de um Dodsworth, de um Clark, de um Abbott, de um Fleuiss, de um Agostini, de um Spinola, de um Lundgren, de um Cox — alguns dos quais, tendo se casado com mulheres de côr, seguiram, neste particular, o modêlo português, adaptando-se a áreas principalmente urbanas.

Daí ter sido um período, o considerado no ensaio, *Ordem e Progresso*, interessantíssimo para a caracterização, no *ethos* brasileiro, de um dos seus aspectos mais significativos; sua capacidade de acomodação, de compromisso, de acôrdo, que teve de responder a fortes desafios, ligando-se, por vêzes, ao poder de assimilação do exótico — do exótico europeu não-lusitano, principalmente — pelo brasileiro já telúrico.

Num ponto a República afastou-se notavelmente da Monarquia: no uso, no estrangeiro, de então modernas técnicas de propaganda, quer do regímen, em particular, quer do Brasil, em geral. Obra não de um republicano mas de um daqueles barões ilustres da Monarquia que a República convocou para seu serviço, dando-lhe carta branca para reorganizar o Ministério das Relações Exteriores: o Barão do Rio Branco. Na chefia dêsse Ministério — e até antes de assumir essa chefia — o Barão do Rio Branco foi também um ministro invisível de um igualmente invisível mas eficiente Ministério de Propaganda. Nunca — nem antes nem depois dêle — o Brasil teve tão brilhante serviço de propaganda, quer oficial, quer particular, na Europa e mesmo nos Estados Unidos. Propaganda através de livros como o de Marie Robinson Wright, *The New*

Brazil (Philadelphia 1906), o de Arthur Dias, *Brazil of Today* (s/d), o de Santa Anna Nery, *The Land of the Amazons* (Londres 1901), o de G. Artom Kerby, *The Land of Tomorrow* (New York 1906); ou de anuários, semanários, mensários e jornais como o *Anuário Brasileiro Comercial* (Paris), o *Brazilian Year Book* (Londres), a *Etoile du Sud* (Rio), *Fanfulla* (São Paulo), *South American Journal* (Londres). Além do que, estendeu-se, por tôdas as principais capitais da Europa, um serviço de informação que passou a proclamar as virtudes da República e as possibilidades do “nôvo Brasil”: em Paris, com sua sede no Boulevard des Italiens, em Berlim, em Meinkertrasse, em Roma aos cuidados de um Dr. Francisco Canella, em Barcelona, em Plaza principal, através de um Senhor Carlos da Silva, em Londres, por intermédio de um Senhor Hermes de Vasconcelos, em Marselha, a cargo do Senhor Francisco Guimarães, no Havre, aos cuidados do Senhor Symphronio Magalhães. Em Paris, o Alto Comissário de Informações era o Dr. Luiz Raphael Vieira Souto.

Um dêesses propagandistas da República de 89 e do “nôvo Brasil”, Mr. J. C. Oakenfull, de Plymouth (Inglaterra), podia escrever no seu *Brasil in 1909* (Paris 1909) que “Ordem e Progresso, the Brazilian motto typifies the policy of the nation to-day”. Que política de Ordem e Progresso era essa? Não é difícil de adivinhar-se a voz, em português, do Barão do Rio Branco a fazer-se repetir pela do inglês em sua caracterização do Brasil que dava, então, realidade ao moto Ordem e Progresso: “Her conquests have been won by arbitration, in place of war. She has settled almost all her frontier questions and is able to turn her attention to internal development and this is proceeding at a pace almost inconceivable. The iron horse us stalking over the land”.

Não deixava o govêrno republicano de dar notícia aos europeus dos seus intelectuais e dos seus artistas. Entre os intelectuais, o próprio Barão do Rio Branco; “an admirable Crichton”, segundo aquêle publicista — ou publicitário? — inglês; Joaquim Nabuco, de quem Mr. Oakenfull honestamente escreve que não era então “a very popular man” pois “he is at times haughty and incropomising and such qualities do not commend

themselves to the young Republicans”; Machado de Assis, grande nas letras “by sheer force of merit”; Graça Aranha, “a romancist and idealist”; João Ribeiro, “best known as a grammarian”; José Carlos Rodrigues, “the Gordon-Bennet of South America”. Vários outros, embora nenhuma menção nem de Euclides da Cunha nem de Oliveira Lima. Significativo, porém, o que se destacava do jurista, parlamentar e internacionalista Ruy Barbosa — Conselheiro da Monarquia — assimilado pela República e de quem Rio Branco fazia tão ruidosa propaganda em publicações européias, a propósito da sua atuação na conferência da Paz em Haia em 1907: que era autor de uma monografia sôbre “os crimes contra a propriedade industrial”.

Notícia se dava, também, dos ilustres brasileiros que, no Brasil, se distinguiram como artistas do mesmo feitio dos europeus. Nenhum, na verdade, era então caracteristicamente nacional ou corajosamente tropical na sua arte; quase todos uns simples subeuropeus em quem a propaganda oficial, ou officiosa, do Brasil de “Ordem e Progresso” destacava precisamente sua europeidade de coloniais: de um, Correia Lima, por exemplo, que, como escultor, era autor de uma “Mater Dolorosa”, de outro, Henrique Osvald, que, como compositor, se tornara já conhecido pela sua composição “Il neige”; de Aurélio de Figueiredo, que era autor de uma pintura de motivo de todo europeu e européia na técnica: “Paola e Francesca”.

Mas não pensassem os europeus nem supusessem os anglo-americanos que ao “nôvo Brasil” faltavam cientistas e inventores. De modo algum. Quem era e de onde procedia Alberto Santos Dumont? Brasileiro nascido no Rio das Velhas em Minas Gerais. Vital Brasil era outro inventor notável: inventor de antídoto contra o veneno das serpentes. Outros inventores: o Contra-Almirante Huet Bacelar, o Tenente Radler de Aquino, Osvaldo Farias, o Barão de Capanema: inventor de um formicida. Vários outros. Cientistas: o botânico Barbosa Rodrigues e o zoólogo Carlos Moreira, dentre diversos. Médicos notáveis: Chapot-Prevost, o Barão Pedro Afonso Paes Leme. Engenheiros: além de Pereira Passos — o modernizador do Rio de Janeiro — e Lauro Müller — “o alemãozinho”

— nenhum mais notável que Paulo Frontin. Significativamente, nas propagandas oficiais orientadas pelo Barão do Rio Branco, não se destacavam os brasileiros eminentes daqueles dias, ostensivamente pretos ou de côr: um Juliano Moreira, psiquiatra, um Teodoro Sampaio, geógrafo, um Dom Silvério, prelado ou sacerdote ilustre.

Ao mesmo tempo que se fazia notar na Europa e nos Estados Unidos, através de então modernas técnicas de propaganda pioneiramente utilizadas, o Brasil, depois da época assinada pela substituição, na bandeira nacional, da coroa do Império, pelo moto positivista-comteano “Ordem e Progresso”, passou a convidar, mais que a República Argentina, ou tanto quanto a Argentina, estrangeiros eminentes, para visitarem o Rio e São Paulo, já o país República progressista, para verem a Avenida Central, admirarem o Pôrto de Santos e outras tantas obras de modernização do arcaico império de Pedro II em “up-to-date” república. Dom Pedro II já atraíra a um Brasil, sem novos escravos — isto durante os últimos decênios do seu reinado — um Agassis, geólogo, além de um Liais, astrônomo, de um Hartt, também geólogo, de um Marc, generalista. Mas a República esmerou-se em atrair ao Rio e a São Paulo europeus ilustres capazes de se tornarem — nem sempre se tornaram — propagandistas eloquentes do “nôvo Brasil”; um Paul Adam, por exemplo; um abade Graffre; e também, um Ferrero, um Ferri, um Anatole France, uma Jane Catulle-Mendes, um Burnichon, um Bryce, um Clemenceau, um Walle. Compreende-se que dada a euforia que reinou então não poucos brasileiros e entre vários estrangeiros interessados no Brasil, durante os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, um desses estrangeiros, Mr. Oakenfull, pudesse escrever, quase gritando, no seu *Brazil: The Republic has amply justified its existence and its motto “Ordem e Progresso” needs no garter King at Arms to decide as to its legitimacy...*”

A verdade, porém, é que dos embates entre as solicitações de ordem e as solicitações de progresso que se verificaram, no Brasil, dos últimos decênios do século passado ao fim da Primeira Grande Guerra Mundial, não se pode dizer que tenha

resultado benefício notável ou generalizado, para o operário, como tal; muito menos para o trabalhador que, nas áreas das antigas plantações de açúcar, substitui o escravo. No último caso, houve até desvantagem para o substituto. Quanto ao escravo dessas plantações e das de café foi, depois de 1888, como que atirado pelos novos dirigentes ao lixo social; desprezado; ignorado por êsses dirigentes; desatendido pela Igreja Católica e pelo clero. Êste é um dos aspectos mais nitidamente negativos do período de vida brasileira considerado em *Ordem e Progresso*. Foi um progresso, o que então se verificou, e uma ordem, a então assegurada pelos governos e reclamada pelas chamadas “classes conservadoras”, que não tomaram conhecimento, senão excepcionalmente, da figura do operário urbano ou dos direitos da plebe rural e dos ex-escravos. Direitos a uma atenção sistemática da parte, quer de uma monarquia com algumas pretensões a moderna, quer de uma república que sucedeu essa república dizendo-se ainda mais moderna que a monarquia de Pedro II, servida, aliás, por eminentes homens públicos, como Joaquim Nabuco — excepcionalmente sensível àquelas realidades sociais — e por vários outros políticos, industriais, publicistas. De onde se pode dizer que para êsses outros políticos — para o próprio Ruy Barbosa — como também para a Igreja Católica ou para o seu clero, no Brasil — a chamada “questão social” só veio começar a existir em 1918, como repercussão de agitações proletárias, socialistas e anarquistas da Europa dos primeiros dias de após Guerra. Raros brasileiros que dela se aperceberam com alguma antecipação; o Príncipe Dom Luiz de Bragança e alguns Positivistas e, antes deles, um remoto Antônio Pedro de Figueiredo.

* * *

Ordem e Progresso escreveu-o o autor não de improviso, nem impressionistamente, mas a base de longas pesquisas, algumas das quais tendo por objetos — sujeitos de estudo aspectos íntimos ou sobreviventes pudicos de um passado recente: assuntos, portanto, difíceis e delicados. Pesquisas extensas e em profundidade, através das quais se procurou combinar história — e antropologia — com biografia, ou antes, com autobiografia. Com autobiografias — no plural — obtidas de bra-

sileiros dos dois sexos, de várias etnias, de diversas profissões, regiões, situações sociais, condições econômicas, níveis culturais, sobreviventes do passado analisado. Foram essas autobiografias provocadas sob um mínimo de orientação geral estendida aos autobiografados, ara que, excitados em sua memória pelos mesmos estímulos, suas respostas permitissem ao autor — um autor em busca de mais de duzentos personagens! — realizar, a base dessas respostas autobiográficas, comparações, confrontar reações, surpreender contradições nas atitudes dos mesmos sobreviventes em face de idênticas provocações. Várias as verdades assim colhidas de memórias assim desafiadas ou excitadas. Sôbre elas — respeitando nelas até inexatidões cronológicas e mesmo históricas a que podem ter correspondido validades psicológica ou sociologicamente mais significativas — é que o autor de *Ordem e Progresso* procurou extrair, do passado analisado, uma como verdade geral que fôsse porventura a mais completa das jamais levantadas, quer sôbre o comportamento brasileiro no mesmo período, quer sôbre uns tantas aspectos supra-cronológicos de tal comportamento. Ou seja: êsse comportamento visto como expressão do *ethos* nacional, em períodos de transição tão aguda — do regímen monárquico para o republicano e, sobretudo, do trabalho escravo para o livre — que não lhe faltaria dramaticidade às principais tensões: entre a região do café e a do açúcar, entre o litoral progressista e o sertão arcaico, entre brancos destituídos de privilégios e gentes de côr ávidas de ascensão, entre pais demasiadamente apegados a ritos patriarcais de autoridade nas relações de velhos com jovens e filhos sôfregos de se afirmarem com a República e o trabalho livre, dirigentes de um nôvo tipo.

À compreensão do Brasil atual — um Brasil ainda a defrontar-se com problemas de conciliação de ordem com progresso — é essencial, quer ao brasileiro, quer ao estrangeiro, o conhecimento daquelas intimidades do passado nacional mais recentes — o do último quase um século — que o livro *Ordem e Progresso*, sem conseguir sempre revelá-los de todo, descobre delas o bastante para tornar inteligíveis alguns dos seus aparentes mistérios e várias das suas projeções sôbre o futuro: aquêle futuro que é, em grande parte, o tempo que está sendo presen-

temente vivido. Para êsse esclarecimento concorreram — repita-se — colaborando com o autor, quase duzentos brasileiros das mais diferentes situações étnicas e sociais; das mais diversas condições econômicas; dos mais diversos níveis culturais. Suas confissões autobiográficas — algumas com um quê de confidências de confessor — dão ao livro um parentesco, não de todo remoto, com as recolhidas, no Brasil do primeiro século colonial, pelos agentes do Santo Ofício: clérigos e escrevães que, como o francês célebre com relação à prosa, fizeram sociologia sem o saberem. E criaram para os países de língua portuguesa um comêço de tradição de técnica de indagação sociológica — a das autobiografias como que provocadas, a das confissões solicitadas, a dos depoimentos sôbre matéria íntima, pessoal, confidencial, de interêsse histórico e de significado social — a que o autor de *Ordem e Progresso* procurou dar amplitude, dimensão, perspectiva e, talvez, profundidade novas, indo mais do que além da curiosidade pelos pecados de sexo e de heresia nas suas expressões convencionais; buscando surpreender no comportamento de um grupo representativo de brasileiro — sobreviventes de uma época de transição sob alguns aspectos dramática — reações de todo um *ethos* nacional às pungências ou às adstringências, e não sômente à rotina, dessa mesma época.

Ordem e Progresso, como tentativa de realização sociológica de um nôvo tipo, vem sendo compreendido de modo lúcido por mestres no trato e no ensino de Ciências Sociais como o Professor Roger Bastide, da Sorbonne, que o considera o comêço de uma nova “Sociologia do Tempo”, isto é, do tempo perdido reconstituído sociologicamente; como o Professor Georges Balandier (que prefere enxergar no esforço brasileiro nova forma de Sociologia do Cotidiano — o cotidiano compreendido em intimidades psico-socialmente significativas); como o Professor Lincoln Gordon, atual Reitor da Universidade de Johns Hopkins, que igualmente o considera, além de válido como nova técnica de pesquisa histórico-social, essencial — segundo êle — à compreensão do Brasil, quer íntimo, quer público, de hoje.

Um Rei Constitucional (*)

LUIZ DELGADO

Os dias decisivos que o Brasil viveu de 1817 a 1847 — digamos: entre o primeiro grande surto de Independência e a instauração da experiência parlamentarista como normalidade constitucional —, foram realmente trágicos, os mais trágicos de nossa história, apesar de suporem tôdas as gerações que as piores crises são as que as atingem. À incerteza na procura das instituições vinha somar-se a indisciplina de procedimento dos indivíduos. Não seria sòmente D. Pedro, por exemplo, que não se ajustava ao domínio das normas constitucionais e legais: o próprio Patriarca, apesar de tôda a benemerência, quanto mal não nos fez com os egoísmos do seu temperamento? E os irmãos, tão menores do que êle, — Antônio Carlos ou Martim Francisco?

A nação que não existia no comêço do século e que procurava construir-se através de dificuldades sem conta, debatia-se entre as confusas doutrinas e os contraditórios exemplos que vinham da Europa ou da América, tentava ora unir-se ora desunir-se sem saber o que era melhor, envolvia-se em uma desordem constante e diária. E tudo isso não sòmente se refletia na atitude de sua gente melhor: na verdade, a situação é que refletia o drama interior daqueles homens. Os turbulentos deputados que enviávamos à Constituinte — mesmo porque não tínhamos outros para mandar — terão desempenhado as funções que idealmente seriam as suas, de modo mais exato

(*) Capítulo de um livro escrito por comissão do Conselho Universitário, sôbre a história cultural de Pernambuco.

e perfeito do que o Imperador no seu pôsto? Em face dos políticos ou dos militares que arrebatavam as oficinas tipográficas ou as costelas dos jornalistas, seriam porventura bons profissionais, integrados na ética do seu ofício, os panfletários que pululavam, insolentes e sujos de linguagem?

No entanto, assim, contrastando suas deficiências que eram gerais, com o patriotismo, a clarividência e a energia que lhes eram patrimônio próprio, alguns construíram, de fato, a nacionalidade. Inclusive, com as suas paixões, tão frequentemente injustificáveis.

Há sempre a urgência da escolha dos rumos: quando se trata de opôr-se a D. Pedro ou quando se trata de encher o vazio decorrente da abdicação, quando se tem de escolher entre o “progresso” e o “regresso”, quando se cuida de reformar — em que sentido? — ou de manter a Constituição. E há, igualmente constante, o problema de organizar e conciliar aquêles indivíduos que não sòmente as idéias dividem mas que envenenam o debate político pelo que se diria certo ódio pessoal: a luta de Feijó com os Andradas, a oposição de Feijó a Bernardo Vasconcelos ou de Honório Hermeto a Feijó, evidenciam sentimentos que serão ressentimentos, disposições pessoais irreduzíveis.

Os descomedimentos temperamentais de D. Pedro I, os arrancos do seu autoritarismo, sua incapacidade de escolher conselheiros, as atribulações de sua própria existência pessoal — tudo conduziu ao episódio de abril de 1831. Mas, “só na hora da insurreição” — resume um escritor autorizado, Otávio Tarquínio de Souza, — “existira união de vistas, concordância de objetivos e aspirações; só nesse momento todos estiveram de acôrdo em face do fim imediato que era não permitir mais o predomínio dos absolutistas e a obstinação do monarca em não compor ministérios simpáticos à opinião popular e com apoio na Câmara dos Deputados” (*História dos Fundadores do Império* — vol. VII — *Diogo Antônio Feijó*, pág. 131). Logo se separaram os moderados e os exaltados — êstes sendo os que haviam promovido o movimento, e aquêles, os que vieram a assumir o comando da nova situação. E a desordem tomou conta das ruas do Rio de Janeiro, ameaçando fazer o mesmo,

em ondas mais largas, em todo o país. Foi nesse ambiente que se destacou a figura de Feijó, restaurando simplesmente a segurança pessoal, abafando a anarquia com as mãos fortes.

Numa segunda etapa dêsse esforço, quando se procurou mais unidade no govêrno, passando-se da regência trina à administração de um só regente, foi-lhe entregue o bastão.

Otávio Tarquínio de Souza recorda o louvor que fêz Evaristo da Veiga a Feijó: “uma probidade sem nota e sem suspeita, um desinterêsse a tôda prova, conhecida aversão a todos os hábitos de corrupção palaciana, simpatia cordial pelas instituições, fôrça dalma para não ser inferior às grandes crises, constância de caráter para levar avante o que empreender no sentimento da utilidade pública”... “Tudo isso sobrava a Feijó, mas não bastava” comenta o escritor fazendo a citação. O excesso do pessoalismo ia fazer com que Feijó não fôsse, na Regência, tão benemérito quanto fôra no ministério da Justiça.

Implanta-se de nôvo e recresce a inquietação no país. Não podendo levar os outros de vencida e não querendo ceder em nada, o padre paulista resolve sair de cena. Começa a procurar um substituto. Consulta seus amigos pessoais ou políticos. A situação do país era tal que ninguém aceita. “Nem Limpo de Abreu, nem Costa Ferreira, nem Aureliano Coutinho, nem Alves Branco, ninguém queria ser regente. Menos ainda o quis Paula Sousa, também sondado. Foi então que Feijó, atendendo a uma sugestão dêste último, pensou em Araújo Lima capaz de dar um *bom rei constitucional*” (id., pág. 291). E assim se resolveu a crise.

Pedro de Araújo Lima era um pernambucano nascido em Serinhãem, em 1793. Doutor em Coimbra onde reside ao tempo da revolução de 1817, volta a Pernambuco em 1820 e será eleito nosso representante às Côrtes Constituintes de Lisboa. Faz parte da comissão brasileira incumbida de formalizar o intento de manter unidos o Brasil e Portugal, criando o sistema de dois reinos autônomos com um Rei só e um Parlamento comum. O projeto é repellido, Portugal insiste na recolonização, o Brasil torna-se independente e Araújo Lima, via Inglaterra, retorna a Pernambuco a tempo de ser eleito para

nova Constituinte, a do Rio de Janeiro. Em 1824, enquanto Pernambuco se prepara para a segunda revolução, volta a viajar pela Europa. É uma viagem de meditação e de estudo, de que regressa três anos depois, para realizar a sua grande carreira política.

Deputado, seu prestígio cresce de modo seguro e tranquilo. Tem votos para membro da Regência trina, tem votos para senador pelo Rio de Janeiro — e são sempre votações significativas. Na própria escolha do Regente único, a decidir-se entre Feijó e Holanda Cavalcanti, o futuro Marquês de Olinda tem mais votos do que Lima e Silva: tudo é sinal de que a sua eficiência silenciosa era reconhecida um pouco por toda parte — nesse período em que não pode ser invocada a sua ancianidade, a sua condição de antigo Regente para explicar a sua autoridade.

Em 1837, troca a presidência da Câmara por uma cadeira no Senado. Feijó escolhe-o na lista tríplice votada em Pernambuco e, no momento em que o novo senador lhe vai agradecer a escolha, o desanimado Regente confia-lhe o plano de fazê-lo ministro e passar-lhe o cargo. Escreve o Sr. Luís da Câmara Cascudo: “Feijó estava doente e abandonado. O momento ditou-lhe a solução única. Ia passar o mando ao chefe adverso. Guerreiro político duma têmpera inflexível, deu a última ferida em Bernardo de Vasconcelos — escolheu outro” (“O Marquês de Olinda e o seu tempo”, pág. 168).

Regente, Araújo Lima organiza um ministério que será conhecido como “das capacidades”; além da dedicação e da competência que cada um traz para o serviço, “qualquer um era tipo de orador — escreve Câmara Cascudo. Bernardo de Vasconcelos, sozinho, valia bancada”. Com a ação e a oratória, asseguram um trabalho que será benéfico e fecundo, mesmo que muitos problemas se apresentem como insolúveis — em primeiro lugar o da ordem pública que só se vai implantando com dificuldade, ora num ponto, outra noutro.

De qualquer forma, o Regente mantém na Câmara uma ascendência que lhe permite caminhar seguro. “Para derrubar toda aquela organização, só o Tempo. Os outros fatores — impaciência popular, desânimo administrativo, instabilidade

ministerial, ânsia de renovação e de novidade, ambição de partido sem esperança de domínio sob formas comuns e legais, influíam disparatadamente no espírito ambiental da Câmara. Araújo Lima levava, com vontade ou sem ela, ante a sua impecável polidez, todo aquele mundo resmungador e teórico”... (Cascudo, pág. 180). Nesse ambiente, elabora-se a Lei de Interpretação que ajuda a autoridade a efetivar os dispositivos constitucionais. “Araújo Lima” — diz, mais adiante, o mesmo escritor — “mantinha uma maioria tão segura como esmagante na Câmara. Era preciso para abalar-lhe a estrutura, um golpe estranho, anormal, fora dos ritmos usuais e costumeiros. Agora, não se confiaria a um movimento de cólera popular o segredo da mudança administrativa. Araújo Lima, sem a dura fisionomia de Feijó, não fugia do posto e levava a campo alheio o seu avassalador prestígio. Não seria no terreno das votações parlamentares que Holanda Cavalcanti ou Antônio Carlos levasse a esperança da decisão partidarista. Apelar-se-ia para um movimento impressionador, romântico, suggestionando inevitavelmente a mobilidade da multidão. Atirar-se-iam frente ao amor próprio de uma criança, a hirta tradição constitucionalista do Senado, a simpatia coletiva e a ambição cauta e suspicaz dum partido votado a mais três anos de arredamento administrativo”. Em poucas palavras: para afastar o Regente, utilizava-se o menino-Imperador. Foi a Maioridade.

Ainda aí — ou sobretudo aí — Pedro de Araújo Lima foi politicamente perfeito. Não deblaterou nem tonteou. Obstruiu em alto estilo. Colocou o assunto em termos tais que a derrota não lhe foi desonra.

“Olinda — no dizer do Sr. Heitor Lyra: aliás, Pedro de Araújo Lima somente será Visconde de Olinda em 1841, — apesar de saber que os liberais maioristas não visavam outra coisa senão alijá-lo do poder para se colocarem no govêrno, não era contrário, em princípio, à antecipação da maioridade. Estava disposto a abrir mão dos dois anos que lhe restavam de govêrno e entregar ao Imperador rapaz a chefia efetiva do Estado. Somente, não queria afastar-se da boa doutrina jurídica e não via outro meio de chegar-se lá que não fôsse o da revisão constitucional. Falhado êsse recurso, parece que o Regente já se

conformava com aguardar apenas o mês de dezembro próximo, quando o Imperador completaria quinze anos de idade. Daí, o ter adiado as Câmaras até novembro”. Também êsse plano falhou. Mas o pernambucano senhor de engenho de Serinhãem agira de modo absolutamente fidalgo. Não bateu nenhuma porta ao sair. Saiu incólume em sua altivez, seguro de si, esperançoso. E convém reter êsse traço psicológico, para julgar certas acusações que surgirão depois, a propósito de outra saída, a de 1849, quando êle deixa não a Regência mas um simples ministério.

Depois da Maioridade, uma curva política vai definir-se no país — pôde registrá-la, depois, a história — nos anos de 1847 e 48.

O marco legal é a criação da presidência do Conselho de Ministros, em julho daquele primeiro ano. Com isso, implantava-se uma coordenação do govêrno que não apenas cumpria melhor o espírito constitucional como, principalmente, devia confirmar a ação unificadora da monarquia, resguardando-a. Os ministros deixavam de ser escolhidos, de um por um, pelo Imperador, em cujos ouvidos os íntimos poderiam soprar insinuações de tôda espécie, e passavam a ser um corpo solidário, um tanto mais forte em face dos individualismos que caracterizam ainda hoje a política e — quem sabe se não, também, — o espírito nacionais. No entanto, essa mudança de técnica governamental envolvia um movimento mais profundo em que se vinha exaurir um estágio da nossa mentalidade política: aquêle extinguir-se das lutas da independência e da organização constitucional que muitos historiadores datam do gabinete Paraná, com a sua Conciliação em 1853, anuncia-se agora quando se está assinalando — em palavras do historiador Heitor Lyra — “o fim do liberalismo revolucionário que se implantara no poder com o golpe de estado maiorista de 1840, se desmoralizara, em seguida, com as rebeliões de S. Paulo e de Minas Gerais em 42, perdera depois a grande partida dos Farrapos em 45, para receber o golpe de misericórdia com a derrota dos Praieiros em Pernambuco em 1849” (*História de Dom Pedro II*, tomo I, pág. 296).

Êsse estado inquieto de espírito, gerando revoluções, susci-

tava intranquilidade, internamente, no grupo político. Apoiada nos chamados liberais, a situação governamental diluía-se. Escreve o mesmo Sr. Heitor Lyra: os homens disponíveis para o govêrno entre êsses liberais “eram prata usada e já gasta, quando não inteiramente desmoralizada. Almeida Tôrres (Macaé), Alves Branco (Caravelas), os dois Cavalcanti (Albuquerque e Suassuna), Paula Sousa, Limpo de Abrau (Abaeté), os maiores do partido, eram homens que o poder usara, que haviam perdido o crédito da opinião pública e com os quais era impossível implantar no país o regime de paz e de ordem de que êle tanto necessitava” (pág. 299).

Êsse ano de 1848 começara com um ministério chefiado por Alves Branco; em março, o poder passou a outro, presidido por Almeida Torres; em maio (no dia 31), veio um terceiro, de Paula Sousa. Foi semelhante instabilidade dentro da situação liberal, que o Imperador tentou impedir que se refletisse em tôda a vida nacional, chamando ao poder os conservadores.

A criação da Presidência do Conselho, em 1847, a ascensão dos conservadores no ano seguinte e a posterior Conciliação promovida pelo Marquês do Paraná, constituem uma série de procedimentos que mostram uma procura de eficácia política e, ao mesmo tempo, uma procura de rumos ideológicos, numa ultimação, num encerramento do passado.

E eis que D. Pedro se lembra de Araújo Lima, como dêle se lembrara Feijó, cêrca de dez anos atrás.

“Sua volta ao poder” — escritor Heitor Lyra — “significa uma verdadeira *rentrée en scène*. Afastado do poder por ocasião da maioridade do Imperador, apeado — é a expressão exata — pelo facciosismo e ambição de mando dos Andradas, êle teve a habilidade de conservar-se distanciado do espírito de facção que dominou a política brasileira nesses últimos oito anos, sem contudo deixar-se eclipsar. Não se expôs. Não se gastou. Foi hábil e prudente. Conservador por índole e por educação política, não quis acompanhar Bernardo de Vasconcelos nos seus arroubos de eloquência, nem Honório Hermeto nos seus atos de despotismo. No fundo, como um orgulhoso que era, tinha-se na conta de homem necessário e poupava-se para as grandes crises”.

O autor que vem sendo citado para continuidade do relato e da interpretação, invoca, em favor dêsse juízo que enuncia, Tavares de Lyra.

Frise-se desde logo a curiosa circunstância de que, ao falar sobre o Marquês de Olinda, quase não há um escritor que não avance um julgamento pessoal, que não sinta a necessidade de se referir ao caráter do personagem. E é claro que nem sempre as sentenças serão justas. Aí está, por exemplo, Araújo Lima calculando um retraimento para aparecer numa hora especial, à altura da importância que se dava a si próprio... Outros falarão do mesmo modo — mas haverá quem tenha linguagem diferente. De qualquer maneira, interessa anotar que essa presença da personalidade, impondo-se à atenção dos críticos recentes, talvez se tenha imposto igualmente aos políticos da época. O segredo do Marquês não estará, então, em seus orgulhos ou em suas manobras — senão nele mesmo. Ele era realmente poderoso: será o primeiro dado de sua psicologia.

O sr. Heitor Lyra continua, páginas adiante: “Olinda a todos subrepujava. Antigo Regente do Império, nenhum outro, além de Feijó que já era morto, aliás, alcançara posições tão elevadas. Nenhum dispusera de uma soma tão grande de poder, desfrutara igual autoridade, assumira tão largas responsabilidades. Na galeria dos grandes do Império, o seu lugar só podia ser e era, de direito, o segundo, logo abaixo do Imperador, com apanágios de um verdadeiro Vice-Rei” (pág. 301).

Como se vê, é o passado do Marquês que vem para o primeiro plano — o fato de ter sido Regente, à frente dos demais. Quando ele, porém, construiu êsse passado, chegou a tal relêvo — é claro que outra coisa devia justificar a ascensão... Agora, ele valia porque subira antes; e antes, por que subira? Não são as circunstâncias externas em que se desenrolou a sua carreira e que de certo modo a representam, — que nos explicam Araújo Lima. É a sua personalidade.

Inventaram que ele seria um bom rei constitucional — isto é, um juiz tranquilo e isento, capaz de ver subir, com a mesma alma, ora um partido, ora outro. Como conciliar, porém, semelhante capacidade de isenção com a vocação de escolher e decidir que era a condição indispensável do seu comando e do

seu prestígio, sem a qual não seria ele, jamais, um chefe? Foi ele, sempre, um homem de opções — como a que o fez afastar-se da presidência do ministério no gabinete iniciado em setembro de 1848. O que deve ter havido, nele, é o admirável poder intelectual de distinguir entre o que julgava essencial e o que julgava secundário, encontrando no disciplinado caráter o outro poder tanto de ser teimoso — como foi chamado — quanto de ser temporizador, conforme as circunstâncias. Talvez também por isso, porque distinguisse nitidamente o importante e o superficial, não se dissipou em palavras ou em gestos: não deixou muitos elementos para que se visse o que havia no seu íntimo. Não se desvendou através de confidências ou descuidos. O que deixou na história foi o seu ser, firme e compacto como um bloco, e a sua ação que era a relação concreta da personalidade reservada com a mutável conjuntura e com os indivíduos mais mutáveis ainda. Quem quiser que o interprete à vontade: ele está ali, positivo e seguro.

* * *

A nomeação do gabinete, pondo fim ao predomínio dos liberais com a subida dos conservadores, foi feita em 29 de setembro mas a Câmara dos Deputados, onde era grande a maioria do partido agora afastado, só se conseguiu reunir no dia 2 de outubro, abrindo o fogo o vivaz Teófilo Otôni. Queria saber o motivo da queda do ministério de Paula Sousa, quando nenhuma votação parlamentar justificava semelhante substituição. A peça oratória é veemente e acusa o novo governo de se estar esquivando a aparecer perante os deputados e de ter oferecido à outra Casa do Parlamento apenas a famosa declaração de “nada prometer, a fim de não ser acusado, depois, de haver falhado”... Rodrigues de Souza seguiu-se na tribuna para acentuar como era, êsse, “um programa enigmático”, acrescentando que “se tal silêncio pode ter algum efeito positivo é para autorizar suspeitas vagas, ainda as mais absurdas”.

Com efeito, elevada à categoria de plataforma de governo, semelhante frase, mais do que um sinal de prudência, era um desistimento, um esforço de distrair as atenções e ganhar tempo para fazer alguma coisa bem diversa.

Deixar que o Vice-Reinado ressuscitasse não era apenas permitir a formação de um poderoso e ambicioso concorrente: era, sobretudo, renegar uma orientação que se mostrara pacífica e benemérita. Teríamos de atender aos apelos que nos vinham do Uruguai no seu desejo de continuar soberano. Até onde, porém, seríamos arrastados, se não nos mantivéssemos inteiramente alheios a tôdas aquelas intrigas e confusões?

Era êsse o problema que se apresentava aos governantes brasileiros. Quase todos se convenceram de que era imperioso intervir. Olinda, porém, resistiu. Também êle — diz o Sr. Heitor Lyra — “não se iludia sôbre as intervenções imperialistas de Rosas”; apenas, acreditava em meios suasórios e queria evitar que a situação fôsse colocada em têrmos que a conduzissem ao extremo. “Nenhum (dos nossos estadistas) queria a guerra a todo custo. Mas, nenhum também queria evitá-la a todo custo, como era o propósito de Olinda”. E o historiador de Pedro II que, à parte seus juízos pessoais, delineia muito claramente a questão, esclarece, apoiando-se em Nabuco, que Araújo Lima achava faltarem-nos “recursos tanto militares como financeiros, para lutarmos vitoriosamente contra a coligação de Rosas e Oribe. Temia que uma guerra infeliz, além de favorecer os planos de Rosas, custasse a vida ao próprio trono e à monarquia”.

O que interessa no episódio é a visão e a coragem do antigo Regente. Êle viu que nos envolveríamos nos conflitos do Prata — ora aliando-nos ao Paraguai, protegendo-o e armando-o como naqueles anos, ora tendo de defender-nos contra êle como dali a vinte anos, quando Olinda será chamado de nôvo ao Govêrno para preparar o esforço bélico e conduzir a guerra que havia talvez previsto e certamente receado. Viu isso, e teve a coragem de se singularizar opondo-se. É possível que a única saída eficaz, fôsse aquela perigosa, que os outros escolheram. No entanto, a sua figura recorta-se, nesse debate, com inegável grandeza.

Quatro vêzes, Pedro de Araújo Lima foi chamado a presidir o govêrno do país na qualidade de Chefe do Gabinete ministerial. E eram, tôdas, ocasiões de especial gravidade.

O primeiro chamado ocorreu em 1848, quando as exigências íntimas da nação reclamavam o encerramento de um estado de coisas que vinha das inquietações iniciais e que já não possuía qualquer razão de ser. Através de idas e vindas, de altos e baixos, configurara-se um conjunto de princípios e instituições que eram mister introduzir na prática da existência cotidiana. A lei suprema, a autoridade suprema estavam instauradas e reconhecidas; as antigas disputas do constitucionalismo e do republicanismo, do próprio eventual separatismo, deveriam ser esquecidas, sepultadas. Com a sua reta consciência, Paula Souza demite-se do govêrno que chefiava em nome de uma tendência liberal ultrapassada e sugere ao Imperador o nome do adversário — o visconde, futuro Marquês de Olinda.

A situação que dessa maneira se estabelece, como que se coroa no admirável quatriênio de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná. “O grande homem — dirá Euclides da Cunha — demarca um período decisivo da nossa história continental, e centraliza-a. Enfeixa as energias do passado e desencadeia as do futuro. Separa duas épocas. Foi o ponto culminante do Império”. Morre êle em 1856 e embalde Caxias recebe a incumbência de continuar a obra política realmente excepcional: fora do campo específico do seu gênio, era apenas um homem de partido. Araújo Lima é que vem preparar o advento da nova política, em que se tentará colocar em têrmos de renovação o inevitável dualismo das tendências, a discriminação dos novos conservadores e dos novos liberais. Governa de maio de 57 a dezembro de 58 — para voltar em 1862, substituindo um gabinete que apenas durou três dias; sua função agora é suscitar a organização em verdadeiro partido, do que fôra até então simples aliança imprevisível: o partido progressista envolve o abandono, por Olinda, dos velhos arraiais conservadores.

Na séria experiência política que se está promovendo, o então ainda Visconde de Olinda é o timoneiro a que se recorre tanto para vencer as crises como para atravessar as calmarias. Êle se move acima das ondas e entre os ventos. Quando Caxias enrijece o roteiro ou quando Zacarias lhe vê arrancado o comando, é ao velho marujo que se recorre — não aos seus

ressentimentos mas ao seu objetivismo, à espécie de co-naturalidade com que, desde as Côrtes de Lisboa, não se alarma nem se precipita em face dos temporais. Com essa autoridade vem êle para o lado dos jovens Nabuco de Araújo, Saraiva e Zacarias, tentar uma orientação mais livre, mais adequada às circunstâncias.

Tão promissora parece a liga então fundada que, pouco depois, irrompendo a guerra do Paraguai e fazendo-se necessário concentrar o país para o esforço da luta difícil, vem novamente à presidência do ministério, pela quarta e última vez, o Marquês de Olinda, com os seus mais de setenta anos de idade.

A guerra do Paragui desenrolou-se, difficilmente, em três planos — dois dos quais têm sido bem estudados. O terceiro, porém, tem sido deixado à margem, embora tenha sido fundamental.

Há, na luta, um aspecto diplomático e outro, militar. Temos feito justiça aos que, sob essas duas faces, conduziram o país à vitória final, seja encaminhando as alianças e os tratados, seja destroçando a resistência inimiga e conquistando, palmo a palmo, o seu terreno. Nada disso, porém, teria sido viável, se não houvesse, na retaguarda, um esforço administrativo do qual bem poucos se lembram.

Com efeito, a guerra exigiu de nós uma organização de energias e recursos que nem as nossas campanhas bélicas anteriores nem — muito menos — a nossa problemática cotidiana e rotineira nos tinham reclamado nunca. Tivemos de nos aparelhar para duras batalhas travadas a milhares de quilômetros dos nossos centros vitais, das nossas regiões mais ricas ou desenvolvidas. Para lutar em Humaitá e Cerro-Corá, tivemos de enviar víveres e armas, remédios e roupas, descendo pelo Oceano até Montevideú e Buenos Aires, e subindo o rio até os quartéis da tropa. Tivemos de construir hospitais e estradas — e para isso foi necessário, por sua vez, desvendar uma geografia até então ignorada. A guerra naquele cenário distante e custoso de atingir, não foi apenas questão de coragem e bravura: foi questão de organizar um exército e preparar uma esquadra em condições de levar a cabo semelhante empreza.

Têrmos reunido e sistematicamente disposto todos êsses ele-

mentos, dando-lhes aptidão para vencer a guerra num teatro assim longínquo — eis o que foi a nossa maior vitória, não sobre o inimigo, mas sobre nós mesmos: sobre as nossas distâncias, sobre a nossa pobreza, sobre a dispersão de nossas gentes e a precariedade de nossas técnicas. Heroísmo individual ou coletivo não nos faltara jamais; o que nunca havíamos demonstrado era tamanha capacidade de articulação e produtividade. E o que isso veio a significar para a unidade nacional, como travejamento de nossas estruturas interiores e como consciência de nossas possibilidades, de nossos poderes — parece-me que seja o saldo positivo que resultou da provocação.

Sem que semelhante esforço se efetivasse nas oficinas e nas repartições, longe do entusiasmo dos riscos guerreiros e da animação das glórias marciais, o resto seria impossível. A batalha anônima da administração é que preparou a vitória. E afigura-se injustiça que não se tenham posto os diretores de serviços na mesma evidência que os generais e os embaixadores.

O Marquês de Olinda, ministro do Império entre maio de 1865 e agosto de 1866, isto é: quando a vitória do Riachuelo prende Lopez no seu próprio terreno e começa, de nosso lado, a preparação para vencer as defesas tidas como inexpugnáveis — terá sido um dos grandes comandantes dessa jornada obscura mas decisiva.

Havia, sem dúvida, e funcionavam, no gênio de Pedro de Araújo Lima, aquelas qualidades que o fizeram ser apresentado como um bom projeto de rei constitucional: a vocação de árbitro isento, incontaminado pelas paixões que estivessem dividindo os outros. Havia nêle também, no entanto, qualidades que se diriam antagônicas a essas outras, de iniciativa e responsabilidade no comando. Terá sido a composição entre elas que fez a sua força e, cumulativamente, o seu mistério. No fim, certo grupo numeroso de intérpretes e críticos terá encontrado a fórmula cômoda mas injusta: de um lado, a condição de ex-regente dava-lhe prestígio e autoridade; de outro, o amor-próprio dava-lhe inspiração e ímpeto. O homem profundo desaparecia — o que o habilitava a exercer tão diversas funções históricas.

Talvez fôsse mais justo e mais certo reconhecer nele, equi-

libradas, a clarividência e a energia. Uma levava-o a considerar objetivamente a realidade exterior, inclusive manifestando-se nas tendências e opiniões alheias; desde o começo, êle foi assim, desde as Côrtes de Lisboa onde permaneceu até a conclusão final, vendo o rumo definitivo para escolher a própria posição. A outra suscitava-lhe o ânimo de, em face da realidade assim observada e medida, tirar uma conclusão e levá-la para a frente; aqui, a sua especialidade seria a de tirar do atoleiro carros que nele se tivessem metido.

A imagem pode ser que sirva para expressar a vida política brasileira quando os movimentos naturais animadores dos partidos na fase da Independência e da organização quedaram sem sentido — depois de o Imperador estar no seu trono e o Parlamento nos seus ministérios. Olinda liquidada em 1848 o passado, para que Paraná inicie outra vida. A morte de Honório Hermeto altera os planos, recai-se na confusão e Olinda reaparece com a sua Liga, projeto de criação de coisas novas, ante o que não somente se rebelam senão também se escandalizam os temperamentos não inclinados a aceitar as mudanças do tempo.

Entre êles, José de Alencar.

A carta pública e famosa que “Erasmus” escreve ao Marquês de Olinda encerra elogios que poderiam ser tomados ao pé da letra, mas a que as intenções do autor fazem acréscimos envenenados de ironia: “enchestes com o vosso nome o livro do segundo reinado; rara é a página em que não figure êle no alto. Estreastes regente; era natural que acabásseis Vice-Rei. Poder moderador responsável, cobrindo o poder moderador irresponsável, representais o tronco rugoso e vetusto de oculta e possante estirpe”.

Tudo, porém, para que? Para, no fim, dissolver o partido conservador, num gesto de ressentimento e vingança... A isso, José de Alencar resumiu a obra política do brasileiro illustre! E figurou a voz da pátria interpelando o excelso campeão: “a rija têmpera e a fibra indomável que hás mostrado com asombro de todos e vergonha desta mocidade indolente, não sentes que devam ter mais nobre emprêgo do que o serviço doméstico do teu amor próprio ofendido?”

Aos olhos de Alencar, a atitude do Marquês valorizando

os homens novos, por cima das divisões partidárias, era a vingança da mágoa causada pelos companheiros do ministério conservador que tinham consentido na demissão de 1849... O Marquês cozinhou o despeito por longos anos, até ser-lhe dado o prazer mórbido de destruir as falanges tradicionais e gloriosas. “Quem primeiro deu o exemplo das mesclas ministeriais, com o intento de enxertar um em outro partido? Quem levantou de repente da obscuridade em que jaziam os homens sem experiência e traquejo que vieram desgraçar a Pátria?” Assim, o coerente exercício da função de quem fôra apelidado de “rei constitucional”, de não se prender aos interesses partidários ou de procurar estadistas novos quem organizara o “ministério das águias” — parecia ao ficcionista simples façanha de raiva e de ambição.

A eventual autoridade que tivesse Alencar para semelhante objurgatória, seria destruída pela sua posterior carreira política: o pessoalismo de suas atitudes será muito mais acentuado e muito menos justificado que o de Araújo Lima.

Êste, àquelas alturas, como que se habituara a ver o Brasil em perspectivas essenciais: passando os reis e as instituições, os partidos e os oradores. Restando apenas, a esperar e crescer, alguma coisa indizível e inabalada — a Nação.

Machado de Assis olhara-o, antes dessa verrina de Alencar, n’*O Velho Senado*: “Olinda aparecia-me envolvido na aurora remota do reinado e na mais recente aurora liberal”... Era, portanto, um homem superior ao tempo, a participar das sucessões que ocorrem nele, ou a prepará-las. O cronista alude à surdez de que sofria o estadista e a cujo respeito anota: “não seria tão surdo”. E põe o retoque decisivo no retrato: “quando tinha de responder a alguém, ia sentar-se ao pé do orador e escutava atento, cara de mármore, sem dar um aparte, sem fazer um gesto, sem tomar uma nota. E a resposta vinha logo: tão depressa o adversário acabava, como êle principiava, e, ao que me ficou, lúcido e completo”.

São dois adjetivos que cabem inexcedivelmente a Pedro Lima, visconde e, depois, Marques de Olinda. Assim está êle na história da Pátria — lúcido e completo não somente em seus discursos do Senado senão em tôda a sua carreira.

A Vida no Universo

ALUIZIO BEZERRA COUTINHO

A indagação feita pelo homem a respeito de suas próprias origens e das origens dos demais seres vivos da vida em geral, como fenômeno ou como processo, está a ponto de atingir um momento crítico cuja significação transcende os limites da cavilação íntima dos círculos científicos, e se espraia por toda a humanidade.

Nem poderia ser de outra forma. O homem está prestes a pôr seus pés na superfície de outros astros, de outros planetas além da Terra. Qual será a paisagem que êle divisará? Sòmente o caos de rochas brutas, sem outra aparência que a resultante da atuação das fôrças físicas, ou do trabalho químico das substâncias? Ou deparar-se-á com manifestações de atividade vital? Encontrará evidências da presença atual ou passada de seres vivos? E se assim fôr, que naturezas de vida, que modalidades de formas estranhas ou similares serão achadas? Que relação, parecença ou parentesco terão relativamente às formas de vida terrestres?

Tais são algumas das muitas questões cheias de significação para o homem de hoje, cujas respostas no momento não passam de meros inventários de possibilidades à espera das verificações que, se positivas, abrirão perspectivas e possibilidades novas de estudos, ao mesmo tempo que fechará todo o capítulo das dúvidas e cogitações puramente indutivas.

Pode acontecer que isto não se dê por ora. Os objetos planetários ao alcance próximo do homem podem ser desprovidos de vida, e lá sòmente desertos serem encontrados. Se assim fôr nenhuma decisão poderá ser tomada porque a esterili-

dade dos outros planetas solares poderá depender da impropriedade de suas condições para o desabrochamento de alguma sucessão de seres vivos. Se assim fôr ficaremos sem motivo para escolha ou decisão. Nada então nos apontará algum dado positivo de conhecimento que nos informe sôbre a origem da vida que sabemos existir no universo sômente porque a reconhecemos em nós mesmos e em tórno de nós, no nosso planeta. Uma vez que nada de positivo sabemos ainda sôbre a vida nos corpos celestes, dispomos sômente de cogitações que não passam da admissão tácita de que o aparecimento da vida seja necessário, desde que as condições apropriadas se apresentem.

Se o homem ao deixar a Terra encontrar seres vivos em outros planetas, terá feito uma descoberta da qual poderá resultar muito esclarecimento a respeito da origem da vida, de como ela apareceu e reforçará a noção da universalidade de sua ocorrência. Mesmo porém que isto não se dê, se a vida na terra fôr única no universo, nem por isso a questão da natureza e da origem dêste processo deixará de ser examinada, nem por isso a questão da natureza e da origem dêste processo deixará de ser examinada, nem de preocupar o ânimo indagativo. Mas, nesse caso a indagação terá de deixar de contar com a ajuda que seria o excelente material para comparação, representado pelos exemplares de vida extraterrestre. Não se tomem porém os resultados negativos da exploração do espaço do sistema planetário como a prova da singularidade, nem do isolamento da vida terrestre no universo. O mal da verificação empírica é a limitação de seu alcance. Mesmo que o exame de cada outro planeta além da Terra venha a revelar a esterilidade, isso não quer dizer que na imensidade do universo, para além do sistema solar não possam haver outros e talvez muitos sistemas planetários, com planetas populados por seres nos quais reconheceríamos as características que nos servem para designar a vida. Mas não vemos como chegar lá. A tecnologia do presente nos torna acessível sômente a proximidade do sistema Solar: não nos facilita as distâncias estelares.

Esperanças de próximo achado de vida extraterrestre têm cabimento. No entanto não são tão grandes e promissôras como seria desejável, pelo menos para os que sentem uma espécie de

confôrto intelectual em imaginar o universo populado, possuído por entre vivos, com os quais poderia, — por que não?, — pelo menos em alguns casos, comunicar-se. De qualquer modo esta esperança repousa sôbre a convicção de que o processo vital seja reconhecível como tal, por ser semelhante, comparável ao que conhecemos na terra, implicando a admissão de que a vida se apresenta com suas marcas individualizadoras, e que onde estas forem encontradas caracterizarão com certeza sua presença.

As marcas reconhecíveis como indicações seguras da presença da vida são as características descobertas pela investigação empírica. Podem ser expostas em poucas palavras. Em primeiro lugar o processo vital manifesta-se em sistemas materiais abertos através dos quais se pode observar uma circulação de matéria e de energia. Em segundo lugar, êstes sistemas têm complexidade elevada e mantêm ao longo do tempo a ordenação característica de suas partes componentes. Em terceiro lugar, estas estruturas complexas reproduzem-se o que implica na imposição de ordem à matéria estranha, não ordenada conforme os padrões característicos do sistema que se reproduz. Em resumo, os seres vivos são sistemas materiais complexos abertos, que mantêm seu padrão de ordem e se multiplicam, reproduzindo-se.

Como se pode notar, seja caracterização nada específica ou exige quanto à natureza do material utilizado na feitura dos sistemas, nem estipula exigências especiais quanto à maneira pela qual a matéria é disposta, arrumada ou estruturada. Concede completa liberdade de escolha, podendo ser qualquer o material empregado, ser qualquer a estrutura elaborada. Exige-se sômente que além de preservar a ordem, o arranjo, a disposição de suas partes, possa conferir esta mesma ordem, disposição ou arranjo a outras quantidades de matéria fazendo com que novas estruturas com idênticas propriedades surjam no correr do tempo, pondo em ordem tôda matéria ordenável que estiver a ela acessível.

A satisfação dessas exigências só pode ser atendida por sistema materiais de complexidade bastante elevada cujas partes gozem de relativa independência e atuem umas sôbre outras de maneira regulada no tempo. Com isto estamos descrevendo as

especificações de um dispositivo automático capaz de executar operações reguladas pela interação de suas partes, seus "órgãos", capaz de se servir de energia vinda do exterior, capaz também de atuar sobre matéria de origem externa, dela tirando energia, ou trabalhando-a de maneira a conferir-lhe forma, estrutura e composição determinadas pelo processo em andamento. É evidente que nem todo autômato, por complicado que seja, poderá satisfazer à propriedade, da autorreprodução. Esta propriedade exige um tipo especial de complexidade mínima constituída pela reunião de conjunto de partes às quais se atribui a capacidade de executar atuações perfeitamente bem definidas e em caráter de exclusividade. Por isto deve-se entender que cada conjunto de partes, que se pode chamar máquina, executa determinadas operações; e que somente ela o pode fazer. O sistema total fica definido como sendo uma associação de máquinas que interagem de forma determinada, conforme uma programação necessariamente constituída por uma estrutura material sólida, portadora da instrução segundo a qual atua e procede um sistema total.

Tais tipos de sistemas somente podem existir obedecendo e certas exigências bem precisas. A instrução informacional, desde Schrodinger⁽¹⁾ que se sabe somente poder ser de natureza sólida, uma macromolécula, cuja integridade seja mantida por força de intensidade elevada a fim de permanecer constante e, portanto, estável, condição indispensável para atender à preservação da ordem, mantendo ao longo do tempo uma resistência eficaz aos fatores que promovem o crescimento da desordem. Isto equivale a manter um alto grau de improbabilidade, o que significa fugir, em domínio local, de forma sistemática, não aleatória, ao incremento de entropia, coisa somente possível a sistemas abertos onde as entradas podem diferir das saídas pelo grau de ordenação em referência ao padrão do sistema. A instrução informacional consiste, assim, na variedade estrutural contida no substrato material padrão. Esta variedade corresponde à informação segundo a qual é feita a escolha das configurações moleculares a serem retidas, e a das que devem ser eliminadas.

Para que sistemas automáticos assim concebidos possam ser

autorreprodutores precisam conter, além da instrução, máquinas de pelo menos três tipos, definíveis pela suas funções. Uma das máquinas tem como função construir, pela reunião de peças materiais diversas, por elas retiradas do ambiente, qualquer tipo de estrutura complexa descrito na instrução. Uma segunda máquina será capaz de copiar a instrução produzindo certo número de cópias idênticas em dado espaço de tempo. Uma terceira máquina terá a função, inteiramente diversa das precedentes, de coordenar o funcionamento das duas primeiras, de forma que a produção de cada estrutura completa pela primeira, seja feita no mesmo tempo que uma cópia completa da instrução. Assim cada produto da primeira máquina poderá ser provido com uma cópia da instrução. Agora se torna claro que se a instrução contiver uma descrição completa das três máquinas, um conjunto — máquinas mais a instrução — será autorreprodutiva.⁽²⁾

Este resumo dá uma idéia das exigências mínimas de complexidade para que uma estrutura material qualquer possa ser capaz de se reproduzir, de se comportar como um ser vivo. Seu estabelecimento deve-se ao matemático húngaro Johann von Neumann em 1954. Torna-se bem claro que as propriedades definidoras do processo biológico somente podem ocorrer se satisfeitas tôdas essas condições. Nenhuma das máquinas elementares do conjunto é por si capaz de reprodução, como também não o é a instrução que precisa ser copiada. Também torna-se claro que a permanência da ordem ao longo do tempo, característica típica, lei fundamental de conservação na biologia, está na dependência da solidez do substrato material da instrução, da resistência aos efeitos destrutivos, deformadores, desorganizadores do ambiente.

Um pouco de reflexão basta para que se perceba a origem das limitações que o ambiente impõe às manifestações, à existência da vida. As condições carecem ser tais que não ocorra energia livre com intensidade da mesma ordem de grandeza ou mais elevada do que a resistência das estruturas moleculares da instrução informacional. Isto elimina logo os lugares de temperatura elevada, incompatíveis com o estado sólido ou cristalino. Elimina também os lugares onde haja concentrações elevadas de radiação de alta energia, quer partículas quer fótons. Eli-

mina também regiões de temperatura muito baixa, onde a energia livre disponível seja tão reduzida que torne inviáveis as operações de transporte inseparáveis do trabalho das máquinas do autômato.

Note-se que na teoria de von Neumann nada é exigido quanto à natureza material das substâncias com que possam ser feitas a instrução e as máquinas. Pode-se porém pensar que somente materiais dotados de certas características possam prestar-se convenientemente para utilização apropriada. Considere-se o caso particular da instrução que especifica ou descreve todo o conjunto autorreprodutivo. O substrato material capaz de se prestar deve ter estabilidade dimensional e estrutural satisfatórias e comportar variedade de aspecto, seja configuração, seja composição, que possa corresponder a cada uma das especificações, uma a uma, isto é, de maneira unívoca. A complexidade dos organismos é elevada, mas a variedade necessária para descrevê-la pode ser reduzida da mesma maneira que com as poucas letras do alfabeto pode-se redigir toda a literatura que se quizer. Melhor ainda, com os sinais ponto, traço e intervalo, ou ausência de sinal, conforme a cifra Morse, pode-se escrever tudo. Pode-se mesmo usar a variedade mínima, o sistema binário, para com êle redigir-se a instrução que se quizer, e o uso da numeração binária, por incômodo que pareça, facilitou a tecnologia dos computadores digitais. A utilização de sistemas de ordem pouco elevada na constituição de cifra facilita sua realização prática porque admite o serviço de variedade material abundante e de síntese fácil. O substrato material da informação nos seres vivos terrestres é uma molécula longa resistente, formada por duas metades complementares. É o chamado ácido desoxirribonucleico, dantes conhecido por ácido timonucleico, e tudo indica servir como uma cifra binária. A investigação empírica dos últimos tempos tem descoberto que esta cifra é copiada no processo de reprodução em que ela é passada adiante, na linhagem dos descendentes, e que é lida, "Traduzida", durante a construção e atividade dos organismos, das células. Em todos êsses processos verifica-se a manutenção da ordem inicial e a imposição desta ordem ao material que, ao penetrar nos sistemas abertos que são os organismos, deles passam a fazer parte.

A síntese de cada componente material, de cada molécula encontrada nos organismos não chega a ser uma dificuldade. Tem-se demonstrado que a partir de misturas materiais que se supõem semelhantes às que deveriam ter existido na superfície da Terra antes do aparecimento da vida, pode graças à ação de agentes físicos, formar-se aminoácidos, peptídeos, bases orgânicas diversas, enfim, a matéria prima para a produção de um organismo. A dificuldade está em se passar de uma complicada mistura caótica de compostos orgânicos à estrutura organizada e funcional, metabolizante e autorreprodutiva, qualidades estas que definem o ser vivo.

A dificuldade reside em se conceder como na ausência de um plano programado, de um precedente, poderá organizar-se em seres vivos o caos da mistura, da "Sopoc orgânica" primordial. Ou melhor avaliar-se qual a probabilidade de, graças ao acaso, constituir-se um agregado material que se comporte como um ser vivo.

A teoria de Von Neumann foi a primeira definição séria dos termos do problema. Graças a ela, já se tem chegado a fazer a estimativa⁽³⁾ das dimensões mínimas necessárias para que exista um organismo, uma estrutura celular como o aparelhamento metabólico mínimo capaz de funcionar. Êste cálculo foi feito por Horowitz, resultou na estimativa de um diâmetro mínimo da ordem de 0,1 μ ou seja de uma ordem de grandeza bem próxima da observada nas menores células conhecidas — as bactérias dos gêneros *Mycoplasma*. Desta consideração estão excluídas as estruturas materiais conhecidas como vírus, que são apenas instruções informacionais capazes de serem copiadas por certas células, mas incapazes elas próprias de autorreprodução, e podendo ter reprodução química bastante diversa do substrato material de informação dos organismos, como parece ser o caso do vírus recém estudado pelos ingleses, causador de uma doença — o "Scrapie" dos carneiros, — que até nem parece ser de natureza nuclear.

Definem-se afinal os termos em que deve ser situada a questão da biogênese: qual a probabilidade da formação casual dos seres vivos? Poderá, no estado atual dos conhecimentos, ser encontrada uma resposta para esta questão?

Sempre os homens foram otimistas relativamente às possibilidades da biogênese. Se deixarmos de parte a biogênese por Atuação Divina, e nos limitarmos às suposições de uma origem natural da vida, pode-se reconhecer que sempre houve uma tendência a considerar a vida como o desfêcho final, não só provável, mas até necessário de processos naturais. Tanto filósofos da antiguidade como investigadores de nossos tempos têm admitido que da matéria bruta seja possível, por um processo misterioso mas inevitável, ir surgindo estruturas mais e mais complexas, até que seriam transpostos os limiares da biogênese. Tal era a idéia prevalente sob diversas formas tôdas unânimemente implicando não só a existência necessária da vida em tôdas as situações permissíveis, mas também em sua generalidade, universalidade, a variedade, não sendo raro encontrar-se referências à possibilidade de vida com substrato material inteiramente diverso do observado na vida terrestre.

Uma das conseqüências da definição da complexidade mínima para que uma estrutura material seja autorreprodutiva é apontar a escassa probabilidade da biogênese espontânea, da biogênese como episódio necessário numa progressão contínua de estados de agregação crescente da matéria até comportar extrema complicação. Na biogênese, o que interessa é uma dada categoria de complexidade, não apenas a complicação, os valores elevados da massa molecular dos corpos.

Mas, por menor que seja a probabilidade da biogênese, ela é positiva. A questão está em avaliarmos que relação poderá haver entre as estimativas das dimensões do universo e de sua duração, para verificarmos se comportam a probabilidade de aparecimento da primeira estrutura autorreprodutiva da qual proviria no correr do tempo, tôdas as demais, e nós inclusive.

No universo é muito grande, nele certamente há de haver muitos planetas onde as condições físicas permitam formas de vida, e dura, segundo os partidários das cosmogonias de data inicial, há tempo suficiente para que possa já se ter realizado como se realizou pelo menos uma vez a biogênese. Maiores facilidades para a ocorrência múltipla da biogênese são oferecidas pelas cosmogonias da criação permanente, do universo eterno e estacionário sem inícios dos tempos, porque aumentam in-

finitamente as margens de oportunidade para um acontecimento extremamente raro, tornando-o necessário, inevitável.

É possível que a vida tenha surgido somente na terra, e a natureza uniforme única, idêntica em todos os organismos conhecidos, suporte material da informação genéfrica, aponta para uma origem só de tôdas as formas de vida terrestre.

Esta unidade de natureza é porém compatível com uma origem extraterrestre da vida. Basta para isto supôr que em certa ocasião a Terra tenha sido semeada por uma única unidade biológica viável.

Esta cogitação é valiosa principalmente para os que aceitam a idéia do universo estacionário, porque se as Sementes da vida puderem ser transportadas através do espaço de não importando o quanto isto possa ser difícil, e precário de um planeta viável para outro e se o universo fôr eterno, então desaparecem tôdas as dificuldades. Não somente a ínfima probabilidade da biogênese torna-se uma certeza, como a permanência da vida, uma vez formada, passa a não depender mais da duração breve em escala cômica, dos sistemas planetários. Dentro da eternidade tôdas as probabilidades convertem-se em certezas, e por isso na cosmologia da criação permanente, a vida pode ser tida como componente constante do universo e não como uma extravagância natural, uma espécie de aberração no mundo material.

Isto porém é válido somente se fôr admitido como sendo possível e efetivo o transporte de vida através do espaço não somente em escala planetária porém cômica, de sistema estelar a sistema estelar.

Admita-se agora que se venha a observar sem margem de dúvida a ocorrência extraterrestre da vida. Em qualquer caso ela dependerá de um substrato material que poderá ou não ser da mesma natureza que o da vida terrestre. Se fôr mesma natureza, que quererá isto dizer? Dado que a repetição de acontecimento tão pouco provável leva-nos à fronteira do inadmissível, então seremos levados a acreditar em uma comunidade de origem, uma difusão da vida, seja a partir da terra seja vinda de fora, como já foi cogitação de Preyer, com a sua idéia da panspermia cósmica bem antes das cosmologias modernas. Mas afinal não está o homem a ponto de levar, ou talvez já tenha

enviado sem o querer a outros planetas, amostras da vida terrestre? Mas é prudente não se levar a imaginação até o limite extremo do crível como já houve quem fizesse ao sugerir que o aparecimento da vida no precambriano, resultasse da contaminação da terra pelo lixo aqui deixado por visitantes ocasionais dos cosmos em tão priscas eras!

Mas se se apurar a ocorrência de vida, de manutenção autorreprodutiva de padrões materiais de natureza e composição inteiramente outras que não a dos seres vivos que conhecemos, então far-se-á necessária uma revisão completa em nossas idéias a respeito da probabilidade de produção da ordem biológica. Mas não estará excluída a admissão de uma planificação inteligente, mesmo porque a teoria de von Neuman tornou possível justamente isto — a planificação inteligente e a realização conseqüente de autómatos dotados de autorreprodução. O que não deixará de ser uma espécie de usurpação pelo homem de uma das tarefas que êle tem atribuído a seu Creador.

É necessário reconhecer-se, contudo, que após o alargamento do horizonte cósmico, depois que Copérnico tirou a terra de sua posição privilegiada, depois de Galileu e de Giordano Bruno, o homem tem tendido a imaginar um cosmos populado até com vida inteligente, como se fôsse muito pesado ou penoso arcar com a solidão de ser a única espécie pensante em todo o universo. A recente expansão da literatura chamada de ficção científica encontra nesse anelo muito de sua razão de ser e sem dúvida busca atendê-lo com resultados nem sempre muito brilhantes mas ocasionalmente muito bons. Frequentemente encontram-se afirmações que buscam racionalizar ou legitimar tais ficções — como se a ficção carecesse tal cousa — com o argumento de que a extensão imensa do universo muito além do que se pode cogitar sem se perder a noção das proporções, não parece compatível com o “privilégio” de ser a terra o único abrigo da vida, da qual brotou em dado tempo a inteligência. Tal suposição é falaz. Na verdade, a admissão de uma sede única da vida no universo pode não ser necessária, mas é perfeitamente possível dada a probabilidade extremamente baixa da gênese espontânea de uma estrutura material dotada de ordem complexa capaz de autorreprodução. Por ser extremamente baixa,

é que muito possivelmente só tenha ocorrido uma vez. Mas tendo ocorrido, nada de extraordinário há em que, mercê dos fatores da evolução, esta vida, tornada multiforme, multivariada pelos processos que os biólogos vão aos poucos compreendendo, tenha podido chegar a produzir uma espécie inteligente, que afinal possa e venha a se libertar do confinamento no planeta onde teve origem e possa conquistar o cosmos, porque não se provou ainda que as estrelas não são para o homem.

Nada nos permite supor que a vida na terra não seja o comêço da vida no universo, nem que seja ela só tôda a vida existente em todo o cosmos. Mas esta suposição, fortalecida pela admissão de uma cosmogenia de data inicial, manter-se-á aceitável se, e enquanto, não se achar vida extraterrestre indubitável. Mas se achada vida fora da terra que prova se terá de que não tenham tôdas as vidas da terra e de algumas lá fora, uma origem comum?

Em verdade bem pouco se sabe de seguro sôbre o que há no universo para se poder com tranquilidade emitir uma opinião que não seja um simples ato de fé. Mas o que a investigação científica procura fazer é a elaboração de um corpo de conhecimentos que exijam um número mínimo de atos de fé. E como atos de fé, já não é pouco aceitar a existência real do mundo e admitir sua compreensibilidade, crêr que é possível, embora não fácil, a construção de modelos racionais da realidade extrema que se aceitou com o primeiro ato de fé.

Mas no referente ao isolamento, à solidão da vida e do homem no universo, pelo menos no que diz respeito à manifestação da inteligência, continuamos na mesma situação em que sempre estivemos — nada parece indicar a existência. Continuam válidos os argumentos de Maurice Maeterlinck em um seu ensaio sôbre a solidão do homem. Se houver outra, inteligência no Cosmos ela não está em melhores condições que a nossa, nem atingiu mais progresso, porque até agora não nos fez saber de sua existência, não tentou se comunicar eficientemente conosco. Ou pelo menos disso não apercebemos nós, o que indicaria, na melhor hipótese, incapacidade de se fazer perceber, o que não é uma indicação de inteligência, muito elevada.

BIBLIOGRAFIA

- 1) Schroedinger, Erwin
What is Life?
1944 — Cambridge.
- 2) von Neumann, I —
The general and Logical Theory
of Automata (in Cerebral
Mechanisms in Behaviour)
1951, John Wiley & Sons N.Y.
- 3) Horowitz, H. I.
The mimimum size of cells.
(in Principles of Biomolecular Organization. A Ciba Foundation
Symposium.)
1966, I. & A Churchill Ltd London.

A Poesia de Manuel Bandeira: seu Revestimento Ideológico e Formal

LEÔNIDAS CÂMARA

Muito difícil para o crítico de poesia formalizar-se, segundo um método, na interpretação de um verdadeiro poeta. É que o poeta evolui a partir e por estímulo de uma constante inquietação em face do mundo. De todo o modo êle quer revelar e revelar-se livre de qualquer imposição lógica; para êle o universo não reproduz imagens, como um espêlho; para êle não há, como no romancista, a necessidade de perseguir uma configuração sequenciada da vida. O poeta é quem suscita as imagens no jôgo da poesia.

Diante da obra de Manuel Bandeira escolhemos, portanto, como primeira atitude, a dispensa de um método, de um instrumento de investigação a priori criado para o levantamento do texto. Deixamos de lado, deliberadamente, uma copiosa fonte bibliográfica e crítica que se vem desenvolvendo em tôrno da poesia. Preferimos um tipo de interpretação que, embora não pretenda ser uma extensão sentimental do poeta e da sua poesia, pelo menos consiga garantir a liberdade de análise dentro de uma ampla área subjetiva. Como hoje em dia ninguém desconhece ser o texto a primeira realidade e matéria com que se defronta o intérprete, estaremos, sem prejuízo de um exame paralelo, dentro do próprio texto. Na verdade, o que nos interessa é apanhar no poeta, no longo curso da sua poesia, a co-

bertura imagística que êle faz do mundo e a experiência humana que emana da sua obra. Sômente a geografia das estrofes, as variações do ritmo, as múltiplas faces das palavras não bastam para justificar o trabalho crítico. São artifícios impotentes para o verdadeiro entendimento de um artista, de sua arte. O que nos decide a trabalhar é também uma medida de emoção.

O desenvolvimento dêste ensaio será em tórno dos seguintes pontos:

I — *O revestimento ideológico:*

- a) Os ciclos poéticos e a inquietação do poeta;
- b) Análise ideológica de algumas composições.

II — *O revestimento formal:*

- a) A cobertura imagística;
- b) Manipulação da linguagem poética.

I — *O revestimento ideológico*

O exame de uma estrutura poética não pode dispensar uma prévia e lata compreensão dos ciclos evolutivos que determinaram no autor a variabilidade da sua expressão e a unidade do estilo. Na realidade, os grandes artistas conservam intata a linha ideológica que os identifica com o mundo ou que os joga de encontro ao mundo, num processo dialético contingente. As profundas mutações emocionais podem provocar um poderoso reflexo, um sulco na face ou na superfície formal que reveste a obra. São como marcas, estigmas ou rictus, como alguma coisa que vindo de muito íntimo termina por se gravar na fisionomia da criação. No entanto, uma integridade existe, jacente e subjetiva, quase fixa que, lado a lado com a variação expressiva, rastreando-a, identificando-a, não desacompanha a evolução do artista. Seja que nome lhe possa ser dada, o fato é que provém de uma complexa estrutura ideológica, resistente, impermeável, fincada no interior. Por acaso a isso se pode chamar estilo, tôda vez que seja apropriado lembrar estilo como característica de individualidade e não méro manejo de ele-

mentos lingüísticos. Nos artistas plásticos cuja obra esteja intensamente marcada por uma múltipla experiência estética, no curso de um aprofundamente ideológico das concepções do mundo, como é o caso de Pablo Picasso, não é difícil apanhar essa linha de unidade filosófica. Mesmo nos romancistas (um Graciliano Ramos, por exemplo) a unidade estilística identifica-se com a firmeza ideológica ao mesmo tempo que delinea as diversas fases expressivas da ficção.

Não seria ocioso, e tampouco fora de propósito, considerar a obra poética de Manuel Bandeira, antes de qualquer outro entendimento, no âmbito dessa unidade ideológica como condicionamento da variação expressiva, das diversas fases estéticas da sua poesia. Justificando-se, assim, que tenhamos que levar em conta, na interpretação da obra de Bandeira, os ciclos evolutivos da sua poesia vinculados à inquietação do autor: uma inquietação que jamais poderia ser seguramente analisada por uma pura relação do texto com o contexto histórico; por uma análise entre a obra e os estilos de grupos ou escolas, na base de reflexos. Todos êsses elementos têm sua importância para a formação de uma medida, de uma média ponderada dos valores que integram a poesia. Mostram-se lamentavelmente falhos quando se quer alcançar algo mais, quando se deseja atingir o ponto de sensível e sutil relação entre o próprio autor e sua obra, ou melhor, entre a unidade ideológica que firma o artista no tempo e os diversos aspectos de forma e conteúdo da sua criação. É partindo dêsses princípios, dessa orientação crítica prévia, que o intérprete de poesia não pode se furtar, êle próprio, a um alentador impulso subjetivista, o qual, em última análise, se constitui na melhor base de identificação entre crítico e criticado. Sômente que nessa disposição de ânimo não deixe o estudioso à margem os necessários conhecimentos teóricos (livres de sistematização dogmática) funcionalmente adaptados a uma análise em que a inteligência (ou intuição...) tenha vez. Também, seja isto pôsto como coisa clara, nada impede que o crítico obedeça às coordenadas das próprias concepções filosóficas que por acaso possua, firmando-se ideologicamente em face da obra que estuda e procura eslaçar pelo entendimento e sensibilidade.

Estivemos numa distância do primeiro objetivo dêste ensaio, mas tôdas essas considerações assumem seu valor quando se conta a favor do crítico uma revelação de propósitos. E ao retomar o fio da análise já estaremos no campo seguinte:

a) Os ciclos poéticos e a inquietação do poeta:

Aceite-se uma generalização: a Morte, o Amor, a Infância são os grandes motivos poéticos de Bandeira. Dêle e da grande maioria de poetas de sentimentalização subjetiva e universal. As variações expressivas são claramente indicadas pelo estilo. O estilo obedece à formula do individualismo, isto é, mantém-se como uma marca, um tipo na estrutura total das composições de qualquer face. Assim, o poeta triste de "Desencanto" (nunca um poeta do trágico) iniciava um longo caminho para o estoicismo. A ironia e o doce-amargo sentido da vida (ou da Vida e da Morte) não o abandonam jamais. Aguçam-se. Cristalizam-se. Abrandam-se. O desencantado termina por absorver todos os gôstos, todos os ritmos. E, no entanto, mantém-se fundado, não digo no mesmo sentimento da vida, mas na mesma base ideológica. O contrário pode parecer a um investigador incauto que perpassasse os seus cinquenta anos de maior experiência poética, de trepidante inovação estética. Será um engano, desde que a variedade expressiva (e também formal) não consegue abalar a obsidiante (e até, é certa altura da vida) repousante visão da Morte, da Infância, do Amor. O poeta tem um centro. Um universo dentro de outro universo. Através desta profundíssima particularização, dêste revelar e revelar-se, desdobra, numa sequência de imagens, o seu lirismo. Agora fácil é perceber, e não cansa repetir, que a variedade expressiva não consegue desprender-se do estilo. E o estilo corre paralelo ao revestimento idológico da obra.

Pouca importância terá para o entendimento da poesia de Manuel Bandeira abrir uma discussão em torno de pontos ociosos, como os seguintes: Teve o poeta uma fase neo-simbolista? Teve ou não o papel de anunciador do Modernismo? Foi ou não mestre de ou discípulo de? São fatos, conotações interessantes e válidas, mas o seu valor vem deslocado na poética. Porque, de real interesse, é saber as coisas às direitas e não às avessas... Não se pode correlacionar uma no-

ção rígida, ou a priori fixada, com uma criação dinâmica. O processo dialético procura estreitar no corpo da mesma discussão elementos de fluência, vida e dinamismo. O que me interessa no estudo dos ciclos evolutivos da poesia de Manuel Bandeira está no sentido contrário da investigação que reputamos ociosa ou óbvia. Por exemplo, quando o poeta concebeu o poema "Os sapos", se partia de uma concepção estética e filosófica, com razões fincadas na sua inquietação de artista, capaz *de por si só* denunciar o envilecimento e a falsidade dos padrões poéticos que ainda se praticavam no Brasil. O comum, todavia, é apanhar a configuração perfeitamente acabada do Modernismo e, num retrocesso, verificar, através de respingos, de nuances formais, se o poeta precedeu o Movimento de 1922. Desprêzo total pela criação no exato contexto do tempo. Desprêzo, também, e isto assume grande importância, pelo que o poeta representa de seu, de *interiormente* seu no corpo do poema. Êsse "interiormente seu" como elemento quase exclusivo para explicar a obra como resultante de um choque entre o poeta e a realidade. Inútilmente o que se busca são reflexos, quando se poderia captar a imagem inteira.

A partir de 1916 (tenho diante de mim o soneto a Antonio Nobre e desde aí vamos à procura dos motivos poéticos no curso da obra), quando Bandeira é um encastelado choroso, um medroso de morrer sem glória, começa o trânsito, a peregrinação através de uma gama inteira de sentimentos que se alternam e misturam. Se houve um trânsito da tristeza para o conformismo, não houve uma passagem do pessimismo para o otimismo. Assim não aceito a evolução poética de um poeta originalmente introvertido para a extroversão. Bandeira "representou" a extroversão como um grande "clown". Digno de nota é que, nos momentos de poesia mais triste e desolada visão da vida, e temerosa visão da morte, o poeta jamais se deixou assaltar pelo sentido do puramente trágico. Sua nostalgia alimentava esperanças, como a esperança de um Kafka dentro do absurdo consciente. Só que Bandeira chegou à esperança pelo sentimento e porisso não desesperou e atingiu uma compreensão humana das coisas, embora amarga. Se a sua poesia posterior, da fase dos cinquenta anos, revela consolação,

não é do tipo de consolação que espalha flôres sôbre o mundo. De início, os impulsos poéticos da Bandeira trazem essa marca de um sentimento ao mesmo tempo triste e vagamente trágico. Digo vagamente trágico porque a melancolia, vasada em tintas românticas, desnuda de artificios, projetada numa subjetivação de todos os valôres, concentra as outras sensações numa única sensação: uma difusa compreensão do sofrimento diante da expectativa da morte. Se, por acaso, a dor do poeta fosse tomada numa consciência do trágico, (se o trágico admite uma consciência ou apenas um sofrimento sem limites), não haveria poesia, isto é, não haveria identificação do poeta com o resto do mundo. Seria uma total perda de tôda perspectiva pela única perspectiva da morte. Veja-se como isso se comprova com o doce e simples sonêto a Antônio Nobre. A identificação se faz presente pela igualdade de destinos, pela doença, pela idade e vai deferir na glória que um alcançou e o outro não a pode conquistar... Esse sentido de identificação e essa ânsia de fazer transbordar o sofrimento, numa atitude romântica característica, formam a abertura de "Desencanto". Enquanto o poeta se apegava a alguma coisa, não se deixa absorver pelo trágico e garante, destarte, a sua condição de lírico.

Com "Carnaval" não afirmo que a melancolia vá abandonar o poeta de "A Cinza das Horas". Não digo, também, que essa nostalgia seja substituída pela alegria cínica de um canto pagão. Mas "Carnaval" é um livro que reflete profundas mutações na organização espiritual do poeta. O que há de insólito, de cruamente irônico, de violentamente sensual nesses poemas não deve ser entendido, como queria um certo e famoso crítico português, como uma revolta fundada no cinismo. "Carnaval" e depois, significativamente "Libertinagem" revelam transbordamentos, incontênsões sensuais, mobilização de todos os sentidos voltados para a vida reconquistada. O poeta, num rasgo, quase de súbito, resolveu dar a medida da sua angústia numa extravasão incontida das paixões. Mas a calma, a doce tranquilidade com que o amor é invocado como seiva da vida, contrasta com o movimento e o tumulto do mundo exterior.

Toma-se o ano de 1918 ("Bacanal" "Os Sapos") como o ponto de partida mais sério para o advento do Modernismo de 1922. Na realidade, "Carnaval" representa não só o rompimento com uma tradição vulgarizada de fazer poesia sob modelos fixos, quanto pelas modificações estruturais procura o poeta atingir um nível de sensibilidade artística reveladora do temperamento brasileiro. Certo que Bandeira é um impressionista que põe em cena Colombinas, um Pierrot místico, uma pierrette sequiosa de pecados, tôda essa movimentação de tipos que muito nos lembra "As Festas Galantes" de Paul Verlaine. Certo, também, que a inquietação do poeta é tanto mais excitante quanto se dirige a uma forma de disponibilidade, de liberdade plena, de abandono daquela tristeza concentrada de "A Cinza das Horas". A nota audaciosa, o ritmo batido de "Bacanal" já denunciavam um nôvo estado de espírito, uma nova disposição para subverter as primeiras imagens poéticas. Mas "Carnaval" não é tudo. É um comêço, um primeiro passo que ainda se exercita, às vêzes de maneira primorosa, na novidade de forma. O singular, o estranho, o sentido iconoclasta de algumas poesias de "Carnaval" são elementos que evidenciam um artista em profunda mutação espiritual, cedendo, contudo, à originalidade de forma grandes reservas poéticas, fôrças latentes adiante com maior vigor aproveitadas. Talvez tenha sido a singularidade dos versos de "Carnaval" motivo para que o crítico Alceu Amoroso Lima visse nessa poesia uma "aristocracia das sensações".

Em "Carnaval" já se pode vislumbrar com exatidão uma atitude de defesa da entrega absoluta, sem restrições; disponibilidade para o amor da carne que "Libertinagem" irá demarcar com mais audácia ainda. Ama-se o sofrimento, até mesmo certa forma libertadora da degradação até o último vício. Esse espírito que se coloca acima de qualquer ética puramente convencional ou padrão, ética apregoada para uma suposta condição do homem, desafiará tôdas as formas postiças de vida. A mulher e o homem, na poesia de Bandeira, são tomados numa visão natural da vida, do amor carnal livre da marca do pecado.

O amor, quando decorre de uma exigência profunda do ser, tem o pleno reconhecimento da poesia. O poema "Vulgívaga",

tão próximo do não menos belo e famoso “Estrêla da Manhã”, no despojamento do orgulho em favor da largueza do amor, da entrega integral, é bastante significativo da disponibilidade que o poeta canta. A degradação e a queda, tomadas numa grandeza simbólica, representam a plena liberdade do ser sôbre uma moral plena.

O sensualismo da poesia de Bandeira, a carga erótica do “Carnaval” adquire uma profunda vinculação com a vida. Não se verifica mais a tortura interior dos primeiros versos, que ora a poesia de Bandeira é sobretudo moral, até edificante, perdõem para o tumulto, a paixão, a ânsia de existir em todos os sentidos. “Carnaval” não é pròpriamente uma fuga. É uma ansiosa e ávida procura de prazeres que a superfície das coisas não proporciona. É preciso ir além, sondar, escutar todos os sons, tôdas as vibrações do interior misterioso e puro. Nêste ponto a poesia de Bandeira é sobretudo moral, até edificante, perdõem o têrmo gasto. A matéria da carne, redimida pelo amor, crivada por todos os vícios e, no fim das contas, que vai revelar-se como uma transparência mais cristalina do homem, da interioridade. Uma alegria surge da conjugação de dois corpos, até do simples entrelaçar de duas mãos... O arrebatamento alcança um sinal de misticismo mesmo as imagens são ardentemente imagens de êxtase: — “Um lento, suave júbilo que nos penetra-va como uma espada de fogo... Como a espada de fogo que apunhalava as santas extáticas”. Ou: — “Era dentro de nós que estava a alegria. A profunda, a silenciosa alegria”.

Vê-se que o Amor, uma das faces do seu triângulo de motivação poética, junto à Infância e à Morte, é tema que vem cantado como uma alta exigência do ser. A interioridade perfeita para amar é aquela que predispõe os sentidos à conjugação integral, mas não se pense que Bandeira fala do amor como quem fala de coisas desenraizadas. Volta-se para a carne sofrida e sensível ao prazer, pois uma vez confessou que “as almas são incomunicáveis”.

“Ritmo Dissoluto” ainda não é o livro em que Bandeira se vai revelar com o pleno domínio de sua linguagem poética. Ainda é uma procura e uma ansiedade. Aquela inquietação que compele o artista a uma constante busca expressiva, a um fundo

revolver das sensações, dos impulsos mais inconscientes, a um torturado encontro consigo mesmo, nesta espécie de fuga para o interior, nesta compulsão introvertida que sòmente os grandes líricos experimentam, determina no poeta a primeira posição ou a primeira perspectiva de uma visão do passado, do vivido, de tudo quanto uma experiência amarga da vida crivou no espírito. Eu diria que com “Ritmo Dissoluto” aproxima-se Bandeira de uma maturidade reflexiva unida ao sentimento das grandes frustrações. Se, para nós, “Carnaval” possui muitos artificios, muito jôgo de cena muita “representação” simbólica das ideações do poeta, “Ritmo Dissoluto”, por sua vez, apresenta-nos um artista pôsto numa atitude mais filosófica diante da vida. A “voz própria” que Antônio Olinto diz ter o poeta encontrado nêsse seu livro, não é apenas a voz própria de quem manipula uma linguagem poética particularizada, personalíssima. Muito ainda Bandeira dará de si para encontrar uma autonomia verbal, um domínio de vocabulário, de imagens, de arranjos sintáticos, de “achados”, de elementos, enfim, capazes de uma estilização incofundível. Essa voz própria ganha muito mais ressonância no plano ideológico das mentações, do embate entre o esforço de compreender a vida e exprimi-la partindo do eu. Certo que nêsse choque, nessa atitude necessariamente refletiva o poeta teria que eliminar tudo aquilo que não encontrasse uma sentida repercussão na interioridade. Parte Bandeira para o protesto, para a humanização da sua poesia e já agora não é mais o poeta da auto-comiseração nem do sarcasmo dos “clowns”. Uma identificação com os pobres, com os desamparados, uma franciscana desolação pela sorte triste dos que sofrem invadem a poesia de Bandeira. Uma poesia tôda feita do simples, do ingênuo, do comovedoramente apiedado. Uma poesia dominada pelas sombras, pela angústia, às vêzes dulcificada, macerada, amargamente repassada de sentimento e de reflexão. O bellissimo poema “Meninos Carvoeiros” é uma das composições mais significativas de tudo quanto afirmamos a respeito da “Ritmo Dissoluto”. Desenvolvendo-se a partir de um movimento descritivo, plástico, envolvente, sombrio como a noite, vai, afinal, fixar-se num quadro humano de extrema melancolia e penúria. O grande verso sôlto. “Pela bôca

da noite vem uma velhinha que os recolhe, dobrando-se com um gemido”, provoca no leitor um profundo sentimento de desolação. Trata-se de uma poesia socializante sem demagogia, sem rasgos discursivos ou enfáticos.

“Libertinagem” marca novos passos na evolução poética de Manuel Bandeira. As formas, submetidas ao crivo, primeiro da poesia à velha moda, depois com a liberdade do verso livre, serão, agora, desenvolvidas numa ligação estreita com a audácia dos temas. Será “Libertinagem” um livro cínico, uma coleção de poesias em que o erótico é a tônica, a única motivação? Há muito engano e exagêro dos estudiosos de Bandeira quando o vêem quase sempre como um obsecado pelo sensualismo dos versos; quando querem por fina fôrça, escandindo sílabas, decompondo imagens, soletrando as palavras, apontar por todos os cantos dos poemas traços do sensualismo do poeta. Creio que na interpretação da poesia (de tudo o mais em arte) pouco interêsse deve haver nêsse tipo de descoberta. O sensualismo, mesmo a predominar no texto, incorpora-se ao mundo de fabulação, de mentações ou sensações inconscientes que aderem a intimidade do poeta. Não é uma determinante isolada, um ponto fixo e irremovível. Pode ser apanhado, êste sensualismo, tanto a partir de uma “natureza” ou temperamento, quanto de uma concepção puramente ideológica da vida, um vínculo que se estabelece entre o poeta e o mundo. Isolá-lo, como a um vírus, significa desmontar a poesia em função de uma idéia que se faz do poeta. Certo é integrá-lo e restituí-lo ao mundo de fabulações de onde veio. Pouco importa explicar Van Gogh pelo amarelo gritante e constante das suas telas e proclamá-lo, porisso, epiléptico (ou esquisofrênico), quando se sabe que o amarelo continuará a cumprir sua função no quadro porisso ou apesar disso.

A poesia de “Libertinagem” é quase tôda ela construída de movimentos bruscos, de assonâncias, sisnetesias, imagens incorporadas ao círculo fechado das ideações alógicas, torneios sintáticos de geometria própria, desvios, tortuosidades intencionais, modulações de ritmo livre. Um abandono da estrofe de versos enquadrados, de cadência medida numa simetria de linhas laboriosamente arranjada. O conhecimento especializado que o

poeta tem da técnica do verso, do todo o complicado jôgo da estrutura do poeta, serviu para que em “Libertinagem” sofressem radical eliminação todos os recursos tradicionalmente padronizados de uma cansadíssima arte poética. À inquietação espiritual juntava-se numa incessante procura de novas formas para o verso, de um instrumento que se adequasse com perfeição a uma liberdade criativa cada vez maior e mais incontida, e que fôsse, também, e com rigor, além do méro instrumento um campo de extravasão sensível e de inovação estética. De fato, a modernidade de Manuel Bandeira vai diferir da às vêzes pretensa modernidade de alguns poetas do grupo de 1922. Embora audaciosa e inconoclasta, não resvala na singularidade intencionalmente absurda e escandalosa, no gôsto (ou mau gôsto) da expressão gritante, disparatada, no preciosismo fundado numa ligeira cópia de modêlos estrangeiros adaptados à realidade nacional. Bandeira procurava um estilo que fôsse seu, isto é, que atendesse primeiro e sempre às ondulações da interioridade, e que fôsse, também, um estilo da sua gente. Em suma, Bandeira teve o senso que sempre um Mário de Andrade demonstrou. Um Mário de Andrade que afirmou ser Bandeira, com “Libertinagem”, “o poeta mais civilizado do Brasil”.

Aquela passagem, que vimos aqui, perseguindo, da tristeza para o estoicismo na evolução da sua poesia, encontra em “Libertinagem” o ponto essencial, o núcleo de onde partem as motivações maiores do poeta. Colocado num transe, numa extremidade, nem mais lhe era possível retroceder ao desencanto, à amargura mansa dos primeiros versos, nem lhe era também possível cristalizar uma visão filosófica de equilíbrio. A medida do equilíbrio seria uma espécie de estacionamento, um corte brusco e um esgotamento das fôrças latentes que alimentam tôda a poesia verdadeiramente lírica, isto é, de um lirismo que circula ou transita a cada passo que a experiência da vida mais se aprofunda. Assim, “Libertinagem” conterà uma confissão de princípios que muito nos agrada; uma confissão que resolve um ponto de vista nêste ensaio anunciado, pois nos grandes artistas a linha ideológica garante a variabilidade expressiva dentro do embate de um choque dialético, que joga o poeta de encontro ao mundo ou que o identifica com o mundo numa contingência.

Já com "Libertinagem" é possível entender uma outra afirmativa que emitimos no início deste estudo, desde que a ansiosa libertação que muitos dos seus poemas exprimem, libertação que não é simples evasão (como o termo tem seu valor semântico distorcido) é, na realidade, uma sofrida procura da vida, sem disfarces. Vinha o poeta de um longo sofrimento, esmagado, quase, em face da morte. Como escapar ao trágico? Alienar-se não seria a solução. Alienar-se não é o mesmo (embora às vezes o seja) que optar pela evasão. A poesia de Bandeira não é alheia à vida. Pelo contrário, é uma perseguição obsidiante desta mesma vida e se é tomada como evasão é porque uma consciência viva, incômoda, vigilante, intranquilizadora terá por força que ser anulada pela soma de todos os desejos. Não há em Bandeira uma passiva contemplação da vida. Antes uma fruição em todos os sentidos. Se frustrada no plano do real, vivificada ela se apresenta ao poeta através de uma reconstituição mágica da infância, de uma profetização utópica, de uma re-produção sentimental. Ora, dá-se assim que em "Pasárgada" a vida é sem maldade, sem impossível (possível até o suicídio) total e bela.

Tudo isso nos leva à evidência (e à emoção) de que Bandeira, ao querer "antes o lirismo dos loucos" o lirismo dos bêbados, "o lirismo dos clowns de Shakespeare" por não querer mais saber do lirismo que não é libertação", permitiu-se escapar ao trágico sentimento da Morte pela disponibilidade inconsciente para todas as formas de prazeres e pela renúncia de todas as tristezas. Renúncia que não se efetiva. Disponibilidade que não chega a libertar. Mas,, de qualquer maneira, é um avanço, nunca um recuo, uma evasão, nunca uma alienação. Lidos atentamente poemas como "Não sei dançar" e "Pneumotorax" dão uma idéia clara deste estado de espírito do poeta, justo no ponto em que uma opção lhe era imposta para que prosseguisse ou recuasse, para que se deixasse levar pela inquietação ou estacionasse numa atitude compassiva, num contemplativismo de quem perde todas as perspectivas pela única perspectiva (aliás falsa) da fuga, do caminho de volta. E quando sucede (e isso sucede quase sempre) que o poeta regresse à infância ou retome o sempre e antigo sofrimento da mocidade, isso ocorre segundo

ou do alto de uma perspectiva — síntese de uma ampla afetividade, de uma experiência filosófica das coisas da vida.

Em "Estrela da Manhã" o sarcasmo, a ironia que os livros anteriores utilizam com alguns disfarces, com uma boa dose de artifícios, surgem de corpo inteiro. Aqui o prosaico, o nada tradicionalmente poético ou o poético exaurido são materiais que o poeta utiliza na clara saída da poesia. Por cima de todos os preceitos, ainda domina a incontenção dos desejos. O que conta e vale é a vitória do ser interior, do ente lírico, mesmo pelo despreendimento de outros valores da exterioridade ou pela degradação (o canto ao vício) capaz de macerar a carne, redimí-la, submetê-la ao martírio, ao cilício para, num paradoxo, purificá-la.

Manuel Bandeira entra na "Lira dos Cinquenta Anos" com o espírito cada vez mais livre. Realizada já uma grande obra, uma trajetória lírica em que todos os gostos e todas as amarguras são experimentados, desde a ameaça da morte até a liberdade das paixões, volta-se o poeta às suas raízes mais profundas. Em "Lira dos Cinquenta Anos" eu diria que Bandeira penetra numa compreensão realmente filosófica do existir, nisto que filosofia tem de sabedoria e conformação à Socrates, com mais a medida de humanização poética. Será ainda, e sempre o será, um grande subjetivo girando em torno do seu mundo de afeições, lembranças, sensações remoentes, insistentes. Mas o poeta agora divide o seu universo, partilha as sentimentalizações, permite que se alargue a esfera do reino mágico do poesia. É como se desdobrasse, para abrigar a todos, uma singular capa de São Francisco de Assis... Não direi que será um católico, porque êle tem de ser encarado como um poeta antes de qualquer outra condição. Mas direi que absorve uma bondade e pureza, e as transmite em qualquer palavra ou (mensagem) que para elas outra qualificação não encontro que cristãs... Bondade e pureza, enfim, que são de um tipo tal que não dispensam atribuição de qualidade. Pois, que sejam cristãs! Uma calma e refletida apreensão da existência sempre entrevista pela nostalgia. Os versos, livres de todo o figurino e ao mesmo tempo manejados, quando o autor o quer, na forma de todos os gêneros, desde o soneto à moda inglesa (na forma, no acento) até a cantiga de amor provençal (na melancolia, na reiteração do

motivo); desde o lirismo equilibrado no sôneto italiano até o poemeto contido no verso curto e cantante da trova popular. Artesanato que o poeta abandona pela inovação de forma deliberadamente, conciliando uma síntese das experiências emocionais com uma síntese, também, da projeção formal e estética.

Poemas como "Maçã", onde encontramos um verso assim: "És vermelha como o amor divino", verso que na escala figurativa da estrofe, no jôgo cromático da poesia introduz, densamente, uma animação que percorre tôdas as outras imagens da composição, e lhe confere espiritualidade, pois num poema como "Maçã" já se pode apontar uma definição ou um fim a que chegou o artista para entender-se e entender a vida, para revelar e revelar-se.

Certo que aos oitenta anos Bandeira possa olhar o homem de cinquenta como capaz de algumas inconseqüências... No entanto não se trata de repúdio às convicções (ou simplesmente impulsões poéticas) de trinta anos atrás. A visão do alto é outra visão, retemperada (nunca abalada) pela experiência do mundo por sôbre (ou como fonte) da experiência estética. De qualquer forma a brandura, a mansa compreensão da vida adquirem na "Lira dos Cinquenta Anos" um tom que é solene por ser simples; que é verdadeiro por ser vivido. Os dois grandes polos da poésia de Bandeira (polos que são pontos, também, contraditôriamente, de confluência) a Morte e a Vida fecham o ciclo extenso da sua inquietação. Uma inquietação que cada vez mais se introverte e revolve o interior numa constante procura de harmonia e paz. Os poemas "A Morte Absoluta" e "Canção do Vento e da Minha Vida" atestam claramente êsse estado de espírito. Embora possa parecer que o conteúdo de "Norte Absoluta" revela uma atitude de nihilismo, na verdade o que êle exprime é uma integração, uma consciência de realidade, de consciência, enfim, da consumação total. Uma consumação que "Canção do Vento e da Minha Vida" espécie de inventário afetivo transcendente, realiza essa confluência de dois polos, a que nos referimos, como perfeita integração do ser. A Morte, determinante de um despojamento, não determina também uma renúncia. Liberta porque deixou de ser, para o poeta, um mistério. Desnuda-se e revela-se à medida que a paz e a harmonia são alcançadas numa latitude existencial cume, numa

perspectiva que não permite mais inquietação, ranger de dentes, desentoantes. Conformismo absoluto, embora triste como tôda forma de estoicismo realmente vivida e plasmada na carne e na imaginação, nas densas camadas da sensibilidade poética exposta a um duplo embate: o do homem consigo mesmo e do homem em face da vida, do mundo exterior mil e uma vêzes fragmentado, mil e uma vêzes reconstituído pela fabulação, pelo jôgo múltiplo das imagens que o poeta construiu para si mesmo, para a sua reprodução extensa, emocional e experiente.

Em "Belo Belo", livro que para nós é o arremate da peregrinação do poeta, isto é, o têrmo não das experiências estéticas, que estas prosseguem em obras posteriores de erudição na arte da poesia, de manipulação de todos os recursos que Bandeira acumulou, aprendeu e aplicou ao longo da sua obra, pois Belo Belo parece-nos uma conclusão ou encontro, um ponto de chegada, uma perfeita síntese ideológica. Se a evolução da sua poesia foi aqui fielmente demarcada, outra coisa não poderá ser dito de Belo Belo que não seja o seu caráter de misticismo humanista. Nunca quietismo. Ioguismo (como arriscou Sérgio Milliet) duvido que seja, salvo se ioguismo (ou cristianismo) possa ser tomado na acepção de uma luminosa contemplação do interior, e não numa fuga ou evasão. Se o místico é um inquieto, é o indivíduo que procura, a todo o custo, uma harmonia com o mundo (ou através de um refúgio no Divino ou por uma exaltação da vida), Bandeira em Belo Belo atinge o misticismo sem necessidade de evadir-se como numa fuga para além da vida. Já o poema adquire, vez por outra, a acentuação ingênua da fé, uma fé que não se fundamenta em dogmas, mas que deflui do sentimento de larga compreensão humana, que é incitada pelo sofrimento e procura levantar-se, sem mais reboidia, contra antigas coações. Uma fé ingênua, como no simples poema de Natal, todavia uma fé aprofundada e com as raízes encravadas numa experiência sensível nada puramente estética ou de efeito.

Assim é possível concluir que todo o universo poético (um universo dentro de outro universo, conforme dissemos de início) que o poeta construiu para si mesmo, transborda numa integração completa do homem. Partindo da dôr para o estoicismo, transitando pela ironia e pelo sarcasmo, numa ansiosa procura

de liberdade, Bandeira transpôs as fronteiras do seu mesmo universo contingente, êle que é um poeta subjetivista por excelência, para estender a sua afetividade, para envolver com o seu lirismo (e nisso a poesia é consoladora) tôdas as criaturas humildes, todos os que sofrem, todos os que se voltam para a magia da infância e do sonho. Revelar e revelar-se, libertar e libertar-se são palavras que fixam na poesia de Bandeira uma direção. Fugindo ao trágico pela melancolia; escapando ao desencanto pelo sarcasmo; revolvendo a infância para anular o doloroso quotidiano; reestruturando em movimentos inquietos a forma expressiva da sua arte pura, assim, firmar cada vez mais o curso ideológico que o identificava com o mundo Bandeira, finalmente, atingiu o que queria ou ansiava: mistério da Morte. A essencialidade da existência está no amor. Assim nos versos seguintes: “Não te doas do meu silêncio: Estou cansado de tôdas as palavras. Não sabes que te amo? Pousa a mão na minha testa: — Captarás numa palpitação inefável — O sentido da única palavra essencial: Amor”.

b) *Análise ideológica de algumas composições*

A análise ideológica de algumas composições do grande acervo poético de Bandeira será em tôda a linha fiel às coordenadas que traçamos, numa orientação prévia, no começo dêste ensaio. Sempre que possível tentaremos escapar a uma interpretação rígida ou prêsa a um sistema. Com efeito, tencionamos apenas, nêste segundo passo, recolher material suficiente para enlaçar, num único entendimento, os grandes traços de estilo e expressão da obra do poeta pernambucano. Um outro propósito dêste tópico, e talvez de todo o ensaio, será a demonstração de que Bandeira, apesar do revestimento simples da sua poesia, um revestimento que preferimos chamar ideológico, é poeta de estrutura complexa. Muito comum (e nada adianta o paralelo) dizer-se que Drummond é um poeta mais complexo que Bandeira, um poeta que suscita problemas através de uma visão mais vertical ou polêmica do mundo. Bandeira seria o lírico da fácil apreensão sensível. Tais pontos não nos excitam ao debate. Contudo é possível provar que em que pese a simplicidade de motivos de Bandeira, a sua possui uma profundi-

dade de motivos ainda não inteiramente estudada. Isto se deve a que os críticos, ou alguns críticos de instrumentação científica, realizando uma “química” de análise, despre em quase totalmente o valor de conjunto na unidade de um poema, isolando-o do contexto de tôda a obra, ou, quase sempre, também, de modo inverso, apanhem os elementos da composição dentro de um esquema interpretativo a priori arranjado...

Começamos pelo poema “Maçã”, “Lira dos Cinquenta Anos”, Petrópolis 1938. Como a composição é pequena, vale transcrevê-la:

“Por um lado te vejo como um seio murcho
Pelo outro como um ventre de cujo umbigo pende
ainda o cordão placentário.
És vermelha como o amor divino

Dentro de ti em pequenas pevides
Palpita a vida prodigiosa
Infinitamente

E quedas tão simples
Ao lado de um talher
Num quarto pobre de hotel”.

Uma natureza que se ilumina desde o verso sôlto: “És vermelha como o amôr divino”. As imagens, a rigor, não são estilizadas, isto é, não procuram vincular-se com uma exterioridade. Permanecem no íntimo, numa espécie de apreensão sutil e sensível do objeto que adquire animação, que cresce no espírito, que se transforma ou biparte segundo o ângulo de observação, mas, afinal, volta à sua naturalidade, sua condição. Êsse círculo de interiorização que arrasta para a sua periferia o objeto, que faz com que a maçã seja fonte de vida e se revele “um seio murcho” ou “um ventre de cujo umbigo pende o cordão placentário”, é, pois, um círculo que remete a imagem para uma zona além da consciência. Assim é que a imagem poética realmente corresponde ao objeto e exprime uma procura de essencialidade para as coisas. Uma natureza morta que a idéia

anima, apreende e define para reintegrá-la à sua condição "ao lado de um talher num quarto de hotel". No entanto, todo o jôgo poético só merece ser tomado nêste sentido a partir do verso sôlto "és vermelha como o amor divino". O acento místico da imagem signo de uma correspondência que se rompe diante do mistério da vida (e da Morte que trás em si) invade o poema num lampêjo para, extinguindo-se, permitir que as coisas voltem à sua humildade natural, imóvel.

Noutro plano ressurge o misticismo do poeta (o poema *Água-Forte*), embora esbatido numa figuração de repetidas imagens plásticas interiorizadas, isto é, como em "Maçã" encerradas num círculo que demarca a correspondência do poeta com as coisas. Em "Água Forte" também o que se procura ou onde o poeta forceja por um sentido é o mistério da vida.

A geometria dos blocos expressivos dêsse poema cujo equilíbrio se estabelece na repetição do primeiro verso da primeira estrofe, essa justaposição de imagens estanques, no entanto unidas por um ritmo batido, martelado, remoente, pela sequela das figurações plásticas, são recursos que terminam por desenhar um círculo vicioso. Assim como em "Maça", quando da dupla visão que se toma do objeto termina-se por restituí-lo à sua condição natural, em "Água-Forte" tudo se reduz, afinal, à situação de início esboçada. A disposição dos objetos, sua escala cromática o prêto, o branco, o mar de escarlata, o céu quase branco, enfim, água-forte simples, todo êsse jôgo de contrastes, de imagens alternadas, duas a duas, contribui para formar o quadro sugerido mais pelas concepções abstratas do poeta que pela plana sensibilidade. Se a cadência do verso pode lembrar um ordenação lógica dos elementos do poema, por outro lado o sentido de oposição e a maneira pela qual, como com um lapis, o poeta traça e firma contôrno do poema ou do quadro, permite-nos entender que a poesia proceda de uma concepção consciente jogada contra a zona mental de sutis movimento, quase inconscientes, destinados a enlaçar a vida. No final, sempre a procura de uma penetração "no escuro recesso", nas "fontes da vida a sangrar inúteis".

Pelo exame sômente dêsses dois poemas já se pode dizer

que o Bandeira da "Lira dos Cinquenta Anos" encerrou a sua poesia numa cadeia estrutural complexa. Assim, quando de início dizíamos que a evolução da poesia do Bandeira levava-o a uma atitude cada vez mais verticalizada na reflexão, sem que com isso perdesse a linha ou linearidade extensiva do sentimento, tínhamos em vista composições tão significativas como as aqui analisadas. Vejamos agora o tão discutido "Canção das duas Índias", de "Estrêla da Manhã", 1931.

Pode-se tomar o poema a partir de uma fixação geográfica (entre estas Índias de leste e as Índias Ocidentais), tornada, no entanto, vaga (ou impossível) noção de latitude pelo espaço incomensurável dos Oceanos. A sequência do termo "quantos", enfatizando a obsessiva idéia de distância, tranporta a marinha, inegavelmente, a uma região de sonho. Logo a tendência do crítico é identificar o poema sob a influência surrealista, sobretudo de um André Bréton. Não discuto o caráter onírico da composição, tanto quanto os traços reconhecidamente simbolistas das últimas imagens "brancas, sobrenaturais, ou inacessíveis praias". Todavia isto é o óbvio e nem sequer é o ponto mais importante para levantar o entendimento do poema. Possível arriscar algum juízo arbitrário, menos para ver se com isso estaremos de acôrdo com o autor... que para reunir elementos paralelos à composição capazes de elucidar o texto. Sabe-se que Bandeira recorre a fontes eruditas com constância e em "Os Lusíadas" no canto onde se contém o episódio da "Ilha dos Amores", também uma região de sonho, uma região surgida, quem sabe, pelas impulsões sensualistas do poeta, quando a essência poética é o maravilhoso, difícil não é apontar, não digo um ponto de partida para Bandeira, contudo um dado para a intuição. Em "Os Lusíadas" a "Ilha dos Amores", povoada de mitos, é prêmio e remate da aventura. Uma extrapolação imaginativa no caminho das Índias. Em Bandeira, no seu "Canção das Duas Índias", poema suscitado por uma inquietude, também o elemento maravilhoso, ou lendário, a fabulação sensualista, adquirem na sequência dos traços da paisagem e dos seus habitantes ou mitos, femininos, uma desproporção crescente em face do real, até que tudo se dilui ou se esfuma no branco sobrenatural do sonho. Não digo que o poema contenha já ja-

cente base sensualista pelo traço vigoroso da imagem: "Púbis a não poder mais". É apenas um traço forte, nunca a única motivação extensamente erótica. No entanto certo é que como na "Ilha dos Amôres" (accessível pela aventura viril) "as ilhas que a tormenta arrasa", da Canção, inacessíveis, estão povoadas de "sirtes sereias medais". E entre o recorte vivido do sonho e a grandeza do desejo se interpõe uma dolorosa (embora apenas tácitamente confessada) consciência do impossível. Desenvolvendo-se o poema em dois movimentos, no primeiro há o equivalente lógico (?) ou simplesmente exato da separação entre o sonho e a realidade, entre as duas índias, duas coisas existentes, fixadas, polos identificáveis em cujo caminho um ponto vago (ou impossível) haveria de existir e não se consegue alcançá-lo. Já na primeira exclamação — "Meu Deus que distância enorme" — e na reiteração dos "quantos", enuncia o poeta aquilo que o segundo movimento da poesia precipita, segundo Antônio Cândido, "num clima alucinatório" (Gilda e A. Cândido-Introdução às poesias reunidas de Manuel Bandeira). Deixa-se o poeta empolgar pela fantasia do obsessivo (repilo o termo pesadelo, citado no ensaio supra referido, desde que o poema não perde o seu conteúdo consciente mesmo quando se projeta numa configuração de sonho), pois o obsessivo é a única medida capaz de restituir-lhe as visões incitadas pelo desejo. E, restituindo as visões, expressas pelas imagens cheias de unidade, não concede lugar para o lamento nem para o êxtase, somente para a constatação, embora desolada, mas fatal, irreversível, do impossível.

Finalmente, e antes de passarmos à conclusão deste ensaio, quando investigaremos com brevidade a cobertura imagística e a manipulação da linguagem de Bandeira, queremos selecionar mais dois poemas, ambos correlatos e significativos da evolução do autor: — "A Morte Absoluta" e "Canção do Vento e da Minha Vida". Com isso, mais fácil será a demonstração de que a variedade expressiva do poeta funda-se numa firme linha ideológica, quando o estilo adere à intimidade do autor para ancorá-lo a seus temas básicos, à sua concepção da vida, ao mesmo tempo que amplia a área do seu universo.

As concepções entre a Vida e a Morte, a plenitude e o

Nada, o correr rápido do tempo, do vento, e a fixação da máscara de cêra cercada de flôres, todos os componentes imagísticos dos dois poemas (que aqui entrelaçamos) demonstram a cerrada demarcação dos polos da poesia de Bandeira. Em a "Morte Absoluta" quietação ou nihilismo? Na "Canção do Vento e da Minha Vida" irônico desafio ou conformismo velado diante da corrida do tempo, do vento? Um sentimento alternado, um contraponto, o reconhecimento do vazio e da plenitude. Nada a deplorar ou lamentar inútilmente. O poeta inventaria a vida com a mesma tranquilidade com que espera a Morte, a morte absoluta. Todos os vestígios da vida serão extintos, mas afinal de contas a vida ficou repleta de tanta coisa!... Das coisas puras e ingênuas que construíram tôda a poesia de Bandeira e que são as únicas coisas que contam, que falam da sua afetividade. O resto, máscara de cêra cercada de flôres... Encheu-se a vida de "frutos, flôres, sorrisos, folhas, mulheres, aromas, estrêlas, cânticos"... Os dois poemas encerram constantes existenciais, expressividades sintéticas, a grande linha de união entre o subjetivismo do poeta e a sua concepção do mundo exterior. Quando se diz que Bandeira é simples e plano, um lírico sem muita complexidade, um trovador sentimental, fãcilmente se deixa de lado a idéia de que sua poesia transmite uma experiência consoladora da vida. Sentimento e reflexão serena, tumulto e calma, tudo se conjuga, tudo se mistura numa redenção ou vitória espiritual. Peculiar a Bandeira é situar-se neste ponto de confluência sutil entre o sentir apaixonadamente a vida e o sentir a mesma vida com desolação. Seu realismo às vezes exacerbado, sua imagem forte, e no entanto sempre lírica-sentimental, pode trazer ao bojo do poema uma dose de amargura, um pessimismo enraizado de alma a dentro. Para o leitor a impressão que conta e se firma com vigor é a placidez no sofrimento, a pureza na alegria. A vida deixa os seus soldados e o poeta os registra com nostalgia. A morte é a extinção total, o olvido, a escuridão completa. Onde a esperança deve ser extraída de uma lição das coisas, de uma forma de íntima penetração nas fontes da existência, na disponibilidade espiritual mais intensa. Os dois poemas fixam uma oscila-

ção singular e aguda entre o desespero e a quietação. Irônica-mente a morte não pode arrastar o que a vida acumulou.

II — *A Cobertura Imagística*

Qualquer manual de Teoria Literária dirá que imagem poética é uma recurso de que se lança mão para provocar a reprodução mental de um objetivo, de uma idéia, pela sugestão. Dizem: imagens visuais, imagens auditivas. Metáfora e sinestesia se conjugam na formação das imagens. Pound (citado por Wellek) fala da imagem como aquilo que “apresenta um complexo intelectual e emocional em um instante de tempo” como uma “unificação de idéias díspares”. Não nos anima o propósito de levantar uma discussão teórica em torno do conceito e função da imagem. Interessa-nos verificar, na cobertura da linguagem poética de Bandeira, como numa demonstração, o seu jôgo de imagens. A metáfora contém em si uma superação do exato contexto significativo das coisas. A imagem mobiliza, sem dúvida, para o efeito que pretende alcançar, outros elementos de ordem psicológica. Funda-se, por exemplo, na comparação. Bandeira tem um sentido muito plástico da imagem cotejada, posta em paralelo com uma certa diversidade de valores poéticos. No poema que tem o próprio título — *Imagem* — isso é facilmente apreendido. Eis a poesia:

És como um lírio alvo e franzino,
Nascido ao pôr do sol, à beira d'água,
Numa paisagem êrma onde cantava um sino
A de nascer inconsolável mágoa...

A vida é amarga. O amor, um pobre gôzo...
Hás de amar e sofrer incompreendido,
Triste lírio franzino, inquieto, ansioso,
Frágil e dolorido...

Dir-se-á que a primeira estrofe contém uma imagem descritiva. A segunda, é sem dúvida o conseqüente têrmo da comparação, conceituoso. Imagem romântica, no que romantismo tem de equiparar destino humano com observação lírica da na-

tureza. Contexto puramente sentimental, esquema batido através de muitas gerações de poetas. Essa impregnação de tristeza, desolação e dor às árvores, às flôres, essa transferência do subjetivismo para a natureza animada de sentimento é de um puro teor romântico. Onde a originalidade da imagem se manifesta não é nem na colocação emocional do tema, nem na significação do conceito poético. O poema vale, de fato, pelo que o título anuncia, como uma imagem, como a sugestão forte dos três primeiros versos descritivos: alvo e franzino; nascido ao pôr do sol; nascido à beira d'água; paisagem êrma onde cantava um sino, tudo, tudo isso provoca, exatamente, aquela reprodução mental necessária à função da imagem. Impressiona-se o leitor com o quadro e logo não cuida do conceito, da reflexão, da equiparação que adiante se estabelece, de modo que o poeta, ao chegar à segunda estrofe, tem garantido o efeito da sua imagem e da sua idéia, que na mesma imagem se apoiou, sem ter que discursar sobre a vida e sua amargura, pois vida e amargura estão agora estreitamente associadas à lembrança de um lírio franzino e alvo, à beira d'água, numa paisagem êrma... O descritivo não é somente o visual. As imagens auditivas, geralmente construídas dentro de disposições sintáticas próprias (aliterações, onomatopéias) destinam-se a um outro tipo de evocação. No poema de Bandeira não há necessidade de dispor as palavras num arranjo rítmico, numa musicalidade imitativa de sons da natureza. O único verso — numa paisagem êrma onde cantava um sino — é suficiente para que o leitor, já envolvido pela solidão da paisagem, já — eu diria — quase *condóido* pela sorte do lírio alvo e franzino, reconstitua, também, a imagem auditiva do sino na amplitude.

Ora, estivemos lançando mão de um poema simples, de uma imagem singela, de uma composição de “A Cinza das Horas”. Tomemos, agora, uma poesia de “A lira dos Cinquenta Anos”: ÁGUA FORTE.

Aqui a imagem maior vai se formar da sequência de imagens ríspidas, desenhadas a nanquim. Poder-se-á cogitar de um quadro cubista? (Antônio Cândido, ensaio citado, assim o diz). É possível classificá-lo como uma concepção surrealis-

ta? Mais certo é reconhecer mesmo o plano geométrico do quadro. Pouca importância terá a decifração de símbolos, se se não apreende o conjunto. Exemplo: Qual o valor da imagem isolada “o pente na pele”? E no meio do pente “a concha bivalve”? Forme o leitor a reprodução visual das figuras que o poeta sugere; a firmeza das linhas; a discreção muito sóbria das côres. Lembre-se do título: Água-Forte. A abstração jamais poderá ser submetida a uma clara forma de definição. Há sempre um limite entre o que se observa e o que se imagina e concebe. São três diferentes escalas de valores que se interpenetram. Por exemplo, dentro do poema se concebe a vida como duas feridas a sangrar inúteis. Imagem mística? Chagas de Cristo a sangrar, em vão, pela humanidade? Quantos não serão levados a recusar um tipo de interpretação assim? Quantos, também, não a aceitarão? Nada mais obscuro que o símbolo, como termo isolado, tentando fixar uma determinada idéia; nada mais claro que o símbolo apanhado no conjunto, na integração com outros símbolos e imagens. É associado a um mundo de figurações que o símbolo firma o seu real valor, seu poder autárquico. Destarte, tomando de novo a imagem descritiva mais fácil será o entendimento simbólico. E “no recesso”, no “escuro recesso” vê-se que o poeta representa a vida desde o nada, o limbo. Vida que se origina, misteriosamente, da concha, da rosa, da tâmara? É a liberdade do pássaro espalmado no céu quase branco? O que ameaça o vôo livre do pássaro, o que quebra a alvura do céu na água forte cortante, esbatida, brusca? Jôgo de contrastes, desde a projeção das linhas no espaço até o contraponto das côres neutras, donde sobressai como uma insólita mancha de sangue o mar de escarlata a inundar o quadro, a transcender a obscuridade, a destacar as escuras fontes da vida, misteriosas, ocultas. Nem mesmo o pássaro espalmado tem sua liberdade garantida. Tudo recebe, de origem, a contracarga dos conflitos entre vida e morte, luz e escuridão, liberdade e prisão. Olhe-se de face, olhe-se de flanco. Imutabilidade onde toda forma curiosa de perquirição se aniquila. Revelações de aparências geométricas, recortadas, rígidas. Nada se deixa penetrar. Enfim, o preto no branco.

O interessante neste poema, para muitos hermético, quando se considera a simplicidade temática de Bandeira, o linear das suas imagens, é que desta feita o poeta coloca-se dentro de uma cadeia cerrada de símbolos, deixando-se atrair, no entanto, na intencionalidade de uma frequente constante poética, no trânsito entre emoção e reflexão.

b) *Cobertura imagística e manipulação da linguagem poética.*

Este ensaio tem o seu termo numa pequena série de conclusões sobre a combinação das imagens e a linguagem poética de Bandeira.

Agora parece oportuno lembrar, mais uma vez, o núcleo da nossa orientação crítica na análise da poesia de Bandeira, de que nos grandes artistas criadores a variedade expressiva atende e conduz a uma unidade de estilo. No caso do poeta de “Vou-me embora prá Pasárgada” esta unidade encerra as visões de um lírico que formalizou a sua poesia numa diversidade de ritmos, de metros, numa sequência de imagens analisáveis à luz de muitas influências literárias. A mim sempre parece engano o perseguir num poeta deste porte marcas de outros poetas, acentos de escolas e correntes. Não é que o estilo em Bandeira surge mesmo de uma imperiosa necessidade de identificação com a vida, não é que a sua expressão varia segundo as ondulações sentimentais mais profundas? O que faz da sua poética uma obra notável de artesanato, de manipulação muitas vezes engenhosa da linguagem, dos recursos estéticos, não será, assim o cremos, uma exigência de constante modernidade, apenas. Vimos pela evolução da sua poesia, seus vários ciclos, que Bandeira foi moderno muito antes dos modernos; que Bandeira foi romântico, muito depois dos românticos; que Bandeira soube plasmar imagens como um surrealista; como um cubista (?); como um dos últimos representantes do simbolismo. Toda essa variação estética nada tem de maneirismo. No plano geral da sua arte, o poeta é sempre o mesmo sentimental, o mesmo subjetivista a extrair do sofrimento uma lição das coisas. Na verdade, o poema vem sendo a sua forma eleita de expressão. Mais que outras

formas e outros gêneros poéticos. O poema que muitas e muitas vezes lhe possibilita retirar do prosaico conteúdos líricos, que lhe garante uma forma singular de fazer poesia monologando e dialogando... Uma forma de poesia dirigida ao leitor, pedindo a sua interveniência, o seu juízo lírico e emocional. No seu poema, raramente o subjetivismo é egoísta. Chama a atenção, pede adesão, mostra, denota, aponta para as coisas. Até é possível ver no seu poema características de um mundo idêntico ao do romancista. Um poema que se enche de personagens. Quando o personagem não é o mesmo poeta, ou a disfarçável mulher amada, é sentimento sob múltiplas faces. De qualquer modo Bandeira não usa a palavra com o sentido cerebral dos poetas chamados arquitetônicos... Isto é, dos artistas que criam um vocabulário especificamente destinado a cultivar formas abstratas da sensibilidade conjugada com o racionalismo. Bandeira vinculou-se estreitamente com a Vida e da vida tira toda a sua matéria de poesia. Não é complexo, pois, segundo o conceito da poesia semanticista, agarrada à palavra como um símbolo destacado de outros contextos. Jamais a sua poesia apresentará desconexões perceptíveis, vagamente, por um esforço cerebral ou pelo entendimento do esoterismo de linguagem que marca tantos modernos artistas da palavra. Associado com o mundo, Bandeira utilizou a linguagem no seu sentido mais natural e contingente de comunicação. O expressivo nêle não é a imagem obscura, nem o termo sem correspondência com o mundo palpável, conhecido, sentido. Sua expressividade é comunicativa, contagiante e experiente. Quando uma ou outra vez "complica" a sua poesia numa emaranhado mais hermético de imagens, numa modificação de estruturas, isto se revela até certo ponto simples formalização. O fato é que basta que se tenha em alta conta o sentimento da sua palavra para entendê-lo. E isto em poesia se não é tudo é, pelo menos, e por fortes razões, o essencial.

Ramón Menéndez Pidal - Filólogo e Humanista (*)

PE. ROMEU PERÉA

Distingo com Gregorio Marañon duas formas de patriotismo: o "patriotismo do tempo, dever de filialidade e fidelidade ao tempo em que cada um vive; e, o "patriotismo da Pátria, dever de filialidade e fidelidade à terra em que cada um nasceu e à História própria dessa terra."⁽¹⁾

Foi este, sem dúvida, o motivo que levou o nobre e querido diretor do nosso Instituto a dirigir-me o convite que, certamente, me honra e distingue, mas, ao mesmo tempo, carrega sobre os meus ombros uma tremenda responsabilidade ante a gigantesca figura do gênio, do sabio, do mestre, em fim, que foi Ramón Menéndez Pidal.

Sendo eu brasileiro *ex vi legis*, nem porisso deixo de ser compatriota do eminente filólogo e humanista pela lei da própria natureza, fôrça esta que de maneira alguma pode ser destruída por aquêla outra.

A verdadeira e suprema raiz do Direito encontra-se na natureza ou, mais precisamente em Deus, como afirma o próprio Cícero.⁽²⁾

É Deus o creador do Direito natural que não está condicionado pelo tempo, nem pelo espaço, que é o mesmo em Roma que em Atenas, e que por não admitir a dispensa da sua obediência é também universalmente obrigatório.

(*) Aula inaugural no Instituto de Letras da Universidade Federal de Pernambuco, proferida em 3 de março de 1959. Agradeço ao ilustre diretor do Instituto, professor José Lourenço de Lima, a ocasião que me proporcionou, com o seu convite, de manifestar de público e profundo e sincero respeito que sempre tive por Ramón Menéndez Pidal.

O Direito positivo, em câmbio, é inferior, sujeito às variações do tempo e do espaço e baseado em considerações de oportunidade e conveniência, mais do que na própria razão.⁽³⁾

Se o Direito — permiti-me êste parêntese, para justificar uma atitude — é uma dimensão essencial do homem, enquanto ser necessitado de comunicação e companhia, toda tentativa de caracterizar o Direito, realmente vivido por um Povo na sua evolução histórica, e, mais ainda, o Pensamento filosófico-jurídico forjado no seu seio, ao longo dos séculos, terá de partir de uma análise da concepção radical do homem, que nessa comunidade se tenha ido formando — do homem visto em si mesmo, nos seus vínculos com as coisas, e na sua re-ligação com Deus.

Sòmente desta tríplice perspectiva será dado compreender a trama jurídica nas suas causas mais profundas.

Como no homem, mesmo o mais rude, late a imagem de Deus, assim também, no Direito, mesmo no mais rudimentário, late a imagem do homem.

E através do homem, a de Deus.

Por isso há sempre no Direito alguma coisa de sacral e divino, de absoluto e eterno, até no mais humilde e simples direito de cada dia.

Alguma coisa que nos impulsa a dizer — num eco do profundo pensamento do poeta latino — que ao jurista nada humano pode resultar alheio; mas — acrescentando com Pedro Lain — que nem sòmente o humano tem de ser suficiente para êle.⁽⁴⁾

Ramón Menéndez Pidal ocupou-se, entre outros muitos, nestes últimos anos, em descobrir os Perfís essenciais do Ser e Existir do homem espanhol.

E com Ramón Menéndez Pidal, Gregorio Marañon — que tanto se aprofundou neste estudo — explicando os elementos que integram o verdadeiro conceito de Pátria afirma que esta é para qualquer homem a humanidade que na atualidade povoa a terra que êle tem, ou adotou por sua — é o meu caso: o conjunto concorde ou discorde daquêles que, como “patriotas”, o cercam.⁽⁵⁾

Explicada a posição que ocupo entre vós, e justificada a ligação que me une ao País de origem, posso afirmar que não

só me considero compatriota de Menéndez Pidal, como também discípulo — se esta afirmação não vos parece exagerada ambição em meus lábios.

Uma alta categoria mental — como a de Ramón Menéndez Pidal — mede-se, também, pela influência que exerceu naquêles que não foram os seus discípulos, no rigoroso sentido da palavra, mas que se apropriaram da sua doutrina para, inclusive, orientar a sua própria conduta, pois o Mestre desaparecido nos ensinou a todos nós a conhecer e amar a Espanha.⁽⁶⁾

E é por isso que ao falecer aos quatorze (14) dias do mês de novembro do ano passado — quatro meses antes de completar um século de vida — não foram só as autoridades eclesiásticas, a frente o Arcebispo de Madrid — Alcalá, Dr. Morcillo, e as autoridades civís, inclusive o Chefe do Estado, representado pelo Ministro da Educação e Ciência, Sr. Villar Palasi, e as autoridades militares, em fim, como escritores, artistas e, sobretudo, jovens, muitos jovens universitários que viam nele o Patriarca das Letras Espanholas, e um dos maiores investigadores do mundo — o maior dos investigadores literários do mundo moderno, como noticiava o A B C, de Madrid, na sua edição semanal aérea de 21 de novembro de 1968.

“Um caso único na história da cultura universal”, como, com toda a sua autoridade, afirmava Guillermo Diaz Plaja no mesmo semanário.

Nasceu Ramón Menéndez Pidal na Corunha, (de família asturiana), no dia 13 de março de 1869.

Estudou na Universidade de Madrid e na de Toulouse, obtendo a cadeira de Filologia Românica em 1899, na primeira das duas Universidades mencionadas.

Em 1904 foi nomeado Comissário do Rei da Espanha para estudar em Quito e Lima os documentos referentes à questão de fronteiras entre Equador e Peru devendo-se à sua intervenção o Convênio que evitou uma guerra entre os dois países.

Em 1907 foi nomeado Vogal da Junta de Ampliação de Estudos, e em 1913 Conselheiro de Instrução Pública.

Em 1914 inaugurou na República Argentina a Cátedra que a Instituição Cultural Espanhola havia fundado, dando nesta ocasião um Curso sôbre Menéndez Pelayo, seu Mestre que

contribuiu grandemente para a sua formação levando-o a dar uma qualidade literária à exposição da sua obra científica, e um sentido nacional amplo ao seu labor de especialista, sendo verdadeiramente apaixonante seguir esta evolução através de toda a sua produção gigantesca.

Ramón Menéndez Pidal dirigiu durante muitos anos a Revista de Filologia Espanhola e o Centro de Estudos Históricos, sendo também Vice-Presidente da Junta de Ampliação de Estudos.

Presidiu o Ateneu de Madrid de 1919 a 1921, sendo em 1928 eleito Presidente da Sociedade de Lingüística Românica.

A Universidade de Madrid prestou-lhe uma grande homenagem no dia 6 de novembro de 1951 traçando naquele ato um magnífico perfil de Menéndez Pidal, o atual Presidente da Academia, Dámaso Alonso.

Em dezembro desse mesmo ano foi inaugurado em Nápoles o Instituto Espanhol de Cultura estando a conferência inaugural a cargo do sábio espanhol que dissertou sobre "Os Reis Católicos em Maquiavel e Castiglione".

Aproveitando aquela viagem, verdadeiramente triunfal, foi recebido clamorosamente pelos meios culturais italianos, recebendo, em Roma, a homenagem da Universidade Italiana que o proclamou "Mestre de Romanistas".

A Academia Nacional do Liceu de Itália concedeu-lhe o Prêmio Feltrinelli, que lhe entregou em Roma, em 1952, o próprio Presidente da República, Einaudi.

O Prêmio foi conseguido em competência com o novelista alemão Thomas Mann, o que realça mais, e coloca mais em evidência, o seu valor e mérito.

Nôvo Prêmio, em 1956, de Literatura, da Fundação March, abrindo mão da sua importância em benefício da criação de um Seminário de investigação.

Os Prêmios e as distinções vão multiplicando-se assim até o fim da sua vida fecunda e gloriosa.

Em abril de 1964 recebe a Medalha de ouro da Vila de Madrid.

Em fevereiro de 1965, o Prêmio da Fundação Balzan.

Ainda em maio deste mesmo ano (1965) lhe é imposta a

Medalha de Ouro ao Mérito no Trabalho, e em dezembro deste ano ainda, com 96 anos, é novamente reeleito Diretor da Real Academia Espanhola.

Um ano antes de morrer, em novembro de 1967, é nomeado Doutor "Honoris Causa" pela Universidade de Lieja.

Em 14 de novembro, em fim, de 1968, uma quinta feira precisamente, tendo experimentado uma recaída no seu delicado estado de saúde, entregou, em plena lucidez de suas faculdades mentais, e cercado de seus familiares, a sua grande alma a Deus...⁽⁷⁾

Perdoai-me se demorei um pouco na vida fecunda deste grande homem, pois a sua é uma biografia que carece de valores literários sendo êle antes de tudo "um homem de ciência" que andou pelo mundo perseguindo materiais para as suas investigações históricas e filológicas, constituindo-se por mérito e direito em Pai da Filologia Romântica, em todo orbe hispânico.

A importância tremenda de Ramón Menéndez Pidal como investigador é que galvanizou todo o Medio Evo espanhol, que era completamente desconhecido.

Menéndez Pelayo, seu Mestre, foi genial e extraordinário nas suas investigações, mas abrangeu demasiado, talvez.

Menéndez Pidal limitou-se, e se restringiu, com uma técnica mais científica, a estudar o Médio Evo espanhol, a Idade Média Espanhola.

Daí os estudos que fez — estudos extraordinários — começando pelo texto, na primeira Crônica Geral.

Depois continuou com os estudos sobre El Cid e toda a sua época, chegando a fazer os estudos da Poesia sobre o Romanceiro.

Neste sentido é incalculável o valor de tudo quanto descobriu Menéndez Pidal...

Pode-se afirmar, sem exagero, escreve Dámaso Alonso, que depois dêle, em matéria de Historiografia medieval, em língua castelhana, estamos em outra era e quase que em outro mundo que o século XIX não pode suspeitar.

Depois, na sua velhice, fez estudos mais modernos e mais atuais, mas a sua importância, sobretudo, é esta: a de ter galvanizado o Médio Evo espanhol, a Idade Média espanhola, e

a de ter buscado tôdas as origens de poesia espanhola e do Romanceiro.

Perdemos, conclui dizendo Dámaso Alonso, o maior investigador que teve Espanha, literariamente, em todos os séculos.⁽⁸⁾

O investigador abriu a estrada, larga e espaçosa, ao escritor que Ramón Menéndez Pidal haveria de ser durante tôda a sua longa vida — vida durante a qual teve o segrêdo da sua gigantesca tarefa.

Ele — escreve José Maria Pemán — contava sempre com um “depois”, e um “mais adeante”. Trabalhava ajustando-se a esta máxima que lhe ouvi várias vêzes: “Não há jovem que não possa morrer ao dia seguinte, nem velho que não possa viver mais um ano”.

Ele era a paciência em pé.

Dizer, agora que morreu, “descanse em paz” é quase que repetir a fórmula da sua vida, porque o seu trabalho foi como um modo de descansar na sua máxima vocação e no seu tesouro.

A paz esteve sempre firmada entre ele e a Verdade, e o Amor à Epanha.⁽⁹⁾

Em 1895 publica o jovem doutor em Filosofia e Letras — título que obteve aos vinte e três anos, com as máximas honras — o seu primeiro estudo na Revista “Critica de Historia y Literatura Españolas”.

Intitulava-se “Las glosas silenses de Oriebesch”, e nesse mesmo ano, e na mesma Revista, aparece o seu segundo trabalho, um estudo sôbre o dialeto judeu-espanhol.

Em 1896 aparece “La leyenda de los Infantes de Lara”, obra que lhe valeu o Prêmio Caballero, da Academia de Historia.

Por aquêlo tempo começa a explicar uma cadeira de Filologia, nos Cursos de Estudos Superiores do Ateneu de Madrid, trabalho em que persevera até 1899.

Um ano antes, 1898, aparecem as Cronicas Generales de España” seguidas del “Poema de Cid”, e em 1903, “La Leyenda del Abad de Montemayor”.

1904, é o ano da aparição do seu Manual de Gramática Histórica Española”.

Em 1906, em Cultura Española” publica um importante

estudo sôbre as origens de “El convidado de Piedra”, e posteriormente, em 1908, vê a luz o primeiro tomo de uma das suas mais importantes Obras — o “Cantar del Mio Cid” com três apêndices; um para o texto, outro para a gramática, e o terceiro para o vocabulário.

Em 1913 o tema cidiano, perene nos trabalhos de Ramón Menéndez Pidal, volta a aparecer.

Na Revista “Libros” publica um ensaio “El Poema del Cid — valor artistico del Poema”, completando em 1921 a encarnadura literária e mítica de Rodrigo Díaz de Vivar, ao dar à imprensa o seu trabalho “El Cid en la História”.⁽¹⁰⁾

A personalidade de Ramón Menéndez Pidal fica desta maneira suficientemente assentada no panorama da investigação literária espanhola.

Os anos não irão senão enriquecendo a sua bibliografia, abordando novos dados, alumando novas fontes, novos mananciais da cultura espanhola entre a poeira dos livros sob o olhar sempre atento de uns olhos que contemplaram quase que um século de história de Espanha.

Ramón Menéndez Pidal escreveu mais de quinhentos livros, ou ensaios, entre os quais figuram, para só citar alguns, a fim de não cansar a vossa atenção, os três últimos publicados depois de seus noventa anos — “La chanson de Roland y el Neotradicionalismo”, “El Compromiso de Caspe” e “El Padre Las Casas, su doble personalidad”.

Entre o primeiro e o último dêsses quinhentos livros, Ramón Menéndez Pidal, “o mais velho dos nossos grandes velhos” como o chama Julián Marias, nunca perdeu aquelas qualidades que o seu grande Mestre, Menéndez Pelayo, assinalava nêle, no discurso com que o recebeu na Real Academia Espanhola — a de ser “um trabalhador infatigável, um afortunado investigador (...) um lingüista e um crítico educado com todo o rigor do método histórico, capaz de aplicar êsse método a qualquer ramo da ciência literária com originalidade, com sábio atrevimento, com discreta prudência”.⁽¹¹⁾

Foi Menéndez Pelayo quem o recebeu na Academia para a qual fôra eleito no dia 21 de março de 1901, lendo o seu discurso de posse em 19 de outubro de 1902 sôbre “Las Fuentes

del Condenado por desconfiado” de Tirso de Molina, a que Menéndez Pelayo respondeu com outro, também magnífico, sobre “La Primitiva Poesia Heróica”.

Neste discurso finalizou Menéndez Pelayo os elogios justos e merecidos ao seu antigo aluno com palavras que a esta altura podemos considerar proféticas; “O Sr. Menendez Pidal, dizia êle, livrou-se até agora e mercê de seu método e de seu caráter livrar-se-á sempre de escrever nenhuma palavra ociosa, de sacrificar à retórica aquilo que à verdade se deve, de proceder com aproximações e não por visão real e sincera da questão que se estuda, de afirmar temerariamente quando se deve duvidar, de abster-se timidamente quando se deve afirmar.

Une à valentia de pensamento e à sábia moderação de estilo, o mais exagerado escrúpulo da exatidão, e o desinterêsse científico mais absoluto, que de modo algum há-de confundir-se com a indiferença, pois sem particular vocação, sem amor entranhável ao assunto, sem o fervoroso amor de pátria que é o gênio latente de tôdas estas emprêsas, quem ía impor-se, na idade mais florescente da vida, trabalhos tão árduos, tão pertinazes, tão duros, tão pouco amenos que bastariam para quebrantar uma organização de ferro a não sustentá-la aquêle sobrenatural poder que proporciona sábiamente os meios aos fins e nunca desampara ao artífice de uma obra honrada até que a vê dignamente cumprida?”⁽¹²⁾

Foi sempre êste o sentido e o estilo de Menéndez Pidal, como pode verificar-se lendo a primeira página de seu primeiro livro e a última de seu último — o primeiro escrito aos 27 ainos, e o último pouco antes de completar os... cem, quase.

Aquêle primeiro livro foi saudado por Menéndez Pelayo “com júbilo e com profundo respeito” como “livro magistral”, a segunda pedra colocada nos alicerces da história da nossa épica, contando como primeira o memorável tratado “De la poesia heróico popular castellana “com que em 1874 abriu Milá y Fontanals o período científico para êstes estudos”.⁽¹³⁾

“Em poucos anos e com publicações à primeira vista fragmentárias e isoladas, acrescenta Menéndez Pelayo ainda no discurso — resposta ao de ingresso na Academia de Ramón Menéndez Pidal — transformou o aspecto da Idade Espanhola, feriu

e penetrou dificuldades e problemas que se não suspeitavam antes dêle, começou a ressuscitar um mundo épico, combinou e soldou formas de arte que até então apareciam desligadas, deu luz ao cáos da nossa primitiva historiografia e ao das origens poéticas, e submeteu a severo e escrupuloso exame lexicográfico, gramatical e histórico os mais antigos e veneráveis monumentos da fala castelhana”.⁽¹⁴⁾

Uma cátedra, conseguida “em público e honroso concurso” e uma cadeira que passou a ser ocupada “pelo mais jovem dos cultivadores de filologia e da erudição literária” foram os prêmios, entre outros, que mereceram os seus grandes serviços.

Como catedrático, “Dom Ramón foi o mestre indiscutível e indiscutido. Mestre, em primeiro lugar, pela exemplaridade magnífica da sua entrega total à nobre tarefa que se impôs ao longo de setenta anos. Mestre, porque nos ensinou a trabalhar com rigor científico, tanto na preparação dos textos, como na manipulação dos dados. Mestre, enfim, porque nos legou uma doutrina de eficiência e coerência.(...) Menéndez Pidal foi por razões cronológicas e por razões espirituais, um filho da Espanha da Restauração. Daí a sua preocupação pela missão ordenadora de Castilha, personificada na figura de Mío Cid, em tórno à unidade peninsular, e a sua tarefa ingente em ordem à transcendência da historiografia medieval, como construtora de uma consciência coletiva, tal como aparece já em “Loor de España” de Afonso X, o sábio.

Tôda a sua construção histórica deriva desta clara fonte, e quanto investigou em tórno à Espanha dos Reis Católicos, e dos Austrias, na sua peripécia exterior e na sua consciência linguística tem o mesmo sentido de coerência.

Mas o fenômeno mais curioso que oferece em conjunto a ingente tarefa menendezpidalina é o que permite assinalar nela um constante processo de rejuvenescimento.

Se a sua juventude foi calma, rigorosa e erudita à medida que passavam os anos crescia o seu sentido militante e polémico, até o ponto de dar-nos na flor de seus noventa anos livros tão assombrosamente combatidos como os dedicados à “Chanson de Roland”, ao “Compromiso de Caspe”, ou ao “Padre Las Casas”.⁽¹⁵⁾

E como o catedrático, o acadêmico, durante sessenta e seis anos, sendo 35 deles diretor da própria Academia, para a qual foi eleito a 21 de março de 1901, tomando posse em 19 de outubro de 1902, como ficou noticiado anteriormente.

Ocupou a vaga que deixara na cadeira "B" Don Victor Balaguer.

O primeiro ocupante desta cadeira tinha sido Don Joaquín Francisco Pacheco, a quem sucedeu Don José Selgas.

Antes de chegar à Academia, Menéndez Pidal tinha sido premiado por ela, em 1895, pelo "Cantar de Mío Cid, texto, gramática e vocabulário."

Quando Ramón Menéndez Pidal tomou posse era diretor da Academia Don Juan de la Pezuela, Conde de Cheste.

Eleito êle diretor, em 1925, em substituição a Don Antônio Maura, foi mantido por sucessivas reeleições até 1936, e depois até a sua morte.

Mais de duas mil quinhentas sessões na Academia presidiu Ramón Menéndez Pidal em tórno à célebre mesa elíptica que havia construído Don Juan de Arzenbusch, que fôra marceneiro.

Don Ramón, informa José Maria Pemán, chegava à Academia, cada quinta-feira, quinze minutos antes de começar a sessão (como fazem os nossos acadêmicos!!) e aproveitava assim um quarto de hora da costumeira conversa prévia.

Nunca se sentava. Permanecia em pé todo o quarto de hora e os acadêmicos se congregavam ao seu redor como êsses moinhos e círculos juncosos que nascem nos rios em tórno das árvores.⁽¹⁶⁾

Como se vê Don Ramón não era só inteligência e coração, mas conduta que atraía e edificava, e foi isto, como de Gregório Marañon escreve Lain Entralgo, a sua pessoal maneira, o homem, definidor de deveres, e exato cumpridor deles na sua quotidiana existência.⁽¹⁷⁾

Acabava de publicar Menéndez Pidal seu livro sôbre "El Padres Las Casas".(...)

Não faz muito anos disto e, entretanto, o Mestre ainda subia e descia as escadas interiores da casa com qualquer motivo e, mesmo, sem motivo, muitas vezes.(...) Estava sempre

dono de si, com a gravata e sapatos bem arrumados. Era um elegante da erudição. Nunca se apresentou como o sábio distraído.(...) Do gabinete forrado de livros, num clima de madeiras claras e ordenadas erudições, don Ramón se levantava de repente porque estava na hora de dar o seu passeio pelo jardim selvagem que cerca o seu chalé dentro do muro. Era comovedor vê-lo tomar um longo abrigo, chapéu e luvas para descer alí mesmo, ao jardim, como se fôsse a Estocolmo receber o Prêmio Nobel, que nunca lhe deram.⁽¹⁸⁾

Injustiça que o próprio Juan Ramón Jimenez foi o primeiro a lamentar quando recebeu o seu, em 1956. "É uma pena, respondeu a um questionário, que a Academia Suéca deixasse morrer Unamuno, Machado e Ortega, sem conceder-lhe o Prêmio. Porque dos vivos, para quem o merece, ainda há remédio. Por que não a Pio Baroja, por que não a Menéndez Pidal?"⁽⁹¹⁾

Menéndez Pidal, porém, que sabia que o mérito está muitas vezes acima do prêmio, e sabia também que não está em conseguir mas em merecer, pouco ou nada se preocupava com isso.

Com o que êle sempre se preocupou, até o derradeiro momento da sua vida, que Deus lhe concedeu fôsse na plenitude de suas faculdades mentais, foi com o duplo imperativo a que da sua heróica juventude obedecia como se fôsse o grito da própria consciência — o imperativo de conhecimento e amor de perfeição.

Quaesivi Te, et desideravi
intellectu videre quod cardidi,
multum disputavi et laboravi.

Te procurei sempre, Senhor,
e sempre ambicionei ver com o entendimento
aquilo que pela fé, livremente, aceitei.
Por isso discuti e fiz esforço.

Era como o "eterno despertar" a que êle se referiu quando por motivo de seu nonagésimo aniversário recebia felicitações de tôdas as partes.

“Sonhemos e trabalhemos, dando ao nosso esforço um sentido acima do tempo presente, voltados para o tempo que não terá fim.” — onde conseguiremos, acrescento eu, para terminar, a plenitude da inteligência junto da fonte sem impureza, que jorra sem parar.

Foi êste o pesquisador paciente, o escritor fecundo, o catedrático consciente, o acadêmico responsável, o homem, enfim, inteligência e coração, coração e vida nobre e generosamente consagrada ao serviço da cultura, ao amor da Pátria, ao bem da Humanidade.

BIBLIOGRAFIA

- 1) Laín Entralgo, El Patriotismo de Gregorio Marañón, Estafeta Literaria, N.º 391 — dedicado a Menéndez Pidal.
- 2) José Santa Cruz, Rev. de Estudios Políticos. N.º 139, Enero-Febrero (1958), págs. 155 e ss.
- 3) Ibid.
- 4) Joaquín Ruíz-Jimenez, Del Ser de España, Aguilar, Madrid, 1963, págs. 7 e ss.
- 5) Laín Entralgo, l. c.
- 6) Manuel Halcón, A B C, de Madrid, Edic. Sem. Aerea, 21/IX/1968, N.º dedicado a Menéndez Pidal.
- 7) Ibid.
- 8) Juan Antônio Zunzunegui, A B C., Edic. cit.
- 9) A B C, N.º cit.
- 10) Ibid.
- 11) Menéndez Pelayo, Obras Completas, Estudios y Discursos de Crítica Histórica y Literaria, Vol. I, págs. 119 e ss.
- 12 — Ibid. págs. 143 e ss. (La primitiva Poesia Heróica)
- 13) Ibid. (La Leyenda de los Infantes de Lara).
- 14) Ibid.
- 15) Guillermo Díaz Plaja, Estafeta Literaria, N.º cit.
- 16) Estafeta Literaria, N.º cit.
- 17) Laín Entralgo, l. c.
- 18) Francisco Umbral, Estafeta Literaria, N.º cit.
- 19) Juan Ramón Jimenez, Libros de Poesia, Colec. Nobel, Aguilar, Madrid, p. VIII.
- 20) S. Aug. De Trinitate, Lib. XV, cap. 28.

— III —

Novas Tendências do Romance e da Poesia Alemães

CURT MEYER-CLASON

“Quanto ao romance, êle agora é que está nascendo no mundo. Agora é que vai nascer, melhor dizendo. O ponto de partida pode ser Thomas Mann ou o Dr. Fausto. Aqui no Brasil mesmo estamos às voltas com grandes autores que procuram dar a dimensão exata do romance. Trata-se de uma técnica muito difícil.” Esta confiança com que João Guimarães Rosa falava o ano retrazado, pouco antes da sua morte, gostaria de tomá-la como provocação para as reflexões que hoje vamos fazer e de perguntar: Pode o romance de hoje ainda ser medido pela bitola de Thomas Mann e Proust, de Musil ou Joyce? São, em suma, estes grandes antepassados ainda os pais legítimos dos seus descendentes, os autores atuais? Eu falo da Europa ou, mais limitada e exatamente, da Alemanha contemporânea. E, fazendo-o, deixo conscientemente fora da questão a obra monumental de João Guimarães Rosa. Porque nele o experimentado organiza-se em significação, a matéria transforma-se em mundo. Com isso mal podemos medir o que hoje se escreve entre nós. E daí a razão por que é também hoje, entre nós, difícil de dizer o que é o romance. E pouco nos adianta lermos no Georg Lucaks dos primeiros tempos que o romance é “a epopéia do mundo abandonado de Deus” ou “a forma de estado de apátrida transcendental” ou quando Butor diz que o romance é “qualquer coisa mediante a qual a

realidade se pode tornar consciente de si própria na sua totalidade para exercer a auto-crítica e se modificar”, enquanto Robbe-Grillet está socráticamente convencido de que “nós não sabemos o que deva ser um romance, um romance por si mesmo: só sabemos que o romance de hoje será aquilo para que nós o fizemos.” — o que faz lembrar a opinião emitida por Mário de Andrade há uns trinta ou quarenta anos: “o conto é aquilo a que eu chamo conto”. Estudar a estética dos gêneros literários parece-nos por conseguinte, uma empresa que faz lembrar coisa de museu. Pois como acontece nas artes também hoje convergem os gêneros literários. Logo à primeira vista se pode ver como se misturam elementos por ventura mínicos em contos e poesia ou elementos épicos penetram em poemas e peças de teatro. Uma tal “corrupção” ou corrupções semelhantes não faz mais que apontar a crise geral em que uma realidade nova precipitou a velha literatura. E agora me dou conta de que escolhi mal o título destas considerações. Eu deveria ter dito: novas tendências da Literatura Alemã.

“Ali está dependurado o mapa, tôdas as paredes são brancas, isto é a terra, isto é a costa, isto é a história, isto é a janela alta com as árvores do parque, lá em cima é o céu, aquilo é o DC-8 diário, isto é a gata Nina, hoje é sexta-feira, nenhum verão, nenhuma modificação, isto é o passado ataque de coração, lá vem de nôvo o que se chama uma esperança, isto é a duração de um cigarro, lá se aproxima um prazo, isto é Münchhausen que vem com um javali atrás, isto é a proximidade daquilo de que se fala, lá ocorre o nome de Mila Schon, isso devia ser a cidade de Milão, o copo cheio, o copo vazio, ali está uma pessoa sentada à mesa e está sentada levantando os olhos da superfície da mesa, ali está uma coisa diferente, isto é o continente interior, isto é êle tão limpo como um Opel de Opel, ali está dependurado o gesso vermelho do Imperador Guilherme, ali são dez horas da noite e ali são oito da manhã, a mosca acolá não voa, isto é o importante, isto é o que a gente esquece, isto é o Mississipi, isto é a palavra que designa um rio, ali está um fogão vazio e frio, ali está um bom rádio portátil, acolá e acolá está em cada um dos lugares um peda-

ço de coluna, ali está qualquer coisa em que sentar e ali qualquer coisa em que deitar. E lá fora zune o vento tempestuoso através da região e um bando de pássaros luta até ao escurecer”. Isto é o começo de um livro pouco espesso que acaba de aparecer com o título RANDE-MARGENS, de Jürgen Becker, nascido em 1932 em Colônia, íntimo conterrâneo de Heinrich Boll, do qual ainda havemos de falar. Becker emprega os seus recursos linguísticos de um modo instrumental: para a expressão de uma consciência que se move nos limites — as “margens” — da realidade possível e imaginável, recordada e experimentável. A intenção de Becker de escrever de um modo aberto aparece-nos aqui, não obstante uma forma de composição rigorosa. Às primeiras cinco passagens do livro, que tem 110 páginas, irrompidas fragmentariamente, correspondem em extensão e método, como imagens refletidas, às cinco seguintes, que obedecem mais a limites poéticos do que épicos. Os excertos de textos, os capítulos em miniatura, não estão delimitados mas sim abertos, como campos magnéticos ou de gravitação. Num outro destes capítulos miniaturais em que se misturam a citação, a “persiflage”, o “aperçu”, o verso, a impressão, fragmentos de diálogos, diz-se: “Este lugar, não, não é o nosso lugar, aqui não estamos em casa e hóspedes também não somos. Estamos aqui e não vamos ficar para sempre. Muitas vezes dias bonitos; o inverno mais duro do que se julgava. Uma vez tivemos a intenção de descrever o lugar, mas o sentido de orientação vai afrouxando, os olhos turvam-se, demasiada confusão também, cenários, nenhuma recordação aqui, vamos ficando cada vez mais insulados, nenhum amor, não se fala mais nêle. Às vezes dá vontade de fugir gritando.” MARGENS também há-de querer dizer: percepção a partir dos limites do próprio corpo, sem destino, sem continuidade, sem ideologia, sem premissas especulativas, sem cronologia, sem um sistema de referências, sem história. “Nós fomos um diálogo” — é a grande palavra de Holderlin; a Humanidade — era o que certamente queria dizer — poderia dizer ao fim dos seus dias: fomos um diálogo, fomos permuta, e a soma de eu e tu produziu uma terceira e nova cópia de Deus. Criação ao nível humano. Há pouco dizia um escri-

tor igualmente jovem numa conferência: “Nós somos um falatório. Mesmo depois de várias amplificações não resulta nenhuma imagem. O salto que o coração dá das palavras para fora fica pela metade.” Quererá isto dizer que acabou definitivamente a crença na função redentora da literatura, pelo menos para o poeta? Nós vemos: contar como “quem tem algo de especial a dizer” — como diz Adorno — “perde cada vez mais em credibilidade num mundo administrado, cuja “estandardização” e invariabilidade já atinge o peculiar, o individual, tanto nas pessoas como nas experiências.” E de novo Becker: “Sim, onde a história é tamanha já acontece muito, já tudo aconteceu.” Já hoje aparece cada vez menos como protagonista — pelo menos na Europa Central — o inverossímil e solenemente isolado, que pensa, age e sente de modo alheio ao do mundo que o rodeia; bem pelo contrário é frequente o protagonista embebido na consciência comum e no seu calão. Sem dúvida tais personagens não representam, como outrora, figura literárias exemplares, um Werther ou um Julien Sorel, o que há de progressivo numa sociedade ou classe ou talvez a sua missão utópica. “A mim parece-me”, escrevia Leão Tolstoi em 1905, “com o tempo vai-se desistir, no fundo, de inventar histórias. Há-de achar-se penoso inventar qualquer coisa sobre qualquer Iwan Iwanowitsch ou qualquer Maria Petrowna de ficção. Os escritores, caso os haja então, não inventarão nada, mas contarão apenas o mais significativo e interessante que puderam observar na vida.” Estamos vendo: Tolstoi foi como épico não só o profeta de olhar voltado para o passado, mas também o analisador de olhos postos no futuro. Portanto podemos dizer: quando as figuras descritas, ou mais corretamente, sugeridas, tiverem qualquer significado, então só o terão na medida em que são uma média incolor. Através delas vêm à superfície os fatos sociais por assim dizer de um modo amoral, a-valorativo e em todo o caso desprovido de intenções. Pois a experiência individual, valorizadora, em que se apoiava a narrativa tradicional, fica perplexa em face de um mundo pelo contrário encoberto pelas informações. “Tôda a manhã” — escrevia Walter Benjamin — “nos informa das novidades do orbe terrestre.

E no entanto somos pobres de histórias extraordinárias. Isto acontece porque nenhum caso chega até nós, que não esteja já impregnado de explicações. Como para o informado é praticamente inútil a realidade técnica e cientificamente interpretada, a narrativa, se quiser substituir, terá que abranger o mundo transmitido pela informação. Quer dizer, ela deve ser demonstrativa, documental. Terá de renunciar, portanto, ao que nela haja de ilusão, a tudo que for tático e expositivo; evitará o conflito, a catástrofe, o climax, a solução. A língua não quer ser imagem, não quer mais ser usada simbólica mas sim literalmente. A literatura deixou de inventar para recapitular. E precisamente fatos, relações e interpretações já formuladas. Numa palavra, ela é documentação. Diga-se entre parêntesis que também o antigo romance documentava às vezes: vistas de cidades, fileiras de antepassados, peças de vestuário; porém só com o objetivo de aumentar a ilusão, de dar à ficção um maior conteúdo de verdade. Como no escrever de hoje é suprimida a distância, consagrada por milênios, entre o domínio estético e o da realidade — o “Era uma vez” ou a “evocação no imperfeito sussurrante” como dizia Thomas Mann — fica um mundo obtido em segunda e terceira mão, tornado clichê, pré-fabricado, como produto. Um tal produto são os textos que Reinhard Lattau, nascido em 1929, apresenta ao seu livro AUFTRITT MANNIGS — ENTRADA EM CENA DE MANNIG, de 60 páginas, publicado em 1962. O “herói”, Mannig, dá-se logo a conhecer através do seu nome: “Mann”, homem, com a sua terminação de adjetivo “ig” é todo o mundo, qualquer pessoa, a gente. Estes textos são desenhos literários feitos em traços, aos que se não deve exigir quaisquer especulações especiais. Mannig é um “si mesmo” que não é nenhum, um ser que consiste em não possuir ser e que se pode admitir como variável. O autor faz dançar o fantoche Mannig em cerca de cinquenta cenas curtas, silhuetas, “black-outs” intelectuais. O trecho “Handlungen Mannigs” “Ações de Mannig” (n.º 7) diz assim: “Seria de descrever o seguinte: como Mannig está numa praça, como se dirigem a êle e lhe pedem que entre logo numa moita, como, quando êle se está preparando para o fazer, de outro lado lhe pedem que fique

ao mesmo tempo junto do laguinho, como êle responde para os dois lados que vai tentar agora reunir as duas coisas, como primeiro se aproxima da moita, sustém os passos, se volta, depois se dirige ao laguinho, ali pára, depois volta para trás, para a moita, agora se vira, porém finalmente, depois de várias tentativas, fica entre os dois lugares, como se estica, se faz tão delgado quanto possível e ainda estende o braço e grita quase sem respirar para não tirar o ar a ninguém.” É difícil citar escritores como Becker ou Lettau: os seus capítulos-miniaturas são partes de um todo, variações de um tema que só se mantém no seu contexto. Estamos vendo: se fizermos a pergunta, quem é a pantomima que se chama Mannig, violamos logo a lei da vida desta artezinha filosófica. Pois o real é alçado ao nível do fantástico e revela-se como absurdo. O absurdo patenteia-se como real. Há, de resto, um crítico, que chama a estas produções “a literatura dos pequenos passos”. Falamos de documentação. Esta usa-a Alexander Kluge, nascido em 1932, que, baseando-se numa pequena obra em prosa da sua autoria *ABSCHIED VON GESTERN — DESPEDIDA DE ONTEM*, produziu um dos melhores filmes alemães dos últimos tempos. No seu livro *LEBENS LAUFE — VIDAS*, publicado em 1962, aplica amostras do protocolo jurídico ou sociológico e da investigação do comportamento, que, por vêzes, produzem o efeito de pedaços de fita gravada. Assim se vão formando, lentamente, novas formas de exposição, que já não provêm da tradição literária, mas sim são emprestadas à vida prática e por isso ganham uma nova objetividade não simbólica mas ao pé da letra. Numa palavra: êste modo de contar vem entrar aquela coisificação sempre progressiva das relações humanas, que há muito se apoderou também da língua e que já não pode fingir autoridade sôbre a linguagem como instrumento narrativo. Dito doutro modo: quando a fachada não deve substituir outra coisa mas se lhe chama fachada, a língua não é mais usada como instrumento para construir ficções contadas mas sim para exprimir o seu estado e o do seu tempo. Ela não ilude mais, demonstra apenas o que é. Ouçamos excertos do conto de três páginas *EIN LIEBESVERSUCH — UMA EXPERIÊNCIA COM O AMOR*. Para já, o princípio: “O

meio mais barato de realizar a esterilização em massa nos campos de concentração parecia ser, em 1943, a aplicação dos raios X. Que fôsse duradoura a esterilidade assim obtida era duvidoso. Nós reunimos, para uma experiência, um prisioneiro do sexo masculino e um do feminino. O aposento previsto para êsse fim era mais amplo que a maior parte das outras celas e foi guarnecido com tapetes da direção do campo. A esperança de que os prisioneiros satisfizessem a experiência na cela decorada com ar nupcial não se realizou. Sabiam êles da esterilização efetuada? Não era de admitir.” Seguem-se pormenores. Mais adiante: “Para apressar o prosseguimento da experiência, o médico da guarnição ordenou que tirassem a roupa aos dois prisioneiros. Sentiam-se envergonhadas as cobaias-humanas?” Seguem-se pormenores. Em seguida: “Elas foram escolhidas cuidadosamente. Segundo as atas ambas as pessoas da experiência deviam sentir uma pela outra um interêsse erótico considerável. Onde é que se sabia dêsse interêsse?” Seguem-se informações biográficas e pessoais. Em seguida: “As pessoas em experiência não eram solícitas? Em princípio eram obedientes. Eu diria portanto, solícitas. Eram os prisioneiros bem alimentados?” Seguem-se pormenores. “Acreditavam elas no livre-pensamento a que estavam expostas? Sabiam elas que no caso de uma gravidez ambos os corpos seriam dissecados e examinados? Que as pessoas da experiência o soubessem ou sequer o suspeitassem não é provável.” Seguem-se pormenores. “Tentou-se então tudo?” Pormenores. “Ficámos nós próprios excitados? Talvez irritados pela coisa não ter dado resultado: “Vou-te pertencer como amante? Vens ter comigo logo à noite?” Não havia possibilidade de levar as pessoas a uma reação clara e assim a experiência foi interrompida sem resultado. Mas tarde foi novamente recomençada com outras pessoas. O que aconteceu com as pessoas da experiência? As rebeldes foram fuziladas. Quer isto dizer que, quando a infelicidade atinge um determinado ponto, não é mais possível pôr o amor a funcionar?” Por conseguinte: em vez de ímpeto, temperamento, entusiasmo ou cólera — demonstração. E não é em vão, pois já em Camus não se tratava mais “de explicações e soluções, mas de experiências e

descrições... descrever é a última ambição do pensamento absurdo. Aplicar a língua coisificada significará porém não só demonstrar o que é, o que ocorre, mas ainda aceitá-lo? Algo como o título do romance há pouco aparecido na Inglaterra, na cidade do "POP", Liverpool: A PICTURE TO HANG ON THE WALL — UMA PINTURA PARA SE DEPENDURAR NA PAREDE — que não quer dizer mais nada do que LOOK — VÊ! Seria então a nova objetividade uma reconciliação entre a língua e o mundo, portanto conformismo? E não nos perturba o ressaibo a culinária em produções que protestam crítica e compromisso — em obras de arte "pop", em "happenings"? Com isto chegamos aos mais recentes trabalhos em prosa da literatura alemã, a três livros da oficina do "pop", que já pela sua apresentação exterior como tais se dão a entender: DIE PALETTE — A PALETA — de Hubert Fichte de 32 anos. Três anos a fio frequentou o autor o restaurante de vadios de Hamburgo, "DIE PALETTE", e fez um inventário, meio caleidoscópio, meio mosaico, daquilo que não só a cidadãos decentes parecerá uma coisa diabólica. E isto numa língua que corresponde ao pandemônio dos seus habitantes: uma mistura de calão, da gíria dos associais de Hamburgo, em que flutuam frutos da instrução e da leitura, assim como bocados de inglês, francês e português. Além disso nomes próprios, nomes de firmas e ruas, citações da política e da cultura, estilo epistolar ingénuo, registos de fita gravada, em suma: um livro em estilo "beat". O livro tem até um digno fecho à "pop" ou "happening", uma reviravolta: o autor conta como lê trechos do seu manuscrito incompleto, cercado por um grupo "beat", o modelo das suas personagens, no club de estrelas de Sankt Pauli, bairro de divertimentos de Hamburgo. Faz "pendant" com êste, e certamente não é casual o seu aparecimento simultâneo, DIE INSEL — A ILHA — do berlinês Peter O. Chotjewitz, de 33 anos. A ilha é Berlim, a Berlim sob as condições da guerra fria, vista através da lente do escritor, que convida o leitor a obedecer a um horário exato: a começar a leitura às 5 da tarde e a acabá-la na manhã seguinte às 6,05; pode ler-se também o livro só em dez horas e então verifica-se, que o tempo interno do livro é mais vasto

do que o seu volume verbal. O autor dá oportunidade ao leitor de preencher o livro a seu bel-prazer, recomenda que se retirem folhas, que se troquem as folhas arrancadas com outros leitores, em suma: recolhe os meios da ironia romântica, faz dêles um componente natural do livro, que se se divide em partes isoladas, produz o efeito de um filme bem cortado. Chotjewitz busca assim a forma aberta em que cabe tudo o que lhe ocorre, tudo o que quer escrever. Onde sem dúvida a verdade e a mentira parecem iguais a ponto de se confundirem, de modo que a verdade e a mentira se tornem permutáveis. Isto produz uma representação a-valorativa dos sucessos. O coito, a homossexualidade, as orgias e coisas nojentas são descritas com exatidão mas não causam atração nem repulsa, são simplesmente naturais. A ILHA, Berlim, é uma região modificável no seu tamanho conforme o capricho. De umas vêzes é tão pequena, que mal se pode dormir nela com uma mulher; de outras alarga-se até ao tamanho de uma metrópole — Berlim. Esta região elástica é uma invenção do livro. Mais exatamente, um achado. E o achado é que deve importar, diz Max Frisch, o autor de STILLER, HOMO FABER, MEIN NAME SEI GANTENBEIN — QUE MEU NOME SEJA GANTENBEIN. O que outrora era experiência é hoje achado. Tôda a história é uma invenção — lemos em GANTENBEIN, um livro que é todo contado conjuntivamente, como uma série de propostas. "Eu provo histórias como roupas" — diz o escritor. Estamos vendo: êstes livros dificilmente se deixam prender a opiniões fixas, aos lemas da política atual. Êles protestam a seu modo, mas também e com maior razão contra o fato de se fazer uso dêles demasiado facilmente.

Enquanto a indústria da cultura nada gasta com tanta preferência como opinião, mesmo opositora, que é incorporada e satisfeita na circulação intelectual de mercadorias, esta nova literatura aplica já a consciência estampada cultural-industrialmente. O seu compromisso, o seu conteúdo político não se deixa mais verificar e reconhecer nas suas afirmações. A perguntas destas ela mostra-se muda como as imagens da arte "pop". Mas só há escritores dêstes na Alemanha dos anos sessenta? Não, se pensarmos, por exemplo, em Heinrich Boll

e no seu último livro, um conto de 252 páginas: ENDE EINER DIENSTFAHRT — FIM DE UMA VIAGEM DE SERVIÇO. O romancista comprometido, o marxista católico, o homem que diz não, o anti-militarista, e anti-clerical, o pintor dos nossos anos de antes e de após guerra, personifica nesta obra-prima, como desde há dezessete anos, a consciência alerta e inquieta da Alemanha. A primeira frase do livro poderia ser de Heinrich von Kleist. “Perante o tribunal da comarca de Birglar realizou-se o ano passado, nos princípios do outono, um debate, sobre cujo decurso o público pouco veio a saber.” O conteúdo é êste: Um processo contra dois operários, que incendiaram um “jeep” do exército alemão, portanto um ato de sabotagem. O processo, ao qual a imprensa não comparece, se bem que os fatos pudessem dar origem a títulos de jornal, é mantido em relativo segredo, evidentemente no interesse do Estado. Tem quase uma feição familiar, como tudo em Boll. A cidadezinha — junto de Colônia, terra natal do romancista — está em família, e assim o processo se torna numa espécie de psicologia social íntima. O espantoso Boll narra com amplitude épica, no imperfeito que distancia, numa onisciência fora de moda, com serena ironia; mas lá por baixo referve revolta, dor e raiva contra a chata mesquinhez do nosso mundo abastado, presunçoso, distraído, de cidadãos da República Federal Alemã.

Os dois operários, pai e filho, são, evidentemente, as meninas dos olhos de Heinrich Boll, cristãos utópicos — caso isto não seja uma tautologia. O pai é já de idade avançada, antigo combatente e anti-nazi, marceneiro e restaurador de móveis antigos. O filho é atualmente cabo do exército alemão e recebeu da sua unidade a missão de ir passear com um “jeep” algumas centenas de quilômetros a fim de levar o conta-quilômetros ao ponto exigido pela inspeção que está próxima. O serviço militar é, portanto, aos olhos do autor, trabalhar em ponto morto, desperdício, ridículo, em certo sentido desumanidade. Enquanto o jeep” arde, pai e filho cantam a ladainha de Nossa Senhora e são felizes naquele sentido melancólico que o crente conhece. Para a gravidade do debate também eles mostram pouca compreensão, e têm que ser chamados

à ordem várias vezes. E no seu menosprezo pelas coisas terrenas afirmam que sentiram frio e se tinham querido aquecer com um “incêndio-happening”. O processo acaba de um modo inofensivo. Estamos vendo: a obra tardia de Boll, a que está ligada uma tendência para a anarquia, é como uma prece a Deus para dar alegria e caridade. Êle próprio — como os seus dois heróis, homens de cunho franciscano — é mais um cristão primitivo do que um “crente organizado”. Boll toma a realidade à letra. Tudo quanto escreve deve ser entendido o mais concretamente possível: é de um concreto que se reflete nos seus livros a imagem fenomenológico-social formada na terra alemã depois da queda do Terceiro “Reich”: não como a sociedade de classes de outrora, mas como uma misturada amorfa de caracteres predominantemente burgueses, um povo de empregados, de trabalhadores aburguesados e de notabilidades burguesas. Talvez a força de Boll resida menos na criação de seres humanos inesquecíveis do que na captação de ambientes, mentalidades, perspectivas, “milieus”, condições atmosféricas, que são características da sociedade alemã. A prosperidade abafada desta sociedade e o que há de moralmente depressivo no seu orgulho, de chato, de sem descanso, de cegamente restaurador, a energia nervosa capaz de destruir uma vez mais, por meio da reconstrução, as cidades destruídas, e a memória insanável e insondável de um passado de responsabilidade de todos — isto é a sua contribuição para a tomada de consciência da Alemanha contemporânea. As figuras de Boll são homens que não querem esquecer e não podem esquecer. A dor mantém-nos vivos e alerta. Na sua obra as palavras “verletzt” (ferido) e “univerletzlich” (invulnerável) são como um “leit-motiv”. A obra de Boll obriga o leitor à contemporaneidade, torna-o consabedor, sobrecarrega-o mais do que o absolve e recorda-lhe menos o seu papel passado que a sua tarefa atual. Nosso mundo esponjoso Boll é o homem do não! pertinaz. Mas em contraste com muitos intelectuais do nosso país, que só são unânimes naquilo contra o qual estão, em Boll sabe-se sempre do que é que êle é a favor. No mundo de Boll nenhuma fenda separa a estética da ética.

Aqui seria ocasião de falar dos três colegas mais novos de

Boll, representantes do estilo épico-narrativo, também conhecidos internacionalmente: Günter Grass, nascido em 1927, Martin Walser, em 1927 e Uwe Johnson em 1934. Temo, porém, que o tempo de que dispomos não nos permita mais do que um breve comentário. HUNDEJAHRE — O CÃO DE HITLER, de Günter Grass, apareceu em 1963, EINHORN — UNICÓRNIO de Martin Walser em 1966, ZWEI ANSICHTEN — DOIS ASPECTOS de Uwe Johnson em 1965. O livro de Grass pertence, tanto temática como estilisticamente ao período de BLECHTROMMEL — O TAMBOR e, portanto, aos últimos anos de cinquenta. Embora Grass nele demonstre a sua enorme força criadora, eu prefiro falar em seguida das suas novas poesias. O UNICÓRNIO de Walser foi a sensação lingüística de 1966. Não é no entanto um romance em que se trate da cópia e radioscopia da realidade social, embora possua um tema: o herói, Kristlein, no seu presente livro HALBZEIT — MEIO TEMPO ainda agente comercial, torna-se escritor e, por incumbência de uma rica proprietária de editora deve escrever um livro sobre o amor, que, durante a redação, se vem a revelar sexualidade. De resto o autor acaba por declarar que não considera um homem real, que é simplesmente uma sombra que perdeu o seu causador, que não podia exigir para si a palavra "lebenswahr", verdadeiro de vida. Um tom nosso conhecido, se nos lembrarmos do nosso ponto de partida e de uma frase das MARGENS de Becher: "Às vezes ficamos bem perplexos; o que julgamos ver desaparecer logo: na cabeça um rumor, mundo sumido. Tempo de provérbios. Viver com mapas." Neste livro torna-se visível a transição para a "literatura documental". O mesmo se dá quando Walser dispersa em partículas o vocabulário e a sintaxe dos oradores de palanque da Alemanha Ocidental. Porém o palavreado ainda só na aparência sucede verbal e objetivamente, por ser tratado apenas como recontado e "em persiflagem". Pois recontando mantém-se ainda uma distância do objeto, que só se perde no texto documental, como vimos. Em face dêste, Uwe Johnson alcança nos seus livros uma permeabilidade para um calão estranhamente anónimo, marxista, científico, técnico. Uma passagem de um livro anterior, MUTMASSUNGEN ÜBER JAKOB

— CONJECTURAS SÔBRE JACÓ, talvez possa explicá-lo: "Nós partimos das condições de um país, em que a revolução terminou vitoriosa. (Nós remetemos às subcomissões as perguntas: Pode uma revolução terminar? Que significa isto? É justa a existência de um tal país, sem mais nada? É assim. (Porque é assim? Ali acaba de começar o futuro feliz.) Os seus governantes procedem certo em tudo? De outro modo não pode ser. Quais são as conseqüências? Como um dos melhores disse depois da morte do melhor de todos (como soubemos através da máquina de mentir dos ganhadores de plusvalia porquê, deve prejudicar-nos): mandou o melhor de todos, na sua infinita justiça, executar inúmeros companheiros de armas, que eram culpados das contradições úteis que... Isto tudo é-nos dito, para exemplo, depois que a boa causa está salva pela sua morte. Isto chama-se culto pessoal. Fim da introdução." Estamos vendo, a comicidade da linguagem bíblica deve sublinhar as contradições do discurso que Chrustchew proferiu no vigésimo congresso do partido sobre o culto pessoal.

Aqui quero chamar a atenção para um escritor singular, o austríaco Thomas Bernhard, nascido em 1931, e para o seu último romance VERSTORUNG — PERTURBAÇÃO. Um médico da aldeia leva consigo o seu filho, o narrador na primeira pessoa, nas visitas aos doentes, não sem escrúpulos, de princípio, pelo possível efeito "perturbador" quanto às impressões ali recebidas, porém cada vez mais com a intensão de familiarizar o jovem com o que êle, pai, reconheceu como a terrível normalidade: que a existência humana é sofrimento e a nossa única certeza. Falar do homem significa "fazer autópsias no corpo da Natureza." O filho mostra-se sensível a esta escola da transitoriedade e no seu calvário de participação na dor, trava conhecimento com um mundo que se move à beira do caos: doente, transtornados, loucos, assassinos, mono-maníacos. O último dos doentes é um príncipe, que em demência clarividente, no seu palácio, monologando, provoca e dispõe a sua morte. Êle vai, como lá diz, em muitos sonhos por um salão sem fim, para uma audiência que é a mais importante da sua vida. O mundo é, em primeiro

lugar, diz o príncipe, a escola elementar da morte; depois a escola média da morte; depois, para o menor número, a escola superior da morte. Deste modo foi pronunciada a frase-chave do romance. Enquanto Bernarh transforma a escuridão numa ciência, êle gera luz e mesmo com uma sobriedade de iluminista. O autor é um narrador para o qual narrar significa sempre igualmente reconhecer. Não, porém, no sentido presunçoso de descobrir, da análise vaidosa. Êle quer reconhecer mediante a descrição, o tornar explícito, o tomar à letra — e isto tem para êle a importância primordial de uma ação de salva-vidas. Estas considerações permitem-nos um salto para trás, para o ponto de partida das nossas observações e assim para Franz Mon e o seu livro HERZZERO — CORAÇÃO ZERO. Também êle quer “faire voir”, porém a partir da língua, pois êle é um concretista — poeta e e escritor. Porém onde está a separação se a nova prosa, como em Becker, tende para a poesia — lembremo-nos de João Cabral de Melo Neto — se movimenta à beira da prosa? Franz Mon usa, portanto, a língua não como veículo de pensamento, de histórias; êle faz dela própria tema, pelo menos como ponto de partida do que escreve. Pensar coisas novas, modificar as existentes, apurar a consciência. Isto significa necessariamente uma nova língua e precisamente a partir da base: novas estruturas, outros modelos gramaticais e finalmente também — novas palavras. Franz Mon toma mais ou menos tudo, o que as outras pessoas dizem, mais a sério do que o que êle próprio poderia dizer. Tudo quanto é dito e impresso tem para êle a priori a mesma importância, desde o calão das ruas até ao rótulo da lata de nescafé. Armado de ouvidos sensíveis, é atingido pela linguagem dos outros, por aquilo a que Peter Handke — do qual ainda ouviremos falar — chama “reizwörter”, palavras excitantes. O seu tema é a língua do grande número. CORAÇÃO ZERO é um romance, sem dúvida um diálogo invulgar, incessante, entre Mon e Mon, Mon e o leitor, um produto artificial, que nunca pretende esconder a sua artificialidade detrás de uma “realidade” preludiada. Como o significado da língua de Mon mal se pode traduzir filológico-analógicamente, quando muito por igualdades fisionómico-homológicas, tenho que renunciar e fazer

uma citação dele e leio-lhes em seu lugar uma nova poesia do último volume de Günter Grass, AUSGEFRAGT — INTERROGADO, de 1967.

Quando tio Dagoberto de nôvo as trombetas trocar
e brincarmos à Jericó catalítica com cubos de armar
porque o “remis” dos pais
ou o afastamento um do outro em caso de crise
não quer ultrapassar
a guerra limitada,
portanto o limiar do quarto de dormir para a escalação,
porque o Natal está à porta;
quando tio Dagoberto outra vez qualquer novidade,
a máquina Knusper-Kneisschen
e armas semelhantes de vários fins lançar, peng! no mercado até que uma hora mais tarde riquerraque... puff... plops! a guerra convencional, localizada no quarto das crianças pouco ortodoxamente corre a todo vapor e os pais,
porque as compras do Natal
permitem só um relaxamento limitado e tique, traque e trique, — isto são os sobrinhos do pato Donald — por nada trocaram escudo e espada, desistem da intimidação recíproca, a segunda e graduada, alargada, só o mínimo sussurram ainda, dizem faz favor; quando tio Dagoberto de novo doomsday brincar com os quebra-blindados, e conosco se formos bons, porque temos que comer quanto está no prato, porque as crianças na Índia têm fome e menos brinquedos e armas ABC, que a nossa defesa diária progressiva levam da sala de estar até ao bar onde os nossos pais metem o subsídio familiar até que se riem de coisas porcas e explodem controladamente e pelas suas próprias mãos

se recompõem
 como nós recompomos
 nossas sirenas desmontáveis;
 quando um dia eu for tamanho como tio Dagoberto
 ainda que tenha só metade da sua riqueza,
 hei-de invadir todos os pais que andam por aí
 e falam de fazer filhos e desfazer filhos
 com uma autêntica guerra espasmódica
 e com tique, traque e trique —
 isto são os sobrinhos do pato donald —
 uma família hei-de planejar
 onde o mau é bom e o bom é mau
 e nós podemos ir à escola
 num land-rover de tração nas quatro rodas
 cheio de armas estupendamente absolutas teleguiadas,
 para podermos dar o primeiro golpe;
 pois tio Dagoberto está sempre dizendo:
 A intimidação mínima não fêz andar até hoje —
 e a noite de Natal está cada vez mais perto —
 nem um passo de pato para diante.

Estamos vendo: êste ambiente de Natal não é agradável. Aqui fala a linguagem infantil com o vocabulário do comentar militar da televisão. Não é nenhum brinquedo divertido, mas uma evocação poética de uma linguagem no tempo que precede o Natal, que deixa adivinhar como aquela criança, mais tarde, como adulto, poderia pensar, falar e proceder. O diário lírico de Günter Grass, documento de uma época de crise, compõe-se de poesias de ocasião, heterogêneas, e só pode ser apreciado no contexto em que os poemas isolados são momentos de um contexto mais vasto de experiências: a análise crítica de uma sociedade já quase integrada, portanto sem tensão, em que o poder se arranjou com a oposição. Peter Ruhmkorf, nascido em 1929, portanto da mesma idade que Günter Grass, tem esperança numa segunda ingenuidade “podia parecer então — diz o autor — “que justamente a mais alta extravagância encontra o caminho para voltar à inocência do cantar, que uma perda em última análise, fulge e se irisa das côres mais ricas; que

uma solidão se mostra alegre e sociável; que algo sai da dor e talvez faça sentir a falta de tôda a seriedade.” Ao dizer isto pensa o autor no exemplo de Heine, que, como êle diz, “no gume de duas épocas tinha tomado uma posição altamente díspar e tinha sabido fundir tôdas as antinomias e contradições do seu século em sensação estética”. Com mais ou menos presunção vê-se como cantor ambulante na idade atômica, mostra-se como acusadora figura de bobo, que conta com a sua eficácia ao lidar com consumidores, um tradicionalista como dêle diz Enzensberger — que se mostra possesso da “ideia da revisão”. Êle chama a Heine um “romântico racionalista” e talvez êle próprio o seja. A crítica alemã vê-o por um lado como representante de “uma poesia de consumo satírico-crítica”, por outro lado como poeta da reflexão política propositada: a sua esperança tem em mira o progresso”. Ouçamos:

SCHLUSS DER AUDIENZ — FECHO DA AUDIÊNCIA

Homem, saia de minha frente!
 Eu também não lhe vou com as minhas violetas de patente feitas por mim.
 E faz favor de deixar estar o chapéu.
 É que uma carneira dessas segura muito melhor os pensamentos.
 O quê? Você quer abordar o assunto da substância, por mando de quem?
 Homem! É que você também só tem a própria língua para barrar o pão.
 Mas fique sabendo:
 Pessoas como você tenho eu visto todos os dias abrir face-lência
 Basta que o seu sócio retire da conta bancária,
 E você não possa aguentar o golpe,
 Lá oscila tôda a cômoda superestrutura.
 A Humanidade?
 Coração com ela!
 Mas sem mim.
 O espiritual?

Sem dúvida!

Mas não neste contexto.

Ou você já viu alguma vez uma Humanidade que recebesse de lá

O seu combustível?

Mas se o aumento do volume humano

realmente o preocupa a sério,

a aceleração por exemplo,

então sempre deite por lá um olhar vigilante.

Não, a mim você não vem mais hoje com a conversa.

Palavra de honra, prefiro estilizar a minha mortadela à porta fechada.

E não lhe posso servir

lágrimas para a situação —

Pacificamente

reclinado na minha poltrona chippendale —

que isto não é absolutamente nenhuma atitude? é a minha —

encho a minha pessoa com a brisa incomprometida da noite.

Sim, eu desenvolvo aqui ainda o meu próprio classicismo.

Mas também êle cheira,

é admissível,

já um tanto intensamente à embalagem.

Ao grupo da mesma geração pertence a vienense Friederike Mayrocker, nascida em 1924. Ela continuou a tradição do poema longo que faz citações, que recolhe no seu fluxo fragmentos de redações anteriores, que organiza o material e que inclui muitas coisas vindas de fora. O aparentemente ditado é aqui, porém, idéia própria, é consideravelmente inventado. "Idéias" — diz ela — apontadas no tumulto do dia de trabalho, mas também dos chamados erros de leitura, dos erros de ouvido, do jornal, do bonde, de títulos de notícias, de notícias, de letras, obliterações, etc. Raramente uso autênticas citações (contínuo a rezear o roubo?) de poetas ou filósofos, velhos ou novos. "Sonhos de dia verbais" chama um crítico aos seus trabalhos mas acrescenta com razão: Dos seus trabalhos de in-

fluência surrealista, próximos do sonho, voltou-se Friederike Mayrocker para textos críticos, reflexivos. "Para pôr a máquina a trabalhar eu estabeleço o contacto com pontos da memória de qualquer passado, e assim, quando dá resultado, trago qualquer coisa com toda a intensidade para o centro da minha consciência, onde ela fica viva, para ver, ouvir, apalpar, numa mobilidade própria, que a liberta do estado de enterrada para um estado de recordação. A esta coisa que procura dividir-se fluindo imponho eu uma força férrea. A poesia "livre" ou total por que me esforço traz, na minha idéia, um aspecto da totalidade da minha consciência do mundo, mundo êsse compreendido como qualquer coisa de ambíguo, espesso, fragmentário, indissolúvel." Friedericker escreve para leitores, não para ouvintes — como aliás o brasileiro João Cabral de Melo Neto. Por isso talvez seja melhor ouvirmos, em vez de uma das suas poesias, cujo efeito em parte reside no aspecto gráfico, duas poesias que duram segundos, que lembram, aliás, os Poemas Comprimidos do pai e tronco do modernismo brasileiro, Oswald de Andrade:

O MOTIVO DE FLÔRES

da rainha
passou ao mesmo tempo
aos seus dois filhos
(príncipe e princesa).

SCHOSTAKOWITSCH

pendura suas notas
na haste do lúpulo:
a sede de cerveja
apoderou-se dos músicos
em Wladiwostok.

O seu compatriota Ernst Jandl, nascido em 1925, escreve pelo contrário mais para ouvintes e justamente poemas de sons, "poèmes objet", poemas de letras. A sua técnica: ouvir com

meio ouvido o mundo descrito e assim entortar o cerimonial, quer dizer: armar o mundo de outro modo, vê-lo obliquamente de baixo ou de cima e da esquerda; quer dizer: só neste momento o *re-ver*. “A meta do meu trabalho são poemas funcionais, vivos, operantes, comandados pelo que há em mim, de inclinações e tendências, alegria e cólera. Poemas que não deixam ficar impassível.” Partindo de Dada e Gerturde Stein, êle obtém tensão por meio da palavra intencionalmente estropiada e da sintaxe incólume. Ou através dos componentes semânticos que permitem ao leitor, segundo as suas possibilidades e a seu bel-prazer, observar uma combinação de significados das palavras. Jandl utiliza além disso formas aforísticas, para tentar fixar pontos de vista, mesmo perante a poesia. Assim por ventura em:

ZEICHEN — SINAIS

Partidos estão os vasos harmoniosos,
os pratos com a face grega,
as cabeças douradas dos clássicos —
mas o barro e a água continuam a girar
nos casebres dos oleiros.

Com um efeito do eco trabalha um mote empregado como poesia oral, que marca igualmente as coordenadas de uma posição literária; como poesia sobre a poesia é muito mais conveniente ao autor do que qualquer urdidura teórica:

rico
rico
rico
líííííííí

gico
gico
gico
tráááááááá

níaco
níaco

níaco
níaco
demôôôôôôôô

saico
saico
saico
saico
muuuuuuuuu

(Musaico é um neologismo do substantivo *musa*)

De quatro estrofes por assim dizer, ao mesmo tempo de quatro palavras, ondeantes, que representam elas próprias quatro critérios de elevada poesia: o lírico, o trágico, o demoníaco e a vaca-musa. Meios lingüísticos como estes permitem ao autor uma tomada de posição que, sem ser penetrante, acaba por se impor — meios que são aparentados com os trabalhos dos concretistas de São Paulo, dos irmãos Campos com as suas poesias-cartazes. Helmut Heissenbüttel, nascido em 1921, apresenta nos seus textos as palavras nos cartazes e os cartazes nas paredes passando através de fendas o olhar vai dar com material mais antigo. Em tudo aquilo está o autor, observando, ponderando, interrogando, tomando partido. Se observarmos bem, verificamos que a lírica de Heissenbüttel é antes especulativa que impressionista, ou melhor, que êle se afastou do impressionismo no sentido da especulação. Caso queiramos definir especulação como êle próprio o faz: um escrever e pensar que, através da reflexão, tenta ultrapassar o domínio da experiência — o que só faz sentido se prolongarmos as linhas do já existente. O que o poema diz então fica em suspenso, como também os métodos do seu padrão lingüístico e da sua rítmica se caracterizam pelo fato de nenhum dos seus elementos isolados tentar impor-se decididamente. O ficar-em-suspenso corresponde àquilo que é natural no fundo da língua: a afirmação mais clara conserva no fundo um resto considerável de ambivalência. Ouçamos a parte inicial e a final de uma poesia que consta de treze partes semelhantes:

MENGE MIT AUFGEPRACHTER — COLEÇÕES COM
MÉTRICA ESTAMPADA

Sonhos postos em ângulo reto sonhos postos
enxadresados o transitar de uma existência
a outra no sonho ruídos de freios numa
curva distante jorrar de brilho de ser verdadeiro numa
curva distante restaurantes rápidos esburacados de televisões
numa branca noite de verão é possível falar
de estruturas abstratas de grupos de multidões ordenadas
corpos etc. ser verdadeiro reservas
com reserva assim é que não é a densidade
de distribuição dos jogadores de futebol e passeantes num
prado de parque da cidade — Henri Rousseau êle se ocupava
com qualquer coisa em si êle se ocupava com qualquer
coisa nêle alguma coisa se ocupava nêle se ocupava

e o final:

estampado é isto um modelo dêle e isto isomorfo
dêle então isto é um modelo da árvore
atrás de árvores é Backerbreitergang Valentins Camp
fila que faz café rua ABC uma multidão junta
com uma métrica por cima chama-se espaço métrico a
métrica chama-se a multidão estampada a distribuição
dos jogadores da bola e passeantes num prado de parque
da cidade às 19 horas em agosto vistos contra o sol
poente — Henri Rousseau é então tampa
de bueiro folha de castanheiro folha de azevinho calçada ar-
ruinada
reboco ruindo ruído de freios numa curva distante
jorrar de brilho numa curva distante chuva caindo oblíqua numa
curva distante rajada de vento da trovoadá caindo oblíqua é
então.

Aqui como que nos aproximamos do nosso ponto de par-
tida, das MARGENS de Jürgen Becker e da nossa afirmação
de que elementos mímicos penetram na poesia e líricos e épi-

cos nas peças de teatro. Para finalizar provemos esta tese
com o caso do escritor e dramaturgo Peter Handke, de 28 anos,
e com a sua peça KASPAR — GASPAR, há pouco levada à
cena. Gaspar é uma paráfrase do enfeitado Kaspar Hauser,
que apareceu em Nuremberg com 26 anos e que, depois de
ter aprendido de certo modo a exprimir-se, afirmava que, tan-
to quanto se podia recordar, tinha vivido sem fala num reci-
piente escuro. As palavras, sons, frases desta peça descre-
vem a paixão de um homem por abrir o mundo e dele se apo-
derar por meio do instrumento língua. A sua primeira frase
é: “Gostava de ser tal como já outro foi alguma vez”. A apro-
priação do mundo com o auxílio das palavras vai dar uma
metáfora fascinante: Gaspar reúne cadeira, mesa e sofá numa
relação recíproca e traça com giz um risco em volta dêles.
Êle está em casa e no mundo, que perdeu os assombros. Porém
agora o falar transforma-se em ter-que-falar. Agora os cépti-
cos invisíveis exigem adaptação. A ordem encontrada, que
parecia libertação, aparece como coerção. A liberdade trans-
forma-se em tormento. Os cépticos ensinaram-lhe a ambigui-
dade da língua, mostraram-lhe que ter confiança na língua é
uma auto-ilusão. “Outra vez nada em que a gente se possa
segurar” diz Gaspar. Na segunda parte da peça, uma reca-
pitulação da primeira, Handke faz entrar em cena dez outros
Gaspares, multiplica assim o Gaspar principal, cria possibili-
dades de pantomima, de ilustração, de criação de contrapontos.
Êstes “anti-Gaspares” encobrem o Gaspar principal, crescem por
cima dêle. O mundo torna-se de nôvo absurdo, a felicida-
de torna-se desgraça. Gaspar é transportado à realidade. Atin-
ge o termo do seu desenvolvimento: tem que viver com êste
mundo e consigo próprio. Que adiantam as frases? “Frase e
rato é comida de gato” diz Gaspar por fim e chega a verificar:
“Eu só por acaso sou eu”. A armadilha fechou-se. Uma
peça sôbre nós, de grande atualidade, mesmo política. Peter
Handke quer por êste meio mostrar o que é possível com qual-
quer um. Mostra como alguém, por meio da fala, pode ser
levado a falar. Como o palco é designado de palco, o espec-
tador não assiste a uma história mas a um acontecimento teatral.

Aqui tiveram a palavra, como vimos, muitas vozes e tempe-

ramentos: autores com métodos científicos e de reflexão, analisadores da sociedade, críticos da história, autores argumentadores e políticos. Em todo caso tais particularidades produzem o espectro da literatura alemã atual. Ao lado de tôdas as diversidades das tradições literárias, dos fundos sociais e da sensibilidade individual, no centro esteve sempre uma característica significativa: o escritor depara com o fato de que a linguagem quotidiana continua a subsistir, com igualdade de direitos, a par das linguagens artificiais do cálculo — e que ambas criam efeitos e significados reais. E tudo isto é divulgado no meio de uma indústria da consciência — como diz Enzensberger — portanto em circunstâncias impuras, mistas, que não permitem um alibi por meio de puras construções ideais. Êle procura palavras e só escreve frases. Êle não dá importância ao uso da palavra vanguarda. Importa-se, sim, de se aproximar das coisas atuais sem as restrições de ontem.

Perspectiva Histórica da Crítica Literária (*)

CÉSAR LEAL

Êste ciclo de estudos, quando se comemora o octogésimo aniversário de Agrippino Grieco, é muito oportuno porque possibilitará aos críticos literários uma série de reflexões sobre a literatura contemporânea e o tipo de equipamento intelectual mais necessário a sua análise compreensão e julgamento. Reconheço que o conceito “literatura contemporânea” é ambíguo. Comporta uma série de expressões criativas diversas, frequentemente em oposição umas às outras, exigindo para a explicação de cada uma o apêlo a determinada teoria, disso resultando não ser um “mal” — como pensam alguns observadores — que haja no Brasil de hoje tantas correntes da crítica, cada uma procurando aplicar o seu método a problemas específicos no âmbito de suas apreciações.

Quando se observa a eficácia dos modernos métodos críticos postos em prática nos Estados Unidos e na Europa, verifica-se que aumenta a nossa responsabilidade nessa área de estudos, especialmente por que não possuímos instrumentos críticos capazes de ajudar-nos na tarefa de explicar a estrutura, sentido e valor de nossas criações literárias. Estudos de natureza histórica e biográfica não nos têm faltado, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Êles tiveram muita utilidade,

(*) Conferência pronunciada no Museu Nacional de Belas Artes por ocasião da abertura dos trabalhos do “Ciclo de estudos sobre a crítica literária no Brasil”, promovido no Rio de Janeiro pelo Instituto Nacional do Livro, em outubro de 1968, em homenagem ao 80.^o aniversário de nascimento de Agrippino Grieco. O autor não se propôs a apresentar neste ensaio uma relação, em forma de catálogo, de todos os escritos que têm aparecido no Brasil sob o rótulo de “crítica literária”. Apenas citou alguns nomes que têm contribuído para a formação de um pensamento crítico, capaz de criar as bases para um corpo de doutrina ainda inexistente em nossa tradição literária.

mas não foram nem seriam suficientes para formar uma tradição de estudos críticos em nossa língua, o que não ocorre na maior parte dos países situados no mesmo contexto histórico-cultural em que nos encontramos: o Ocidente. Falo de uma tradição "local", situada dentro de nosso espaço geográfico, uma tradição que fôsse nossa apenas em certo sentido: por exemplo: ser por nós cultivada, mas sem o preconceito romântico de pretender sua posse como um produto nacional genuíno, como algo dissociado da literatura da Europa, da grande tradição de Goethe, Cervantes, Camões, Dante, Virgílio e Homero. Temos sido muito ciosos na preservação do caráter nacional de nossa literatura, mas a latinidade não é um corpo estranho no organismo da América. É parte integrante do seu sangue e do seu espírito, da cultura aqui formada e, conseqüentemente, de sua arte e sua literatura.

O medo de sermos chamados aquilo que não podíamos deixar de ser — europeus aclimatados no trópico — deu lugar a uma atividade ou pensamento crítico que não levava em conta a continuidade supranacional da tradição literária como força condicionadora de formas, padrões e estruturas.

Machado de Assis, com a intuição e o gênio cuja força vai crescendo com o tempo na consciência de seus melhores leitores, foi dos primeiros a mostrar como a nossa crítica era frágil, infecunda, estéril, aborrecida, "que nos mata, que não reflete nem discute, que abate por capricho e vaidade". No ensaio em que expõe tais conceitos, *O ideal do crítico*, publicado em 1865, apela para uma reforma que modifique pelas bases o pensamento crítico "dominante". E já naquela época, mais de trinta anos antes do novo século, falava de uma *ciência literária* que o crítico devia conhecer. Tal ciência de que falava Machado outra não era senão a "Literaturwissenschaft" ("ciência da literatura") que com tanto empenho os romanistas, críticos e eruditos alemães vêm procurando sistematizar nos últimos cinquenta anos. Eis o que êle dizia dos críticos da época e o que aconselhava com o propósito de elevar os padrões de apreciação crítica:

"O crítico atualmente aceito não prima pela ciência li-

terária; creio até que uma das condições para desempenhar tão curioso papel, é despreocupar-se de tôdas as questões que entendem com o domínio da imaginação. Outra, entretanto, deve ser a marcha do crítico; longe de resumir em duas linhas — que o tipógrafo já as tem feitas — o julgamento de uma obra, cumpre-lhe meditar profundamente sobre ela, procurar-lhe o sentido íntimo, aplicar-lhe as leis poéticas, ver enfim até que ponto a imaginação e a verdade conferenciaram para aquela produção. Dêste modo as conclusões do crítico servem tanto à obra concluída, como à obra em embrião. Crítica é análise, — a crítica que não analisa é a mais cômoda, mas não pode pretender a ser fecunda".

Essas afirmações de Machado demonstram que a crítica brasileira, na perspectiva histórica da época, era extremamente limitada. Entre os que fizeram crítica no período que vai de Januário da Cunha Barbosa a Sílvio Romero, não se pode perdoar a Domingos de Magalhães e Varnhagen, pois ambos possuíam condições intelectuais para intentar uma modernização dos métodos críticos. Não podiam ignorar a intensa teorização que se iniciara na Europa em fins do século XVIII. Com Diderot, Rousseau, Lessing, Novelis, Schelling, os irmãos Schlegel, Wordsworth, Coleridge, (cuja *Biografia Literária*, e outros estudos constituem os fundamentos mais sólidos da crítica moderna) se abriu todo um campo à renovação dos estudos literários. Em 1827, Victor Hugo no prefácio do "*Cromwell*" elabora a sua famosa teoria do protesto. Hegel formula uma teoria da linguagem poética, mostra que o verdadeiro objeto da poesia não é o sol, as montanhas, os bosques as paisagens, ou a forma humana em seu aspecto material e sensível, o sangue, os músculos etcetera senão os interesses do espírito". Faz tôda uma série de inteligentes observações sobre a importância da rima, que não é apenas recurso musical, mas um princípio organizador da estrutura rítmica; faz distinções entre a poesia épica e lírica e apresenta a poesia dramática como uma fusão da poesia lírica e épica. Suas considerações sobre a assonância e a aliteração ainda hoje continuam válidas, mesmo para aqueles que não concordam com seus pontos de vista sobre a natureza, objetivos e função da

poesia. Acredito que se a crítica brasileira houvesse assimilado o espírito das novas teorias literárias que se elaboravam na Europa, a Semana de Arte Moderna de São Paulo teria ocorrido muito antes de 1922, e com maiores consequências.

O trecho anteriormente citado de Machado de Assis é de um estudo teórico. Nada nos diz sobre a sua aptidão para a crítica. Mas, como nos ensinam os bons críticos, “devemos exigir do crítico teorizante a capacidade para identificar o bom poema no mesmo instante em que se defronta com êle”. Machado possuía essa capacidade. Suas apreciações críticas são quase sempre justas, fundamentadas em lúcida inteligência, sabedoria e isenção da análise, tudo expresso em termos e estilo surpreendentemente modernos. Em um estudo intitulado *A nova geração*, em que comenta versos de numerosos poetas novos, faz observações muito oportunas sobre problemas de métrica, da necessidade de renovação de esquemas rítmicos e condena a objeção que se faz a “origem estrangeira do alexandrino”. Há uma passagem nesse estudo que pelo estilo, estrutura do pensamento, e associações que faz ao comentar o desaparecimento do verso branco, merece ser colocada em termos comparativos com um trecho do mais completo crítico da língua inglesa em nosso tempo, o poeta T. S. Eliot. Vejamos primeiro Machado:

“Quanto à decadência do verso sôlto, não há dúvida que é também um fato, e na nossa língua um fato importante. O verso sôlto, tão longamente usado entre nós, tão vigoroso nas páginas de um Junqueira Freire e um Gonçalves Dias, entra em evidente decadência. Não há negá-lo. Estamos muito longe do tempo em que Filinto proclama galhardamente a sua adoração do verso sôlto, adoração latina, arcádica. Alguém já disse que o verso sôlto ou branco era só para os olhos. *Blank verse seems to be verse only to the eye*; e Johnson, que menciona êsse conceito, para condenar a escolha feita por Milton, pondera que os escritores italianos por êste citados, e que baniram a rima de seus versos, nenhum é popular: observação que me levou a ajuizar de nossas próprias coisas. Sem diminuir o alto merecimento de Gonzaga, o nosso grande lírico, é evidente que Basílio da Gama era ainda mais poeta”.

Vejamos, agora, T. S. Eliot:

“A grande contribuição da métrica isabelina foi o desenvolvimento do verso sôlto; são os dramaturgos, e eventualmente Milton, os verdadeiros herdeiros de Spenser. O próprio Pope, usando externamente a mesma forma que Dryden — o emparelhado — guarda com êle escassa afinidade e se o escritor atual mais profundamente influenciado por Pope apenas empregará o emparelhado, os poetas mais significativamente influenciados por Spenser não são aquêles que intentaram o emprêgo de sua estrofe, que é inimitável”.⁽¹⁾

No ensaio *Instinto da Nacionalidade* há outra passagem de Machado de Assis que eu gostaria de colocar ao lado de uma afirmação de Eliot: Diz Machado:

“Não há dúvida que numa literatutura, sobretudo uma literatura nascente, deve alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam”.

A proposição de T. S. Eliot, que vou transcrever agora, não é senão uma confirmação da aptidão de Machado para o raciocínio crítico: “a possibilidade de cada literatura renovar-se prosseguindo para uma atividade criadora, fazendo novas descobertas no uso das palavras, depende de dois fatores. Em primeiro lugar, a sua habilidade para receber influências estrangeiras. Segundo, a sua habilidade para retroceder e aprender de suas próprias fontes originais. No que respeita ao primeiro, quando as várias nações estão separadas umas das outras, quando os escritores deixam de ler outra literatura que não seja a escrita em sua própria língua, a poesia, em todos os países, terá de deteriorar-se”.⁽²⁾

Se tanto insistí em demonstrar a importância de Machado como analista de obras de arte literária é porque desejava apontá-lo — e, se me permitem, o faço agora — como o nosso primeiro grande crítico, a primeira figura que se desenha nítida na perspectiva sob cujo plano me propus a desenhá-lo uns poucos objetos. Se assim penso é porque êle atende,

em seus estudos, ao meu entendimento daquilo a que se possa definir como “crítica” — ou seja, em uma conceituação não acadêmica — toda ação dirigida para a busca, compreensão e análise de formas, estrutura, função e valor das obras de arte literária. Não importa ao observador que todos êsses objetivos sejam ou não alcançados pelo crítico. Mas é importante o relatório que demonstre, na busca da compreensão, além de bom gosto expositivo, a tentativa séria da análise.

No período entre 1860 até o fim do século, avulta a personalidade de José de Alencar; acredito que são justas as observações de Afrânio Coutinho, em seu livro recente — *A tradição afortunada* — quando diz que “não é possível negar-se-lhe a segurança de teorizador da literatura”. Creio que seria indispensável reunir o que sobre crítica e teoria literária êle deixou. Reunir, mas não tudo. Reunir apenas aquilo que representasse contribuição válida ao nosso pensamento crítico, livre da desarrumação irresponsável em que geralmente figuram tais textos nas chamadas “obras completas”.

Outro crítico do período é Araripe Júnior. Sua obra reunida sob a orientação de Afrânio Coutinho, revela um crítico suficientemente forte para inverter a ordem dos nomes da famosa trindade Sílvio-Veríssimo-Araripe. Dos três, a personalidade de Sílvio Romero é a mais fascinante. Mas Sílvio Romero é mais um representante de nossa história cultural do que um crítico e historiador da literatura. Não estava, como crítico, preparado para a imensa empresa a que se propôs realizar. Não tinha equipamento crítico capaz de ajudá-lo na compreensão do fenômeno literário. Acredito que conhecia a teorização de Rousseau, Diderot, Novalis e sua tese sobre a “poesia do futuro”. Não parece haver lido — ou se leu não meditou sobre o significado da união *inconsciente-consciente* das teorias de Poe e Baudelaire, ampliadas na *praxis* poética dos simbolistas francêses, especialmente Rimbaud, Lautréamont, Laforgue, Tristán Corbière e Mallarmé. Essa incompreensão de uma nova linguagem, produto de uma época nova, definida por Baudelaire como *Modernidade*, sendo o próprio Baudelaire o criador do termo, foi também uma das falhas de José

Veríssimo, falhas mais de conhecimento do que de sensibilidade que o levou a condenar Cruz e Souza. Dos três, o que me parece mais importante é Araripe Júnior. Mas essa é uma opinião pessoal que não estou disposto nem posso discutir agora.

Ao iniciar-se o século XX, o Brasil continuava quase inteiramente fora dos processos de renovação crítica. Alguns dos melhores estudos do período entre 1900 e a Semana de Arte Moderna de 22, não foram escritos por críticos mais ou menos sistemáticos. Em três conferências pronunciadas em 1908, nas Universidades de Yale e Cornell, Joaquim Nabuco se revela um crítico de poesia, apto não em repetir o que outros já haviam dito sobre Camões, mas a investigar certos aspectos de sua épica e de sua lírica, formulando uma série de conceitos de valor permanente para os estudantes de literatura. Nessas conferências feitas para universitários norte-americanos, Nabuco justifica a escolha de Camões, e nisso mostra aquela sabedoria a que se refere Pound, como uma das virtudes do crítico: a sabedoria da escolha. Revela bom gosto nas citações, faz comentários sobre velhos mitos e mostra em Camões aquela força metafórica, própria dos grandes poetas, dando como exemplo uma passagem em que Camões chama as naus de “aves nadantes”. Considerando-se que o jovem Pound tinha 23 anos em 1908, época em que Nabuco pronunciou suas conferências na América, não teria sido sob o efeito das observações de Nabuco que êle um ano depois iria escrever o seu famoso ensaio sobre Camões?

Ainda nesse período, destacaria a figura de Oliveira Lima. Suas atividades como crítico foram exercidas na publicação parisiense *La Revue*, onde divulgou uma série de ensaios críticos sob o título geral de *Escritores brasileiros contemporâneos*. O testemunho é de Gilberto Freyre no livro recente *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*. Nessa obra, Gilberto Freyre reclama contra o fato de que tais estudos críticos não tenham sido até hoje traduzidos para o português.

Que dizer de nossa crítica no espaço entre as duas Grandes Guerras? Creio que a resposta mais inteligente não pode-

rá ser dada sem uma pesquisa muito ampla em jornais e revistas, prefácios, depoimentos de romancistas e poetas. Pois se não podemos deixar de considerar a atividade crítica de um Mário de Andrade, um Tristão de Ataíde, que tão de perto acompanhou a evolução do movimento modernista, de um Olívio Montenegro, um Augusto Meyer, um Roberto Alvim Corrêa, um Álvaro Lins, críticos que, em diferentes períodos, exerceram uma ação constante na análise do fenômeno literário, por outro lado, não podemos esquecer também que, apesar dessa atividade, os nossos melhores autores, especialmente os poetas, não foram submetidos a uma apreciação que levasse em conta a complexidade da literatura moderna, que exige para sua compreensão, em particular o poema, um equipamento crítico dotado de meios extremamente sensíveis.

Em estudos publicados na década de 20, Gilberto Freyre chamou a atenção para os movimentos de vanguarda, revelou a importância do *Imagismo* e algumas de suas divindades tutelares como Ezra Pound e Emy Lowell. Mas seu apêlo não encontrou repercussão, a não ser entre alguns poetas. Por outro lado, não tomamos conhecimento dos avanços da lingüística descritiva ou sincrônica, inaugurada por Saussure. Croce, que desde 1900 iniciara uma intensa atividade teórica, a partir de métodos inaugurados por Francesco de Sanctis, não encontrou aqui, senão tardiamente, interesse para os seus trabalhos de estética e a teoria da expressão poética como intuição.

É admissível que se desconhecesse aqui o formalismo russo, cujos princípios se baseiam no fato de que a lírica moderna nega aos conteúdos o direito a um valor próprio, não buscando a coerência e fazendo da incongruência estilística, do choque e da surpresa, do desacôrdo entre o conceito e a imagem, as suas normas supremas. Disso resulta que o importante do poema não são os seus materiais, mas a técnica expressiva. Compreender um poema é compreender sua forma, sua estrutura lingüística, seus sinais, suas obscuridades pois a poesia moderna está escrita assim e não como desejariam alguns críticos, aprisionados em seus próprios sistemas, ou os que não admitem modificações no cânon das artes. O formalismo russo é o germe do "new criticism", que, iniciado por

T. E. Hulme, T. S. Eliot e o dr. Richards — sem as intenções tão radicais que o movimento iria alcançar posteriormente — começa a se tornar um corpo doutrinatório a partir de 1931, nas Universidades dos Estados Unidos. A nova crítica foi uma reação contra os velhos padrões românticos da crítica norte-americana baseada na valorização de uma consciência moral e de um sentido nativista e nacionalista da literatura. Concentrou tôda a atenção no texto literário, desenvolveu métodos poderosos, capazes de desmontar e analisar em suas mínimas estruturas analisáveis os poemas mais difíceis. Yvor Winters foi um desses hábeis analistas. Mas John Ransom, em seu livro *The World's Body*, de 1938, foi quem estabeleceu os princípios que guiarão o crítico na escolha do poema a ser analisado. Apoiados na *Filosofia das Formas Simbólicas* de Cassirer, os novos críticos resolveram quase todos os problemas vinculados ao símbolo e ao mito. Mas não era a nova crítica um movimento inteiramente alheio às considerações de ordem histórica na análise da obra de arte literária. Isso foi dito aqui por aqueles que se opuseram ao professor Afrânio Coutinho, a quem a literatura brasileira deve o esforço para adoção de métodos mais eficazes nos estudos críticos, inclusive os processos de "New Criticism", que embora apontados como extintos nos Estados Unidos desde a década de 40, na realidade nunca desapareceram, pois evoluíram para uma espécie de estruturalismo, em parte codificado na *Teoria da Literatura* de René Wellek. O argumento de que teria chegado aqui tardiamente não tem valor. O Formalismo russo está chegando mais tarde, sendo um movimento mais antigo do que o "New Criticism". E chegando enriquecido pelo Estruturalismo dos críticos vinculados ao Círculo Lingüístico de Praga. Esses novos métodos, os que chegaram mais cedo ao Brasil foram o historicismo e a erudição dos romanistas alemães. O livro fundamental de Curtius — *Literatura Européia e Idade Média Latina* — foi traduzido muito cedo e creio que contribuiu muito para melhorar o nível de nossa crítica. São fundamentais as considerações de Curtius sobre o mito, a teoria dos *topoi*, as relações entre literatura e história, poesia e filosofia, o classicismo, a visão da literatura européia como um todo indissociável no espaço e no tempo.

Não se pode negar a influência que tais métodos exerceram sobre nossos críticos teóricos mais jovens: Antônio Cândido, Afrânio Coutinho, ambos autores das duas melhores História da Literatura Brasileira que possuímos atualmente, O. Moacyr Garcia, Eduardo Portella, organizador em 1960 do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, Cassiano Ricardo, Antônio Houaiss, Oswaldino Marques, Otto Maria Carpeaux, Luís Costa Lima, Roberto Schwarz, Fausto Cunha, João Alexandre Barbosa, Fábio Lucas, Leônicas Câmara, Affonso Ávila, Mário Faustino, Virgínio da Gama e Melo, Mário Chamie, Augusto e Haroldo de Campos, Péricles Eugênio da Silva Ramos, se me permitem — eu próprio, — além de outros cujos nomes omitirei por brevidade.

Em nome do caráter nacional de nossa literatura devemos recusar o “New Criticism”? O Formalismo? O Estruturalismo? a Nouvelle Critique? Creio que não. Bastaria dizer que nenhum desses movimentos ou escolas surgiu como criação original deste ou daquele povo. A Escola de Praga recebeu este nome em Amsterdã, em 1932, por ter sido em Praga o lugar onde se reuniu em Congresso Internacional, em 1929, um grupo de eslavistas famosos, na maior parte russos. O “New Criticism” se apoiou teoricamente, em parte, nos formalistas russos, de antes da década de 20, e também em Hulme, Eliot e Richards, antes de corporar-se em sistema nos Estados Unidos. E assim tem sido sempre em relação a outros movimentos. Não devemos, pois, recusar tais contribuições por terem sua origem no estrangeiro. Em primeiro lugar, porque o conceito de literatura nacional nunca existiu — segundo o testemunho de Curtius — senão a partir do imperialismo napoleônico; segundo, por que tal conceito já se encontra hoje quase diluído. O romantismo cuidou muito do problema da literatura nacional. Mas o nacionalismo literário é uma atitude típica do espírito provinciano. Foi por sua visão romântica do mundo que Garrett dizia serem os nossos escritores menos imitadores dos portugueses. Certamente que ao afirmá-lo, Garrett conservava ainda no ouvido o tropel da cavalaria de Napoleão que fizera D. João VI embarcar tão apressado, e quase sem honra, para o Brasil.

Mas hoje a teoria da literatura mostra que as formas de expressão literária não são propriedades particulares de nenhum povo. Especialmente agora, quando os meios de comunicação coletiva, o desenvolvimento editorial, as traduções e as revistas internacionalizam rapidamente as teorias, as idéias, as técnicas, desligando-as dos nomes de seus pretensos autores pela simultaneidade de manifestações nos mais diferentes países e nos contextos lingüísticos mais diversos. Isso não significa que não se deva ser nacionalista em política. Valery Larbaud⁽³⁾ já disse que a carta política do mundo não é igual à carta literária. É preciso criar em nossos espíritos uma certa consciência de destino imperial. Não de um imperialismo político e econômico, mas um imperialismo tecnológico. O mundo não se divide mais entre ideologias políticas. Já é tópico dizer-se que a ideologia da era nuclear é a tecnologia. Não são mais o socialismo e o capitalismo a causa das tensões no mundo. A luta é pelo domínio do espaço tecnológico, e já transcende os limites da própria terra. Eis porque não se deve ficar submisso à proteção do escudo nuclear desta ou daquela grande potência. O nosso caminho é o da independência política e econômica, somente possível no mundo de hoje pelas nações que dispõem do seu próprio dissuasor atômico. Nosso caminho deve ser o da nuclearização tecnológica do país. Não estabelecamos, pois, doutrinas que nos privem futuramente da fabricação da bomba.

Na era técnica, a idéia de que para sermos originais não devemos assimilar métodos desenvolvidos em outros países, é absurda. O jovem crítico pernambucano, Leônidas Câmara, em estudo apresentado ao Seminário de Tropicologia da Universidade Federal de Pernambuco, defendeu a tese de que uma literatura *localizada* nem sempre é forma expressiva de grandes verdades. “José de Alencar — diz êle — possuía um senso poético adequado ao descritivo cromático, mas o seu defeito evidente, como romancista, foi justamente o engano psicológico e teórico que o levou a intensas distorções da realidade. Machado de Assis talvez não compreendesse os trópicos do ponto de vista do exotismo da paisagem, mas soube apanhar tôdas as sutilezas e nuances que constituem a tessitura compli-

cada das diversas classes sociais do seu tempo, o seu comportamento, a sua desagregação a partir da ascendência burguês-aristocrática. A sua penetração no social e no largamente humano de tal modo se dirigiu a um conhecimento doloroso da vida, a que êle submeteu a ironia de seu estilo, que não vejo equivalente senão no caso, notável, de outro escritor privado de paisagem viva e cromática que foi Graciliano Ramos”.

Para concluir, duas palavras apenas sôbre problemas vinculados à interpretação de textos. Para tais interpretações os métodos estilísticos não devem ser subestimados. Êles exigem para sua aplicação vastos conhecimentos de lingüística geral. Isso nos obriga a desenvolver tais estudos nas universidades, pois, sem conhecimentos de teoria da linguagem, a estilística ficará reduzida a uma simples identificação, em determinado texto, do uso que haja feito das formas lingüísticas êste ou aquêle romancista ou poeta. É êsse tipo de análise que Leo Spitzer definiu como “estilística hirta e gelada”. Daí por que o crítico literário, sem ser um eclético, não deve, contudo, deixar de levar em conta a contribuição de tôdas as escolas, seja o velho estruturalismo de Saussure, ou as concepções dêle derivadas a partir da Escola de Gênêbra, com sua ênfase no afetivo e no emocional, seja o sistema levantado pela Escola de Munique, seja o estruturalismo do Círculo Lingüístico de Praga ou o dinamarquês, ou ainda as revolucionárias concepções da gramática gerativa transformacional de Chomski. Em qualquer um dêsses sistemas, o crítico literário poderá encontrar instrumentos capazes de lhe ajudar na compreensão da estrutura da obra literária e seu complexo sistema de relações.

NOTAS

- 1 — ELIOT, T. S. — Apologia da condessa do Pembroke. In: — *The use of poetry and the use of criticism*. Londres, Faber and Faber, p. 37-52, 1950.
- 2 — *Notes towards the definition of culture*. 2 ed. Londres, Faber and Faber, 1954. (Obra trad. para o português por Zahar Ed., em 1965).
- 3 — CURTIUS, Ernest Robert — *Literatura européia e Idade Média Latina*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1956 (?). p. 280.

Métodos áudio-visuais como subsídio ao Ensino da Histologia

NORMAN O. HARRIS

HÉLIO B. COUTINHO

É raro haver um professor que deixa a sala de aula acreditando que nada foi omitido e que tudo foi devidamente explicado. É raro o professor que se não sente frustrado por não dispor de mais tempo para pesquisas, mais tempo para leitura, ou mais tempo para dedicar à ampliação dos conhecimentos dos bons alunos ou dos medíocres. É raro o professor que não deseja possuir meios adequados de reinformação que possam estimular as virtudes de uns alunos e superar a fraqueza de outros. Finalmente, é raro o professor que não deseja avaliar as suas próprias deficiências, para poder corrigí-las. Estas são as maiores preocupações de todos nós que nos dedicamos ao magistério.

A solução ideal para êsses problemas seria através do uso de método de ensino que permitisse uma constante reavaliação dos objetivos, que assegurasse apenas a apresentação dos assuntos consistentes com os últimos avanços do conhecimento e tivesse apenas professôres que pudessem falar com a precisão e eloquência necessárias para assegurar a máxima impressão inicial e a máxima retenção de todos os assuntos lecionados. Deveria haver um sistema de reinformação, pelo qual o progresso do aluno pudesse ser constantemente controlado pelo professor e estudantes. Deveria haver um método graças ao qual o próprio professor chegasse a conhecer as suas próprias deficiências de modo a tomar as medidas corretivas necessá-

rias. Finalmente, deveria haver um método pelo qual os bons e maus alunos fôssem rapidamente identificados de maneira a ser dedicado maior tempo ao progresso individual, sem prejudicar o futuro dos outros estudantes.

Ao comparar os dois primeiros parágrafos acima, a impressão inicial é da existência de um conflito irreconciliável entre a realidade atual do ensino e as soluções ideais. Esse fato é provavelmente verdadeiro se nós continuamos a utilizar os métodos de ensino do passado. Não será verdadeiro, se utilizarmos alguns dos conceitos educacionais mais avançados e técnicas hoje exequíveis e que, amanhã, ainda estarão mais aperfeiçoadas. Uma das mais promissoras de tôdas as técnicas é o uso do Estudo Programado. Esta técnica oferece a potencialidade de uma educação superior para todos os estudantes; uma educação que é mais econômica do que a atual e permite uma melhor utilização do tempo da mais importante fonte de recurso empregada no ensino — o professor.

Antes de discutir a utilização específica do estudo programado em Histologia torna-se necessária uma outra discussão da própria metodologia. Primeiro, o estudo programado é um método de ensino que usa vários aparelhos para a apresentação da matéria: um gravador magnético, um projetor de diapositivos ou de filmes, um *videotape*, um computador ou uma combinação de quaisquer dêstes aparelhos. Também, e esta é a parte mais importante do estudo programado, há o fato de que para cada etapa da apresentação da informação, deve haver uma resposta indissimulada do estudante, de modo a se ter a indicação de como o assunto está sendo assimilado. Inerente a essa resposta indissimulada está a possibilidade para ambos, o professor e o aluno, corrigirem as respostas certas e erradas. Se as respostas incorretas são em maioria, os estudantes não poderão atingir os objetivos do curso, ou com maior probabilidade, o material não lhes foi bem apresentado. Assim, há possibilidade de se saber se a deficiência é do aluno ou do professor. Usualmente, a falta recua à qualidade do ensino a qual, por sua vez, indica a violação de algumas linhas mestras do programa. É a aderência a essas linhas mestras que força o professor a ser um professor supe-

rior e a apresentação do curso possuir igual excelência. O professor que participa de um programa deveria avaliar cuidadosamente todos os parâmetros relacionados com o passado escolar do aluno matriculado no curso. Estimativas devem ser feitas sobre o grau de conhecimento dos alunos; em adição, qualquer outra informação que poderia afetar o progresso do estudante deveria ser também considerada.

Acima de tudo essas avocações devem ser precisamente documentadas pelo professor responsável pelo curso.

Nêsse ponto, o professor enfrenta a decisão mais crítica de tôdas. É a sua tarefa especificar os objetivos do curso. Êsses objetivos podem ser dados por escrito. Êles não deveriam ser de natureza geral, mas, clara e especificamente expostos. Usando a Histologia como um exemplo, o objetivo de cada aula teórica sobre a célula não deveria ser assim indicado: "O estudante no fim do curso deverá ter proficiência bastante para ser aprovado nos exames de todos os assuntos mencionados nas aulas teóricas". Os objetivos poderiam ser assim expressos: "No término da aula teórica o aluno deverá ter conhecimento da célula, abrangendo informações detalhadas da terminologia, morfologia, fisiologia e química celular. Quando concluir as aulas de laboratório, o aluno será capaz de reconhecer a célula, seu núcleo, os nucléolos, o citoplasma e a membrana celular. Conhecimentos de eletromicrografias serão obtidos pelo uso de fotografias do retículo endoplasmático, dos centríolos, das mitocôndrias e do complexo de "Golgi". Em outras palavras, não apenas os objetivos do curso devem ser claramente compreendidos, mas, também, a participação do estudante deve ser delineada. Um claro entendimento dos objetivos do curso facilitará a avaliação posterior da habilidade dos estudantes.

Quando os objetivos do curso estiverem completos, poderiam ser vistos por outra autoridade na matéria. Acôrdos e desacôrdos podem ser caracterizados a essa altura. É obrigação do professor solucionar essas dificuldades com base na sua experiência e conhecimentos, bem como preencher os vazios indicados pelos revisores.

Depois que os objetivos estão claramente definidos, o pro-

fessor deve ordenar os assuntos na forma mais lógica e concisa para alcançar os objetivos já delineados. É essa etapa que representa o maior consumo de tempo no desenvolvimento de um programa. Usando novamente a célula como exemplo, se é esperado um conhecimento básico por parte do estudante da terminologia, morfologia, fisiologia e bioquímica dos vários componentes celulares, então, é responsabilidade do organizador do programa desenvolver cada ponto de maneira a assegurar o alcance de cada objetivo. Cada módulo de informação relacionado com cada tópico deverá ser arranjado de maneira lógica e cuidadosa. O ajuntamento das informações deverá ser ordenado de forma a tornar fácil, tanto a leitura, como a assimilação, devendo os módulos ser dispostos em seqüências prévias e subsequentes. Quando fôr possível, o módulo de informação deve aumentar em complexidade à proporção que o programa progride, com assuntos mais complicados sendo apresentados em etapas cada vez mais difíceis, a fim de facilitar o aprendizado.

Até este ponto há poucas diferenças entre o desenvolvimento cuidadoso de um curso convencional e o estudo programado. Todavia, no estudo programado existem meios para que o estudante participe continuamente com respostas ativas. Estas respostas podem ser dadas ou por escrito numa única palavra, por levantar a mão, por apertar um botão do selecionador de respostas ou por alimentar a entrada de um computador. É essa demanda de respostas indissimuladas por parte dos alunos que caracteriza a interação entre o aluno e o programa. A demanda de respostas deve ser situada no próprio programa de modo a vir reforçar os aspectos descritos nos módulos anteriores, ou para preparar o aluno para assuntos futuros. Em momento algum dos trabalhos pode o estudante permanecer passivo à solicitação de respostas.

Para que o estudante, participando das respostas, realize a máxima interação com o programa, deve haver uma imediata realimentação para reforçar as respostas corretas ou extinguir os conceitos errôneos. A natureza da resposta permitirá ao realizador do programa determinar as áreas fracas

de cada indivíduo, da classe como um todo, e do próprio programa.

Desde que o objetivo do estudo programado é permitir ao aluno dominar a matéria através da seleção apropriada da combinação de um grupo variado de aparelhos áudio-visuais, que são conjugados a um sistema ativo de respostas, então um indivíduo isolado ou grupo pode ser capaz de vencer um assunto, tanto em ritmo próprio como no ritmo da própria classe, sem a mediação ativa do professor.

É sobre este conceito que muitos professores expressam suas preocupações acerca do estudo programado, acreditando ser o conferencista um elemento essencial na transmissão das informações. Com os bons professores esse fato é verdadeiro; infelizmente, há uma grande escassez de bons professores. Contudo, ao confrontar o potencial humano *vs* apresentação programada, deve ser claramente compreendido que qualquer programa é um programa fraco se não se obtiver noventa por cento de respostas *corretas* para noventa por cento de participantes. Deixamos ao seu próprio julgamento se essa estatística se aplica ao seu ensino.

Resumindo, o desenvolvimento de estudo programado permite ao professor atingir os objetivos do curso, a selecionar as ajudas necessárias a implementar ações para alcançar esses objetivos, e incorporar as respostas e seqüências de avaliação necessárias a orientar o progresso do aluno, além de avaliar a perfeição do programa. Em cada um desses pontos, consultas a autoridade possibilitam melhoria do conteúdo do curso e a obtenção do máximo de compreensão por parte dos alunos.

Com o andamento do curso o aluno inteligente e aplicado terá possibilidade de progredir em ritmo acelerado; se ele for inteligente, mas dispersivo, seu avanço será em ritmo mais lento. No caso de se tratar de um aluno pouco inteligente, ele progredirá pela oportunidade de repetir as seqüências, tantas vezes quantas forem necessárias. O professor, devido à sua participação decrescente no ensino, passa a ter atribuições diferentes. Ao invés de apresentar rotineiramente aulas teóricas ligeiramente melhoradas, de ano para ano, como uma decorrência do processo constante de revisão e avaliação, está

livre para revisar os pontos considerados deficientes do programa. Suas relações com os estudantes também sofrem modificações: deixam de ser uma fonte de informações e passam a agir como um diagnosticador das fraquezas e virtudes dos alunos. Êle poderá prescrever programas específicos de recuperação para os alunos fracos ou programas avançados para os mais proficientes.

Devido às características acima descritas para o estudo programado, não se torna difícil verificar que êsses princípios podem ser usados no ensino da Histologia, da patologia ou de quaisquer outras matérias. Apenas os limites da imaginação, conhecimentos, experiências e iniciativa podem restringir o alcance e a perfeição do curso. Com o emprêgo dos aparelhos audiovisuais disponíveis no momento, não há razões para que bons programas não sejam preparados pelos elementos mais capazes da universidade, do país ou do mundo. Diapositivos bem selecionados e preparados, além de filmes, podem demonstrar detalhes de estrutura ou os próprios movimentos celulares, com absoluta clareza.

Para que se possa compreender o desejo de uma mudança nos métodos de ensino de histologia é apenas necessário revisar o que se faz no presente. Tradicionalmente, a aula teórica dada pelo professor é seguida pela aula prática de laboratório onde o microscópio é o aparelho dominante. O instrutor não dispõe de meios para aquilatar a extensão, por cada estudante, da assimilação da matéria. Também o aluno nunca está absolutamente certo de observar aquilo que se deseja que êle identifique. Como cada preparação é diferente da outra, não é possível explicar cada uma delas para todo o grupo, mas em lugar disso, a mesma explicação é repetida individualmente, pelos instrutores, diversas vezes. Por fim, o estudante deixa o laboratório sem que êle ou o instrutor estejam certos de haver aprendido tudo o que poderia ter sido aprendido. Somente, depois do exame é que essa dúvida será esclarecida; mas, a essa altura, já será muito tarde.

Os dados que se seguem representam um esforço para associar as técnicas do estudo programado ao ensino da histologia. Êste programa piloto está sendo desenvolvido graças

ao esforço comum das Faculdades de Odontologia da Universidade de Pôrto Rico e da Universidade Federal de Pernambuco. Com certeza êste programa será revisado nos anos vindouros, e isso é esperado, porque o estudo programado encoraja mudanças que corrigem fraquezas.

Iniciamos os trabalhos com a organização do questionário. Nêste, a matéria de cada aula teórica foi dividida em dez tópicos ou módulos de informação, contendo cada módulo um agrupamento de fatos correlatos. Após cada afirmativa o estudante deve responder uma pergunta sôbre o assunto exposto, sem no entanto poder recorrer à explicação. A resposta certa é dada imediatamente ao estudante. Além das dez perguntas relacionadas ao assunto do dia e que foram precedidas de afirmativas, o aluno deve responder também duas perguntas da aula anterior e três outras que versam sôbre aulas mais remotas. As perguntas de revisão não são precedidas de explicações. Pelos resultados obtidos poderá o professor aquilatar a assimilação imediata e a capacidade de retenção de cada aluno.

As fases I e II estão em desenvolvimento. A fase I consiste de aulas gravadas em fitas magnéticas, onde são aprofundados os pontos estabelecidos nos objetivos do curso. Cêrca de quarenta dispositivos são projetados sincrônicamente com a apresentação da gravação de cada aula. Deve ser referido que o rendimento obtido em trinta minutos de uma aula bem preparada no sistema de estudo programado dá um rendimento equivalente a noventa minutos de uma aula teórica nos métodos tradicionais de ensino. Cada texto, antes de ser gravado, é submetido à apreciação de um grupo de consultores de elevado conceito nas suas áreas de trabalho — um histologista, um patologista bucal, um especialista em microscopia eletrônica, um psicólogo e um membro do conselho norteamericano de exames (interrogation board). Essas pessoas fazem a revisão de cada aula de acôrdo com o seu ponto de vista individual. As sugestões são apreciadas por todos e os resultados traduzem o concenso geral. Dessa forma, o próprio desenvolvimento do programa tem sido uma fonte de aprendizado para todos os participantes.

A segunda fase está no momento em desenvolvimento e versa sobre os exercícios de microscopia. Aqui, ao invés de ser empregado um microscópio, cada aluno terá à sua disposição um simulador de microscópio com aparência semelhante ao microscópio binocular. Com êle, todos os estudantes poderão, simultâneamente, observar o mesmo diapositivo colorido de 35mm, em duas ou três dimensões. Como cada aluno irá observar a mesma estrutura, a descrição de cada uma será gravada em fita magnética, chamando a atenção para os pontos de maior interêsse na fotomicrografia, acrescida das necessárias informações complementares. Desta forma o aluno ficará familiarizado com as estruturas que irá encontrar ao usar o microscópio, e o instrutor estará certo do que foi visto pelo aluno.

Ambas as fases são seguidas pela apresentação do questionário descrito prèviamente. Logo que o programa protótipo esteja concluído é nosso desejo estender seu emprêgo a tôdas as escolas que desejarem e aceitaremos tôdas as sugestões que possam corrigir omissões ou incorreções. Cópias das fotografias e das gravações podem ser feitas a prêço de custo, para qualquer professor de histologia que pretenda uma série de microfotografias, diagramas ou tabelas. É apenas através do esforço cooperativo de tais programas que a nossa pesada tarefa de ensino poderá ser reduzida.

JOSÉ RODRIGUES DE PAIVA

TRÊS NOITES
NO SOBRADO

RECIFE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
1969

A tensão poética e a clareza são tão essenciais ao conto que dêle se poderia quase dizer que fica à margem da prosa: no seu uso da ação, o conto está mais próximo do drama do que do romance. A ação deve, no romance, ser completa e determinada: no conto, recupera uma simplicidade heróica.

ELISABETH BOWEN

*NESTA cidade do Rio,
de dois milhões de habitantes,
estou sòzinho no quarto,
estou sòzinho na América.*

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

TRÊS NOITES NO SOBRADO

Vim para ficar uma ou duas semanas e já lá vai quase um mês. O ar do campo faz-me bem, o clima agrada-me e a calma destas redondezas vai-me prendendo aqui, porque sempre gostei dos lugares calmos. Por isso, vou adiando de dia para dia a minha volta e prolongando cada vez mais estas férias.

Aqui pouco se tem que fazer. A cidade (que eu chamaria mais pròpriamente de vila), é apenas uma única rua, algumas casas de um lado e do outro. Uma viúva — Dona Sebastiana, é o nome dela — tem uma casa muito grande e, como vive sòzinha, resolveu alugar os seis ou sete quartos da casa e a cidade tem assim o seu hotel. Mas o lugar é pouco propício ao comércio hoteleiro. Por aqui raramente aparece alguém procurando hospedagem, desde que cheguei, sou eu o único hospede de Dona Sebastiana.

Em frente ao hotel, no outro lado da rua, há uma mercearia que também serve de bar. Às vèzes, à noite, quatro ou cinco homens reúnem-se ali e bebem e conversam até tarde. Além do hotel e da mercearia, apenas o casario humilde da cidade, e em volta, o canavial. Quilômetros e quilômetros de plantações de cana, um mar de fôlhas verdes.

Mas dizia eu, por aqui pouco se tem que fazer. Passo os dias a vaguear por êstes campos, às vèzes perco-me nos caminhos estreitos do canavial. Quando não ando por aí, fecho-me no quarto e leio um pouco, mas prefiro passar os dias em caminhadas, não gosto muito dêste quarto.

I

Ontem à tarde saí para uma dessas caminhadas. Entrei na mercearia com intenção de comprar fósforos e apanhei um resto de conversa que me deixou curioso. Um negro velho, chapéu de palha na cabeça, contava a um grupo de pessoas qualquer coisa que eu deduzi ser alguma aparição sobrenatural. O negro gesticulava e como se alguém duvidasse das suas palavras, repetia constantemente:

— Eu vi, vi com êstes dois olhos... Estava escuro mas eu vi. Era enorme, branco, ficou parado na minha frente olhando para mim e desapareceu de repente, como fumaça!

Uma velha que estava sentada atrás do balcão benzeu-se três vêzes e disse muito baixo embora eu a pudesse ouvir perfeitamente:

— Deve ser a alma dela.

Alguém perguntou ao negro:

— Onde você viu isso?

— Na ribanceira, perto do Sobrado.

O que seria o Sobrado? Há quase um mês que estou aqui e era a primeira vez que ouvia falar nêle. Fiquei mais um pouco na mercearia, ouvindo opiniões de um e de outro, tentando compreender alguma coisa. O negro continuava a falar repetindo sempre:

— Eu vi, vi com êstes dois olhos...

Quando todos saíram, perguntei à velha que estava atrás do balcão o que era o tal Sobrado.

— É um casarão velho que fica perto da ribanceira.

Aquilo esclarecia pouco, mas não perguntei mais nada. Saí disposto a caminhar. Deixei para trás a única rua da cidade e fui andando até perto do rio, onde o caminho se bifurca em duas direções. Tomei pelo atalho da esquerda e comecei a subir a ladeira. Ainda não tinha andado por aquêles lados e ia observando tudo como quem explora uma região desconhecida.

O dia chegava ao fim. Os homens que trabalhavam no corte da cana começavam a retornar às suas casas. Alguns iam em grupos de três ou quatro, outros sòzinhos, levando nas mãos as foices afiadas e reluzentes.

Ao meio da ladeira, depois da curva do caminho, do lado esquerdo, vi por entre as touceiras de cana, as paredes escuras de um velho casarão. Supus que devia ser o tal Sobrado e arredando as palhas das canas, dirigi-me para lá.

Lá estava êle. Ostentava ainda uns restos de imponência e à luz frouxa do dia que findava, tinha qualquer coisa de misterioso.

Aproximei-me da casa olhando-a com atenção. O Sobra-

do era sem dúvida, resquício do império de algum antigo senhor semifeudal. O alpendre tinha grandes arcos em pedra. Que velhas histórias poderiam contar aquelas paredes!

Interessava-me muito o casarão. Subi os degraus que davam para o alpendre. A porta de acesso ao interior do Sobrado estava entreaberta. Olhei pela fresta mas não se via nada, tudo muito escuro. De repente, ouvi alguém falar atrás de mim:

— Seja bem vindo, amigo.

Virei-me muito depressa. Um homem alto, o cabelo muito branco, já idoso mas ainda forte, estava parado nos degraus do alpendre. Comecei a imaginar quem seria. O dono do Sobrado, talvez. Eu pensava numa explicação que justificasse a minha presença ali e não me ocorria nenhuma. De súbito, vindo não sei de onde, um cão enorme, branco, subiu de um pulo a escada do alpendre e ficou junto de mim, cheirando-me as pernas e rosnando desconfiado. Encostei-me à parede sem coragem de dar um passo.

— Não tenha medo, é manso. Sai Barão!

O cachorro obedeceu ao dono. Foi deitar-se a um canto do alpendre, mas de vez em quando, olhava para mim, ainda desconfiado.

O velho ficou em silêncio, parado nos degraus. Talvez esperasse a minha explicação. Improvisei uma história muito mal contada. Disse-lhe entre outras coisas, que tinha particular interêsse pela arquitetura das construções antigas e estranhei encontrar uma casa como aquela encravada no mato. Êle pareceu aceitar a minha explicação e prontificou-se logo a esclarecer a origem do Sobrado. Empurrou a porta e convidou-me a entrar. Eu não pensava encontrar tanta hospitalidade por aquêles lados.

No interior do Sobrado a escuridão era completa. O velho desapareceu deixando-me sòzinho, mas logo voltou trazendo um candeeiro que dava uma boa luz. Sentamo-nos a um canto da enorme sala e o meu anfitrião começou a contar-me a história do velho Sobrado. Vim assim a saber que o avô dêle havia mandado construir a casa por um engenheiro francês.

O velho contava a história com muita animação:

— O meu avô era um homem irrequieto, espécie de aventureiro. Se houvesse nascido no século XVII, possivelmente teria sido um pirata dos sete mares. — Dizia isto com ar de troça e depois de uma pausa continuava: — Era o senhor de tôdas estas terras. Fixou-se aqui ainda nôvo e foi aqui que viveu tôda a vida. Não sei onde êle descobriu o francês que construiu o Sobrado. Meu pai contava que a gente do lugar (naquela época, havia por aqui sòmente negros escravos ou que haviam sido escravos) admirava-se ao ver a casa. As pessoas que melhor conheciam meu avô não se admiravam. Sabiam-no capaz de coisas mais estapafúrdias, e o Sobrado, afinal de contas, não era coisa assim tão extraordinária. Mas para os negros que viviam por aqui, isto era coisa fora do comum e começaram a correr as histórias em tôrno da pessoa do meu avô e do Sobrado.

O velho contou-me algumas das intermináveis histórias que se criaram em tôrno do avô e do Sobrado. Coisas absurdas que só aquela gente rude e supersticiosa seria capaz de imaginar. Aquilo interessava-me muito, mas eu começava a preocupar-me com a volta ao hotel. A noite era escura e os caminhos pouco bons. Mas êle parecia cada vez mais empolgado com aquelas memórias da família e continuava a falar sem mostrar intenções de parar. Finalmente, seriam já umas nove ou dez horas, começou a mostrar sinais de cansaço. Eu também já estava com sono e levantei-me para sair. O velho queria que eu passasse a noite no Sobrado, agradecei mas não aceitei. Não era mêdo (talvez fôsse, não sei) mas não me sentia ali muito à vontade.

2

Hoje andei por aí durante todo o dia. Fui até à mercearia ver se ouvia mais alguma coisa sôbre o Sobrado. Não posso negar que tudo isto me interessa muito. Por que o velho viverá sòzinho naquêle casarão?

Falei do Sobrado a Dona Sebastiana sem demonstrar interêsse, como quem não quer nada, mas não obtive nada mais além do que já sabia. Ela disse-me que sòmente um velho morava lá e que corriam boatos que o casarão era mal-assom-

brado. Muita gente dizia que nas noites de lua, a alma de Dona Virgínia aparecia perto da ribanceira. Quem teria sido essa Dona Virgínia? Aquilo deixava-me cada vez mais curioso.

Resolvi voltar ao Sobrado. O velho havia-me convidado para voltar lá quando quisesse, desde que fôsse à mesma hora de ontem.

Seriam umas cinco e meia, saí do hotel e tomei o caminho do rio. Fiz o mesmo percurso do dia anterior e encontrei-me outra vez diante das velhas paredes do Sobrado. Hoje detive-me um pouco mais na observação da casa. O telhado está cheio de ervas, alguns vidros das janelas do primeiro andar estão partidas e as paredes, muito escuras, parecem jamais haverem sido caiadas. Contemplando o velho casarão, tive a impressão de estar diante de um antigo castelo em decadência.

Quando me aproximei dos degraus do alpendre, o enorme cachorro branco apareceu a barrar-me a passagem. Mas o velho surgiu no limiar da porta e o cão deitou-se com o focinho no chão, as orelhas pendentes, os olhos atentos, vigiando os meus passos.

Subi cautelosamente os degraus, atravessei o alpendre e entrei na sala. O velho parecia satisfeito. Dizia que gostava de conversar, mas raramente tinha oportunidade. Como na noite anterior, sentamo-nos a um canto da sala, à luz do enorme candeeiro. A conversa voltou a cair sôbre a família do velho que falava outra vez com animação:

— Quando meu avô morreu, meu pai passou a dirigir a propriedade. Isto por aqui ia tudo muito bem, as safras eram boas, meu pai comprou o engenho vizinho, havia trabalho para muita gente. A nossa propriedade era das mais prósperas da região. Isto correu assim por muito tempo. Mas havia uma rixa entre nós e os Albuquerque, donos da propriedade vizinha. Questão de terras. Êles diziam que nós havíamos avançado a cêrca além da divisa, que tínhamos roubado terras dêles e depois de muitas discussões e escaramuças, meu pai acabou assassinado, morto a tiros numa emboscada preparada pelos capangas dos Albuquerque. Meus irmãos e eu queríamos nos vingar, mas nossa mãe não consentiu. Nós sempre respeitamos muito a vontade dela, e assim, os miseráveis ficaram impunes,

andando por aí. Já que não nos podíamos vingar, meus irmãos não quiseram continuar aqui. Foram embora com a nossa mãe para a Paraíba, onde ela ainda tinha família. Mas eu e minha irmã Virgínia, havíamos criados aqui fortes raízes e resolvemos ficar os dois.

Aquela Virgínia de quem falava o velho seria a mesma a quem Dona Sebastiana se referira e que acreditavam aparecesse a sua alma perto da ribanceira? Continuei a ouvir o velho sem o interromper.

— Não poderíamos viver longe destes canaviais onde crescemos à sôlta, em loucas correrias. Pode parecer bobagem, sentimentalismo sem razão de ser, mas, acho que se nos tirassem daqui, morreríamos de *banzo*, como antigamente morriam os negros. Com o desaparecimento de meu pai, operou-se aqui uma transformação repentina. O engenho parou, muitos trabalhadores não quiseram continuar aqui e começaram a desaparecer um a um. Em breve, a mais rica propriedade destas redondezas estava reduzida a nada ou quase nada, e o Sobrado, que bem poderia ser o símbolo de um poderio, habitado apenas por duas pessoas que aqui ficaram por não se puderem afastar, prêsas por um vínculo mais forte que elas próprias. Durante muito tempo vivemos aqui os dois sòzinhos, satisfeitos por não termos que abandonar a terra e estas paredes que tinham tanto significado para nós. Mas, há pouco mais de cinco anos, o Sobrado passou a ter apenas um morador. Uma noite de chuva, minha irmã vinha sòzinha da cidade. Os caminhos eram péssimos, muito escorregadios e ela caiu no rio na altura da ribanceira. Por verdadeiro milagre, escapou de morrer afogada, mas na queda, quebrou o braço direito, como se isso não fôsse suficiente, apanhou uma pneumonia e veio a morrer poucos dias depois.

O velho parou de falar. Fitava com insistência algum ponto inexistente no espaço. Eu já estaria ali seguramente há cerca de três horas e dois ou três bocejos disseram-me que era hora de dormir. Despedi-me dêle e comecei a descer o caminho para a cidade. Quando passei perto do rio, alguma coisa me fêz apressar o passo involuntariamente.

3

Hoje perdi-me novamente nos caminhos do canavial. Senti uma grande necessidade de andar e foi apenas o que fiz durante a manhã. Os pendões das canas despontaram, e para os meus olhos que nem sempre podem contemplar a paisagem dos campos, é uma festa, estas nuvens de algodão pousadas sôbre o mar de canas.

Havia dito a mim mesmo que não iria hoje ao Sobrado, mas durante tôda a tarde estive mergulhado numa grande impaciência, e aí pelas cinco e meia, já me encontrava perto do rio, a tomar pelo atalho da esquerda. Poderia ter resistido à tentação, mas amanhã ponho fim às minhas férias, volto ao Recife, aos meus afazeres, e quero conversar uma última vez com êste bom velho.

Êle estava parado no alpendre, disse-me que já me esperava. Entramos e sentamo-nos no lugar de costume. O cão entrou pela porta entreaberta. O velho chamou-o e êle foi roçar-se-lhe nos joelhos.

— Barão também tem o seu papel na história da família. Apareceu aqui ainda pequeno, muito sujo e faminto. Minha irmã e eu cuidamos dêle. Deve ter gostado da casa, foi ficando por aqui até hoje. A gente que vive por êstes lados é muito dada a crendices, a superstições e a coisa mais insignificante servirá de motivo para que uma velha qualquer invente uma história extraordinária. Barão durante o dia raramente se afasta do Sobrado, mas à noite, anda sempre por aí, correndo no mato. Talvez dado ao seu tamanho, não sei, se alguém o vê de noite pelos caminhos, acredita piamente ter visto a alma de minha irmã e sai por aí, espalhando a história e jurando por tudo quanto é mais sagrado.

Lembrei-me do negro da mercearia e da velha que se benzeu três vêzes atrás do balcão. Recordava-me que o negro dizia: “era enorme, branco...” — com certeza, o que êle viu foi mesmo o Barão.

— Por isso, ninguém se atreve a aproximar-se da casa — continuou o velho — acreditam-na mal-assombrada e há até

quem, estranhando o fato de eu viver aqui sòzinho, afirme que não regule bem do juizo.

A esta altura, já eu conhecia quase tôda a história do Sobrado, mas surgiu-me de repente uma pergunta: o que teriam feito das terras? teriam-nas vendidos ou simplesmente abandonado? O velho esclareceu isto também:

— Quando meu pai foi assassinado, com os poucos trabalhadores que resolveram ficar no Sobrado eu tentei continuar a cultivar uma parte das terras. Mas minha mãe e meus irmãos foram embora e eu achei que não valia a pena continuar. Assim, as terras que antes faziam inveja aos engenhos vizinhos foram abandonadas e eu passei a cultivar apenas um pequeno pedaço onde eu próprio trabalhava sòzinho. Com o correr do tempo, um ou outro camponês levantou nas terras do Sobrado a sua palhoça de sapé e barro, plantou a sua roça e meia dúzia de pés de cana. Nunca me importei com isso. Afinal, de que me servem agora as terras? Elas são mais úteis a êles do que a mim.

Conversamos ainda durante muito tempo. O velho parecia incansável. Falava interminavelmente, prendendo-se sempre ao passado da família. Mas com o avançar da noite vieram os primeiros indícios da fadiga. Êle já não tinha tanta animação no falar e bocejava constantemente. Eram horas de dormir. No dia seguinte eu deveria acordar cedo, andar um bom pedaço até à estação onde apanharia um trem para o Recife. Despedi-me do velho. Disse-lhe que me ia embora, voltava ao meu trabalho, já me demorara demais ali. Êle aperitou-me a mão demorada e vigorosamente, desejou-me boa viagem e disse-me que se algum dia ali voltasse, não me esquecesse de ir até ao Sobrado.

Comecei a descer a ladeira. Na dobra do caminho parei e olhei para trás na direção do Sobrado. Nada se via dentro da noite. Continuei a caminhar, dizendo comigo mesmo: — Voltarei sim, meu velho! Quando me aborrecer do borborinho da cidade, venho purificar o espírito no meio dêstes canaviais. Hospedo-me no hotel de Dona Sebastiana e tôdas as noites vou conversar contigo no Sobrado.

O SORRISO DA GIOCONDA

Os dias de chuva trazem-me sempre velhas recordações. Fico parado à janela do meu quarto no terceiro andar da hospedaria, vendo o brilho triste da rua molhada e os transeuntes apressados que tentam fugir à chuva que os cerca e persegue.

Sempre que venho à janela, o meu olhar cai inevitavelmente sôbre aquela casa de portas e janelas verdes. Era ali que ela morava. Vem-me então à memória todo o passado. Não unicamente o meu, porque não se pode ter um passado independente: êle está sempre ligado direta ou indiretamente ao passado de outras pessoas.

Dia após dia, tudo se reconstitui nítida e fielmente no meu cérebro, como se houvesse acontecido no dia anterior.

*
* * *

Nessa época, eu andaria pelos vinte ou vinte e um anos. Trabalhava num escritório comercial, mas, o comércio não era a minha vocação. Os lançamentos que eu fazia em colunas de débito e crédito, eram como um jôgo de azar em que eu me empenhava diàriamente e no qual não perdia nem ganhava. Trazia a cabeça cheia de idéias e todos aquêles livros entediavam-me tremendamente. Aborreciam-me tanto, que às vêzes abria um dêles, debruçava-me e começava a trabalhar. Depois de alguns instantes, esquecia-me do que fazia, a mão parava de escrever e o meu pensamento vagava por estranhas e abstratas paragens. Êle estava longe daquelas fôlhas de papel, mas nem eu próprio sabia onde.

O chefe olhava-me com maus olhos, e, caindo, em mim, eu voltava a trabalhar freneticamente, tentando evitar uma repreensão. Isto aconteceu tantas vêzes, que certo dia, êle perguntou-me se eu estava doente. Olhei-o sem saber o que responder e balbuciei uma negativa pouco convincente. Notando

a minha confusão êle voltou ao ataque: "Tenho-o notado um tanto estranho ultimamente e julgei que alguma coisa o preocupasse." Pensei em dizer-lhe o que tinha vontade de fazer com todos aquêles livros, mas contive-me, porque me lembrei que vivia do magro salário que ganhava no escritório.

Já nêsse tempo eu morava nesta hospedaria. Como o meu trabalho não era atraente e não tinha mais nada em que me ocupar, levava uma vida monótona e vazia. Era a rotina dura e cansativa, nunca acontecia nada de nôvo. O dia de ontem, era igual ao de hoje; o de hoje, igual ao de amanhã.

Em frente à pensão, naquela casa de portas e janelas verdes, morava uma viúva. Tinha um casal de filhos.

A filha tinha talvez dezoito ou dezenove anos. Seus olhos e cabelos eram negros, profundamente negros. Os olhos eram dois mistérios. Quando se fitavam na gente, pareciam querer virar-nos pelo avêso, devassar a alma e ler os pensamentos. Tinham um brilho forte e magnético que perturbava quem os fitasse. Os cabelos, eram sedosos, compridos e levemente ondulados. Derramavam-se como uma cascata sôbre os ombros macios e bem feitos. Os lábios delgados, ligeiramente rosados, abriam-se constantemente num sorriso ao mesmo tempo belo e enigmático. Era difícil saber-se quando êle era puro e sincero ou irônico e zombeteiro. Sem saber porquê e sem muita certeza da semelhança, eu comparava-o ao sorriso da *Gioconda*. Chamava-se Lúcia e tinha fama de namorada.

O irmão era mais velho, teria vinte e dois ou vinte e três anos. Levava uma vida de vadio: não trabalhava, andava com gente pouco recomendável, esbanjava nas farras o dinheiro da mãe. Muitas vêzes, entrava em casa de madrugada, completamente embriagado. A mãe repreendia-o, chorava muito, lamentava-se, mas nada disso adiantava e êle continuava naquela vida de dissipação.

A monotonia em que caíra a minha vida, aborrecia-me cada vez mais. O trabalho no escritório era-me quase insuportável. A juventude tem sonhos altos e dourados e eu desprezava o mundo vulgar do comércio. Não me interessavam as contas de lucros e perdas nem os lançamentos de débito e crédito. As minhas aspirações eram mais altas, mais nobres,

mais profundas. Eu pensava na multidão anônima que vive o cotidiano, que se mecaniza na luta desesperada pelo pão de cada dia, e pretendia escrever um longo poema sôbre as angústias da alma humana. Mas também eu fazia parte dessa multidão e era obrigado a trocar oito horas de trabalho diário, pelo magro salário que mal dava para comer e pagar a pensão.

Os dias sucediam-se sempre iguais. Eu ansiava por ação, por qualquer coisa nova e diferente que nunca acontecia.

Saía do escritório, andava um pouco (geralmente sem destino) e ia para casa. Quase sempre Lúcia estava à janela. Eu cumprimentava-a quando passava. Ela respondia-me sempre com aquêles sorriso estranho. A sua beleza misteriosa causava-me uma sensação desagradável. Eu subia as escadas quase correndo, o coração batendo descompassadamente. Só parava no terceiro andar e entrava ofegante no meu quarto.

Pela vidraça, olhava a rua lá embaixo. Lucia ainda estava à janela. Passava um ou outro que a cumprimentava, e ela sempre sorrindo, sempre sorrindo... Enervava-me aquêles sorriso. Cansado, aborrecido, jogava-me sôbre a cama de ferro que rangia sob o meu pêso. Deixava-me ficar muito tempo, procurando não pensar em nada.

No quarto ao lado, morava um estudante que se dava ares de grande pianista. Tinha no quarto um piano velho e desafiado, cujo som me feria os ouvidos e perturbava o meu repouso. Quero crer que se Schubert, Beethoven ou Mozart pudessem ouvi-lo, ficariam decepcionados com a péssima execução que tinham suas músicas nas teclas do velho piano. Mas Schubert, Beethoven e Mozart não podiam ouvi-lo e eu aborrecia-me por êles suportando por horas e horas aquêles concertos sem platéia.

Não podendo dormir com o piano a martelar no quarto ao lado, levantava-me e apanhava ao acaso um dos livros arrumados na estante. Eu admirava os grandes mestres da poesia. Baudelaire e Verlaine faziam-me companhia frequentemente. Mas o piano continuava a martelar no quarto ao lado e eu não conseguia fixar a atenção no livro, sendo forçado a abandoná-lo.

Abria a janela. Lá embaixo, estendia-se a rua escura e

deserta. Todos dormiam, só na cervejaria da esquina notava-se ainda algum movimento. Reuniam-se ali os boêmios do bairro: pobres idiotas que bebiam como pipas e não falavam de outra coisa que não fôsem mulheres, serenatas e traficâncias.

O piano silenciava. Talvez finalmente pudesse dormir. Deitava-me, mas já então havia perdido o sono. Ficava deitado, de olhos abertos fitos na escuridão do quarto. De quando em quando, chegava-me aos ouvidos os latidos de um cão e o gorgolejar de um cano de esgôto entupido. Dos fundos dos quintais, subia o cheiro nauseabundo de fossas extravasadas. O sono não vinha. Vez por outra, um mosquito zumbia na escuridão do quarto. Decididamente, a noite estava perdida.

No dia seguinte, ia para o escritório com as pálpebras pesando como chumbo. Às vezes, não suportava o cansaço que me invadia o corpo e o cérebro e fechava os olhos por alguns segundos. À noite, quando saía do escritório, ia para casa, na esperança de uma noite bem dormida, de um sono reconfortante.

Passava em frente à cervejaria. Ainda era cedo, havia pouco movimento. No chão, aqui e ali, viam-se cascas de amendoim e restos de crustáceos. Por baixo das mesas, um cão sem dono procurava um osso para roer. Eu não parava. Ansiava por chegar ao meu quarto e estender-me na cama. Do princípio da rua avistei Lúcia. Lá estava ela para roubar um pouco da minha tranquilidade. Conversava com um rapaz que eu não conhecia, nunca o tinha visto antes. Fiz-me distraído e passei sem dizer nada. Subi lentamente as escadas. Cheguei ao terceiro andar. A hospedaria parecia desabitada, tal o profundo silêncio que a envolvia. Entrei no quarto e atirei-me na cama mesmo vestido como estava. Fechava os olhos para dormir, quando soaram no ar as notas soltas, sem sentido e desafinadas do piano do vizinho. Amaldiçoei piano e pianista e levantei-me irritado. Dei uma volta pelo quarto. Deitei-me novamente. O piano martelava, os canos de esgôto gorgolejavam, as fossas tresandavam, mas, o cansaço que eu sentia era mais forte do que tudo isso e eu acabei por adormecer profundamente.

O rapaz que eu vi conversando com Lúcia, aparecia regularmente de quinze em quinze dias. Depois passou a vir tôdas

as semanas e depois, quase todos os dias. Conversavam à janela, da janela passaram ao terraço e do terraço à sala. Falava-se em casamento e a mãe de Lúcia, quando falava no noivo da filha já o chamava (com uma ponta de vaidade) de “meu futuro genro”.

O rapaz deixava a casa de Lúcia sempre muito tarde: onze e meia, meia-noite. Às vezes, a viúva deitava-se e deixava os dois sòzinhos. A vizinhança fazia certos comentários. A mãe de Lúcia ouvia-os com indiferença e dizia com uma expressão muito sua: “não me interessa o que dizem as línguas sujas e maldosas”!

À noite, quando não tinha sono, eu vinha para a janela e via os noivos quando se despediam. Faziam-no na rua. Ela esperava que êle chegasse à esquina. Ali, êle olhava para trás, ela adejava um adeus com a mão, êle respondia, dobrava a esquina e Lúcia entrava em casa. Eu fechava a janela e deitava-me.

Certa noite, vi-o chegar e sair logo em seguida. Lúcia saiu atrás dêle quase correndo, chamou-o, êle não respondeu. Continuou a andar muito depressa e dobrou a esquina sem olhar para trás. Lúcia ficou parada na rua. Depois, com passos lentos, a cabeça baixa, entrou em casa. Quis-me parecer que ela chorava.

O rapaz nunca mais apareceu. As vizinhas comentavam entre olhares e risinhos significativos. A viúva dizia a todos que o rapaz não prestava, era isto e aquilo, e que a filha dela não era para um qualquer.

De repente, notei que Lúcia não vinha mais à janela. Não a vi durante muito tempo. Diziam que estava doente e as “más línguas” diziam que era de “paixão”. Se era de paixão, não sei, o fato é que ela estava realmente doente e quando voltei a vê-la, estava mais magra, o sorriso belo e misterioso era agora também triste, e os olhos, pareciam mais negros, contornados de olheiras profundas e escuras.

O irmão continuava o mesmo. Sempre bêbado, metido com gente da pior espécie, fazia da vida da mãe um inferno. Altas horas da noite, entrava em casa, dava escândalo, amea-

cava quebrar tudo... Diziam que aquilo era a falta de uma mão forte que o dominasse.

Certa vez, esteve alguns dias desaparecido. Soube-se que estava prêso; porquê, não sei. A mãe pagou a fiança, êle foi solto, mas não mudou de vida.

Lúcia tornou a adoecer. Estava de cama e disseram-me que definhava dia a dia. Fiquei alarmado. Apossou-se de mim uma sensação de angústia. Tive mêdo que ela morresse. Espantou-me êsse mêdo: costumava apenas condoer-me das pessoas que estão condenadas a morrer. Mas Lúcia parecia-me diferente e eu não podia aceitar a idéia de ver sair de sua casa um esquife contendo o seu corpo.

Lúcia morreu. Eu nunca soube ao certo qual a doença que a vitimou.

Há muito, não tinha eu notícias dela. Não sabia se estava melhor ou pior. Um dia, quando voltava do escritório e passava em frente à sua casa, vi a porta aberta e na sala, um esquife. Ao lado do corpo, estava a mãe, o irmão e algumas pessoas amigas. Subi para o meu quarto. Sentia o peito oprimido, a garganta apertava-se-me em convulsões. Joguei-me sobre a cama e fiquei deitado muito tempo com os olhos fechados. Não podia afastar do pensamento a lembrança de Lúcia e via-a através da imaginação. Via os seus cabelos negros e sedosos, os olhos grandes e vivos, o sorriso belo e misterioso e sentia que aquêlê sorriso que antes me perturbava, far-me-ia falta agora, que eu não mais o veria.

Quando saiu o entêrro, a mãe chorava muito. De quando em quando, o irmão, furtivamente, limpava uma lágrima. O antigo noivo também esteve no cemitério, não sei se levado por algum sentimento verdadeiro, se por mero convencionalismo social.

Alguns dias depois do entêrro, a viúva e o filho deixaram a casa. Não sei para onde foram. Nunca mais os vi. A casa estêve desabitada algum tempo, depois, veio morar nela um casal de velhos sem filhos.

*

* * *

Quase dez anos se passaram e não posso lembrar-me do

passado sem sentir uma inexplicável saudade. Esforço-me para aprender a viver apenas o presente, tentando aceitar a lição de Khayyam, para quem há dois dias indiferentes: “o que passou ontem, o que virá amanhã”. Mas é em vão que me esforço: “o que virá amanhã”, não me preocupa muito, mas “o que passou ontem”, permanece gravado na minha memória.

Continuo no escritório jogando com partidas de débito e crédito. Os sonhos da juventude são belos, mas às vêzes somos forçados a acordar e a multidão anônima que luta pelo pão de cada dia, não teve o poema que eu lhe pretendia escrever. O meu quarto ainda é um quarto de solteiro no terceiro andar da hospedaria, mas agora durmo à vontade: o pianista já não mora aqui, nunca mais ouvi o som do velho instrumento. A cervejaria lá está, reunindo ainda os boêmios do bairro, todavia, quando volto do escritório, não vejo mais à janela aquêlê rosto mimoso de olhos e cabelos negros, o sorriso misteriosamente belo. Acho estranho que agora sinta falta daquilo que antes me perturbava a ponto de me fazer mal. E o que me deixa mais saudade, é sobretudo aquêlê sorriso, o sorriso da *Gioconda*.

SOMBRAS NO PRESÍDIO

Eis aqui o meu meio, o meu mundo atual, o mundo onde eu não quero, mas onde me forçam viver.

DOSTOIEVSKI

Levantou-se e deu alguns passos pela cela estreita. A janela gradeada mostrava um pedaço da noite pontilhada de estrêlas. A sentinela rondava vigilante, fuzil ao ombro. Ouvia-lhe os passos dentro da noite. Deitou-se novamente, não tinha sono. A cabeça ardia-lhe e pesava-lhe, os músculos doíam-lhe. Quanto tempo ficaria ali? Por que o matara? Não conseguia lembrar-se. Por mais que se esforçasse, por mais que vasculhasse o fundo da memória, não conseguia lembrar-se. Recordava-se apenas do corpo caído, da faca ensanguentada que segurava e dos policiais que o agarravam. Por que o matara?

Não podia dormir. Doíam-lhe tôdas as partes do corpo e aquela pergunta sem resposta martelava-lhe o cérebro constantemente.

Pela janela gradeada, a noite pouco a pouco tornava-se mais clara e as estrêlas iam fugindo do céu. Logo seria dia. A sentinela continuava sua ronda.

A escuridão da cela foi quebrada pela frágil claridade do amanhecer.

Estava deitado sôbre a cama rija. Um raio de sol penetrando pela janela, ofuscou-o. Lentamente, o sol foi invadindo a cela, enchendo-a de uma luz morna e brilhante. De repente, a prisão já não lhe parecia tão fria, tão soturna. Havia sol! Encostou-se à parede deixando-se envolver pelo calor. A cabeça já não lhe pesava, esquecera as dores do corpo... Estranho, sentia-se até um pouco feliz. Imaginava como o dia estaria lindo lá fora e olhava através das grades o mundo que já não lhe pertencia.

O sol pouco a pouco desapareceu da cela. Sentiu-lhe a falta, mas sabia que o teria novamente na manhã seguinte e ficou contente com isso. Esperava ansiosamente que passasse o dia e a noite para que a manhã lhe trouxesse outra vez o sol.

A escuridão e o silêncio da noite voltaram a encher o mundo. Novamente a insônia e a dúvida martirizavam o prêso. Por que o matara? Quanto tempo ficaria ali? Atormentava-o o desejo impossível de correr. Olhava com raiva as quatro paredes que lhe limitavam os passos.

A noite passava devagar. A lua desapareceu da janela gradeada. Ansiava pela manhã. Queria a luz, o sol, talvez lhe trouxessem um pouco de paz.

Anunciaram-lhe o dia do julgamento. Não tinha advogado, mas a Justiça se encarregaria disso. Um funcionário avisou-o que lhe nomeariam um, e disse-lhe com ênfase como se fôsse o próprio legislador: — “Ninguém pode ser condenado sem defesa”.

A palavra “condenado” soava-lhe de modo estranho. Repetia mentalmente a frase — “Ninguém pode ser condenado sem defesa”. Então, havia já uma presunção de que seria condenado. Não entendia bem. Afinal, talvez tudo não passasse de um mal-entendido.

O advogado foi duas ou três vezes à cela do seu constituinte. Achava estranho que êle não se lembrasse da causa do crime. Saía da cela abanando a cabeça desapontado, duvidando do bom senso do seu cliente.

Certa manhã, dois guardas foram à cela buscar o prêso. O sol inundava o estreito cubículo enchendo-o de luz e calor. O prisioneiro estava sentado no chão, encostado à parede onde o sol incidia mais fortemente. O seu rosto exprimia contentamento. Tentou recusar-se a sair da cela, mas lembrou-se que não adiantaria, êles o levariam à fôrça. Levantou-se. Olhou por um momento a claridade ofuscante que se filtrava pela janela e acompanhou os guardas.

A sala do Tribunal estava cheia. O promotor lia qualquer coisa que o réu não conseguia ouvir.

Sentia-se cansado. O julgamento começara há várias horas e êle era obrigado a permanecer sentado na mesma posição. Tinha vontade de se deitar ou andar um pouco, mas os dois guardas que estavam ao seu lado não permitiriam.

Por uma das janelas da grande sala, penetravam alguns raios de sol que enchiam de claridade ofuscante um pequeno trecho do recinto onde se via passar constantemente no ar luminoso, minúsculos grãos de poeira. O réu lembrou-se da cela ensolarada e teve vontade de voltar para lá. Gostaria que tudo aquilo acabasse depressa. Sentia-se cada vez mais cansado. Doíam-lhe as costas, tinha as pernas doloridas pela imobilização. Alguém cerrou as cortinas, os raios de sol desapareceram e aquêlo trecho da sala ficou momentâneamente mergulhado numa semi-obscuridade.

A luta entre acusação e defesa continuava. O promotor falava arrebatadamente na ânsia de condenar em nome da Justiça e da Sociedade. O advogado aparteava de quando em quando, mas, sem argumentos suficientemente fortes, via-se envolvido em raciocínios mal formulados. Sentia que perdia terreno. Olhava com raiva para o réu. Êste, parecia não se preocupar muito com o rumo que o julgamento tomava. Esticava as pernas para amenizar-lhes as dores, procurava no banco uma posição mais cômoda, porque lhe doíam as costas de permanecer muito tempo na mesma posição.

De vez em quando, durante o discurso do promotor, erguia-se na sala um murmúrio semelhante ao ruído do mar. O juiz pedia silêncio. O réu lembrava-se do funcionário — “Ninguém pode ser condenado sem defesa”. Aquelas palavras pareciam-lhe a própria condenação. Por quanto tempo ficaria prêso? Isso já não o preocupava tanto. A prisão já não lhe parecia tão triste: havia sol na sua cela!

As testemunhas foram ouvidas. O réu não conhecia nenhuma. Entretanto, dentre as quatro que o acusaram, notou numa delas um par de olhos que o fitavam com ódio. Foi a desta a acusação mais cerrada, mais veemente, mais cruel.

O advogado olhava com pena o réu que continuava indiferente ao seu destino.

Ouvidas as testemunhas, a acusação e a defesa, o corpo de jurados retirou-se da sala, desaparecendo por trás de uma porta lateral.

Muito tempo se passou antes que tornassem a aparecer. O réu estava impaciente. As costas doíam-lhe cada vez mais, tinha as pernas dormentes.

Os jurados entraram na sala. O réu nem sequer deu por isso. O juiz lia alguma coisa a que êle não prestava atenção. Não encontrava uma posição para estar. O juiz chamou-o pelo nome. Êle não ouviu. Um dos soldados a seu lado tocou-o no ombro. Foi quando êle ouviu com espanto o juiz dizer que o Tribunal o condenava a vinte anos de prisão.

O advogado desapareceu sem lhe falar. Olhou o corpo de jurados, as pessoas que enchiam a sala e que agora começavam a sair, já com a curiosidade satisfeita. As pesadas cortinas cerravam as janelas. Tudo parecia rodar à sua volta. Via dois olhos que o fitavam com ódio. Uma frase martelava-lhe o cérebro sem cessar — “Ninguém pode ser condenado sem defesa”, “Ninguém pode ser condenado sem defesa”... Tudo não passava então de uma farsa. Fôra uma farsa e uma porção de horas perdidas o que se passara naquela sala, uma vez que êle estava previamente condenado e para o ser publicamente, precisava apenas de um advogado que o defendesse. Não compreendia. Afinal, talvez tudo não passasse de um mal-entendido.

O Tribunal estava vazio. Os soldados fizeram levantar o condenado. Êle não podia andar porque suas pernas estavam dormentes. Saiu da sala quase arrastado pelos guardas.

Estava outra vez na sua cela. Pelas grades da janela, via lá fora o dia que chegava ao fim. Uma espécie de névoa cinzenta cobria o mundo tornando-o opaco. Era a noite que se aproximava.

Não lhe saía da memória a figura da testemunha cheia de ódio, contando a história do crime com tantos detalhes, tantas minúcias. Teria tudo aquilo ocorrido realmente assim? Não se lembrava. Por que o matara? Por que? Teria que esperar vinte anos. Mas acabaria por se acostumar e havia sol em sua cela. Senti-se feliz quando êle invadia lentamente o seu

cubículo até o deixar cheio de luz e calor. Sentia-se bem deixando-se envolver por aquela claridade luminosa e quente. Quando pouco a pouco o sol abandonava a cela, êle passava a esperar a manhã seguinte, e já pela madrugada, aguardava que os primeiros raios expulsassem as últimas trevas.

Estava cansado, e, quando se deitou sobre o colchão de palha muito fino, batido pelo uso e cheirando a mofa, adormeceu profundamente.

Acordou com o calor do sol que penetrava pelas grades da janela. Levantou-se contente, deu alguns passos pela cela. Já não se sentia cansado, achava-se muito bem e aquêle sol parecia dar-lhe vida, torná-lo forte. Sabia que não poderia viver sem aquela luz, sem aquêle calor que parecia ser a própria vida.

A porta da cela abriu-se. Dois guardas entraram e disseram-lhe que o iam levar. Não perguntou para onde. Talvez não respondessem. Não tinha vontade de ir, queria gozar as poucas horas de sol que o dia lhe oferecia. Eram as mais alegres, as únicas em que conseguia esquecer as suas preocupações.

Olhou com ar tristonho a luz jorrava pela janela gradeada e acompanhou os guardas. Meteram-no num carroe rodaram com êle durante muito tempo. Quando saiu do carro, viu-se no pátio de um grande edifício. Um presídio, a julgar pelas grades que tinha nas janelas, pelos altos muros que o cercavam e pelos guardas que vigiavam.

Levaram-no ao Diretor. Os dois guardas que o trouxeram desapareceram. Um outro levou-o pelos corredores e atirou-o numa cela onde já estavam dois outros prêsos.

A cela era escura e fria. Não tinha janela. Teve vontade de perguntar se ficaria ali muito tempo, mas não o fêz. Os dois outros ocupantes do cubículo olhavam-no com indiferença. A presença humana desagradava-o. Preferia a solidão, o silêncio. Tinha saudade da antiga cela, onde o sol o visitava tôdas as manhãs e onde não sentia sobre si a frieza do olhar humano.

Acomodou-se a um canto, esperando que passasse o tempo. Ali, nem sequer saberia quando amanhecia, não veria a aurora surgir lentamente no céu. Não tinha mais o sol. Haviam-

lhe tirado a única coisa que o ajudava a viver. Invadia-o uma imensa tristeza. Ainda se lembrava daquela frase — “Ninguém pode ser condenado sem defesa” — e a Justiça cada vez mais lhe parecia uma farsa.

Se antes a pena que teria que cumprir não o preocupava, agora não conseguia pensar noutra coisa. Não viveria vinte anos daquela maneira, olhando as quatro paredes da cela e os rostos sombrios dos dois companheiros. É bem verdade que os presidiários podiam receber visitas em certos dias, mas quem o viria visitar se não tinha ninguém? Quem se preocuparia com êle?

Não comia. Não tinha vontade e além disso, tinha nojo. Os companheiros dividiam entre si a parte que lhe tocava da comida que traziam duas vezes por dia. Quiseram saber por que êle estava sempre triste e não comia. Êle explicou-lhes que sem janela, a cela era escura e o sol não entrava, e sem sol, não podia viver vinte anos na prisão. Êles não entenderam. Olhavam-no espantados, duvidavam do seu juízo.

As suas roupas pouco a pouco tornavam-se largas, dançavam-lhe no corpo. O rosto magro tinha ossos salientes, e os olhos, desapareciam por trás de profundas olheiras. Êle definhava. Em silêncio, agachado a um canto, esperava que o tempo passasse. Os companheiros olhavam-no com desconfiança, tomavam-no por louco. Êle evitava os seus olhares. A presença humana aborrecia-o, queria a solidão.

Quebrando o longo silêncio, reclamou um dia o sol que lhe haviam roubado. Ninguém o entendia. Os guardas riram da sua loucura. Êle voltou para o seu canto e continuou a esperar. Uma névoa muito espessa pairava-lhe diante dos olhos e a todo momento via à sua frente a testemunha olhando-o com ódio no Tribunal que o condenava a vinte anos de prisão.

Sentia esvair-se-lhe as fôrças. Tudo parecia rodar à sua volta. Ainda tinha nos ouvidos as gargalhadas dos guardas que riam de sua loucura. Queria reclamar, pedir que lhe dessem o sol, mas já não quebrava o silêncio: não tinha mais fôrças. Era o fim. Na cela escura e fria onde o sol não penetrava, sentia-se desaparecer lentamente.

O PÁSSARO DE ASAS CORTADAS

Enfim, depois de tantos anos encerrado atrás daquêles muros, novamente a liberdade. Quando o jogaram ali, julgava não suportar a vida até o fim da pena. O desespero quase o enlouquecera, mas com o tempo, acabou por se resignar, e já se acostumara à vida da masmorra. Agora, aí estava: novamente na rua. Mas não tinha idéia do que iria fazer. Alguém da Penitenciária (o Diretor, talvez), tinha-lhe dado alguns conselhos. Coisas sem grande importância que êle não entendeu bem.

Atravessou a praça lentamente. Caminhava sob as árvores, esmagando as fôlhas sêcas com os pés. Parou na calçada, olhando os carros que passavam na rua. Sentia alguma coisa crescer dentro de si, alguma coisa que o atormentava. Que iria fazer agora? Achava-se estranho: aquêle não era mais o seu mundo, sentia-se mal, perto da gente que o cercava. Olhava a rua, as casas, as pessoas que passavam e via-se deslocado, sentia-se um estrangeiro. Tinha a impressão que todos o olhavam como se êle fôsse um animal desconhecido.

Como viver num mundo que não era o seu? Caminhava. Não tinha aonde ir, por isso, não se preocupava com a direção que tomavam os seus passos. Não tinha família, e os antigos amigos, se ainda se lembrassem dêle, com certeza já não o reconheceriam. Sabia que agora precisava trabalhar e isso preocupava-o. Não que tivesse mêdo do trabalho, mas, quem aceitaria um ex-presidiário? Certamente, pediriam informações, que referências poderia dar?

Parou em frente a uma loja. Poderia tentar, ir até lá e pedir trabalho, mas não o fêz. Alguém passou ao seu lado olhando-o com insistência. Perturbou-se com isso. O que teria êle de estranho para que o olhassem assim? Continuou a caminhar lentamente. Lembrou-se que pouco antes de sua prisão, um dos seus amigos estabelecera um armazém próximo dali, talvez o ajudasse.

Deteve-se à porta. O armazém parecia em grande prosperidade. Reconheceu o velho amigo no homem que estava atrás do balcão atendendo os freguêses. Ainda era o mesmo, apenas um pouco mais gordo e o cabelo rareava. Notava-se a passagem do tempo.

Entrou e dirigiu-se ao balcão. Ainda se lembrava de nome do amigo:

— Araújo, lembra-se de mim?

O homem olhou-o perplexo.

— Não, acho que não o conheço.

— Não se lembra de Norberto?

— Deve estar enganado, não conheço nenhum Norberto.

Disse isto afastando-se para arrumar algumas caixas embaixo do balcão. Norberto saiu. Não o teria realmente reconhecido? Seria possível que já não se lembrasse dêle?

No fim da rua havia uma fábrica. Na parede junto ao portão que dava acesso ao pátio, Norberto leu uma placa em grandes letras pretas: NÃO HÁ VAGAS. Hesitou. Valeria a pena tentar? Não custava nada. Dirigiu-se ao escritório. Os funcionários moviam-se por trás de montanhas de papéis e as máquinas de calcular e de escrever faziam um barulho infernal. Um homem de óculos, gesto autoritário, cara de poucos amigos, perguntou-lhe o que queria. Norberto gaguejou:

— Bom... Estou desempregado, queria trabalhar.

A resposta não se fez esperar. Já estava pronta, previamente preparada e estudada para aquêle caso e outros semelhantes:

— Não viu a placa lá fora?

E afastou-se resmungando alguma coisa que Norberto não conseguiu ouvir.

Ao transpor o portão, Norberto deitou um olhar rápido para a parede: NÃO HÁ VAGAS. Apenas três palavras, mas que significado tinham! E agora, aonde ir? Qual seria a próxima tentativa? Passou outra vez em frente ao armazém do antigo companheiro. Êle andava muito depressa por trás do balcão, para um lado e para o outro, atendendo os freguêses, muito diligente, não os fazendo esperar. "Deve estar enganado, não conheço nenhum Norberto". Seria verdade? Não o

teria realmente reconhecido? Talvez não quisesse ter aproximações com um ex-presidiário.

Entrou na Transportadora e pediu para falar com o gerente. Levaram-no ao escritório. O gerente perguntou-lhe o que queria sem levantar os olhos dos papéis que examinava. Novamente Norberto gaguejou:

— Bem... Procuo trabalho, estou desempregado.

O gerente olhou-o demoradamente, como quem examina os mínimos detalhes. Norberto perturbou-se, sentiu-se desaparecer.

— Temos realmente uma vaga: carregador, aceita?

— Aceito, sim...

Norberto exultava. Finalmente conseguira...

— Onde poderemos colhêr informações suas?

Norberto sentiu o mundo cair sôbre si.

— Bem, eu não trabalhava antes...

— Só poderemos dar-lhe o emprêgo de acôrdo com as suas referências.

O gerente abriu uma pasta e começou a examinar vários papéis. Norberto saiu silenciosamente.

Sabia que era um êrro entregar-se, não devia desistir, mas, já não tinha fôrças para continuar. Não poderia suportar novas decepções. Como livrar-se da condição de ex-presidiário? Era como uma maldição que o perseguia.

Caminhar. Caminhar sempre, mesmo que não fôsse a lugar algum. Afastar-se de tudo, porque já nada daquilo lhe pertencia. Não era mais aquêle o seu mundo.

As fôlhas sêcas estalavam esmagadas sob os seus pés. Descia o crepúsculo sôbre o mundo silencioso e deserto. Os muros erguiam-se para o alto, encimados por fios de alta tensão que desfaziam esperanças. Os guardas vigiavam nas guritas. Ali dentro, ficara o mundo de Norberto. Aquêle era o seu verdadeiro, único mundo, e êle perdera-o. Podia vê-lo à distância, recordar os seus corredores...

Já não tinha aonde ir. Desejara tanto a liberdade, agora não sabia o que fazer dela. Era como um pássaro a que houvessem cortado as asas e jogado para o ar: por mais que se debatesse, acabaria por cair ao chão.

CREPÚSCULO AO AMANHECER

Vivia praticamente sòzinho em seu reduto: uma casa cercada de árvores e trepadeiras de onde se podia ver o mar. Estava muito velho, e os seus cabelos brancos iam ficando escassos. A completa solidão, era quebrada apenas pela presença da velha criada que há muito tempo o servia. Raramente algum dos pouquíssimos amigos o visitava, e êle, quando não escrevia ou cuidava do jardim, sentava-se na varanda e ficava muito com-penetrado a contemplar o mar por horas e horas.

Nas manhãs ensolaradas, gostava de dar longos passeios pela praia. O mar sempre o fascinara. Quando era criança, costumava olhá-lo demoradamente (como o fazia ainda hoje) e perguntava-se intimamente o que haveria no outro lado. Resolvia que quando crescesse, seria marinheiro para ver tudo o que havia além daquela imensidão azul. Mas agora estava velho, nunca foi marinheiro e não chegou a ver o outro lado do mar.

Enquanto caminhava pela praia, ia apanhando uma ou outra pedra de formato curioso jogada na areia pelas ondas, e que utilizava para prender papéis. Em cima da sua mesa de trabalho, entre livros e fôlhas de papel, havia sempre duas ou três pedras apanhadas na praia.

O velho poeta, há muito planejava escrever um longo poema. Mas não tinha pressa. Êle nunca tinha pressa de escrever os seus poemas, sabia que no momento exato, êles brotariam naturalmente, sem esforço algum e êle os escreveria de uma assentada. A idéia surgia como uma luz que se acende. Êle passava então a amadurecê-la mentalmente por dias e dias e quando apareciam no papel, os poemas já estavam escritos no cérebro. O seu nôvo poema surgia pouco a pouco. A luz havia-se acendido num daquêles longos passeios pela praia, e então, o embrião começou a tomar forma, a crescer, esperando o exato momento de se mostrar.

O momento surgiu numa noite de insônia, quando sômen-

te o bramido suave e longínquo do mar quebrava o silêncio noturno. O poeta sentou-se à sua mesa de trabalho entulhada de livros e papéis e começou a escrever. O fruto estava maduro, era preciso colhê-lo. Ao longo da noite, o poema surgia nas folhas de papel que se sucediam uma a uma e se misturavam com as que já estava sobre a mesa. O amanhecer ainda encontrou o velho poeta a trabalhar. Tinha ânsias de terminar o poema de um só fôlego, mas sentia-se cansado e a extensão da tarefa tornava impossível o seu desejo. Juntou as folhas de papel, guardou-as na gavêta e deitou-se.

Depois de algumas horas de sono, o poeta, sentado no jardim, olhava o mar. As ondas muito azuis, coroadas de espuma, desmanchavam-se na areia, que o sol forte fazia resplandecer. Tinha vontade de andar um pouco pela praia, mas um ligeiro cansaço impedia-o de caminhar. O piar das gaivotas e o ruído distante das ondas, traziam-lhe alguma reminiscência indefinida, qualquer coisa que ele não conseguia distinguir claramente. Invadia-o uma grande paz, uma estranha sensação que não chegava a ser tristeza, mas uma suave melancolia.

O poeta retomou o trabalho depois de examinar o que fizera na noite anterior e fazer algumas correções. Dizia de si para si, que aquêle era um belo poema, o melhor que já havia escrito, e isso entusiasmava-o. Agarrava-se ao trabalho e não sentia correr o tempo. À noite, a velha empregada trazia-lhe o jantar, mas, não era hora de comer. Afastava a bandeja e continuava a trabalhar até à madrugada. Às vezes, o velho era vencido pelo sono e acabava adormecendo debruçado sobre a escrivaninha.

Há três semanas que o poeta trabalhava no poema ainda inacabado. Sentia uma premente necessidade de falar dêle a alguém. Mas jamais mostrava a quem quer que fôsse, um poema que não estivesse terminado. E quando ao fim de uma tarde de sol, um dos raros amigos o visitou e pediu-lhe que lhe mostrasse alguns dos seus últimos trabalhos, êle disse-lhe apenas evasivamente que escrevia um poema muito longo que ainda estava inacabado. Alguma coisa lhe dizia que seria o último, mas sabia que era o melhor que já escrevera. E sentiu-se com isso um pouco aliviado.

O poema chegava ao fim, mas alguma coisa não ia bem com o poeta. Sentia uma enorme fraqueza invadir-lhe o velho corpo, as forças diminuir-lhe lentamente de dia para dia.

Já não passeava pela praia. Rápida e, se fazia algum esforço maior, o corpo tremia-lhe muito. Estava muito magro e os olhos desapareciam-lhe afundados nas olheiras escuras. Temia não poder terminar o poema. Sentava-se à escrivaninha a trabalhar e quando parava de escrever, não conseguia sequer levantar-se. Era como se a vida lhe fugisse na tinta que corria da caneta para o papel.

Foi numa noite calma, quando a lua despejava a sua prata sobre o mar, que o poeta escreveu a última palavra do seu poema. Sentiu-se aliviado, como se houvesse tirado um enorme pêso de sobre os ombros. Releu as últimas folhas e prendeu-as com uma das pedras apanhadas na praia. Sentia-se muito fraco e leve, como se estivesse ôco por dentro. Levantou-se cambaleando com a intenção de ir para a varanda. Por duas vezes, teve que parar e encostar-se à parede para não cair.

Ao longe, sobre o mar, a lua projetava uma esteira de luz brandamente luminosa. As folhas das árvores e das trepadeiras, balançavam quase imperceptivelmente, sopradas por uma brisa muito leve.

O poeta sentou-se na varanda a contemplar com os olhos fatigados a noite que se derramava lá fora. A luz azulada e envolvente do luar, dava a tudo um toque de magia. O velho poeta lembrou-se de antigas estórias que ouvira contar quando era criança e esperou ver surgir ali, no seu jardim, uma fada ou algum duente diabólico. Sentia-se arrasado. O trabalho consumira-lhe as forças, mas estava satisfeito, porque conseguira terminar o seu melhor poema. Agora não importava o que acontecesse, mas aquêle cansaço haveria de passar.

A noite avançou até à madrugada, e a lua pouco a pouco desapareceu do céu. O poeta sentia-se tão leve que tinha a impressão de flutuar no espaço. Com gesto lento, passou as mãos pelo rosto tentando afastar as sombras que bailavam diante dos seus olhos. O mar sussurava muito calmo. O que haveria do outro lado? Era um belo poema... finalmente estava terminado! Tentou levantar-se, mas não conseguiu. Uma estra-

nha fôrça começou a arrastá-lo para baixo, e êle deixou-se afundar na cadeira. Alguma coisa tapava-lhe a garganta e dificultava-lhe a respiração. Seus olhos cobriam-se de névoas.

Ficou ali sentado durante algumas horas. Farrapos do passado vinham-lhe à memória. De vez em quando um arrepio percorria-lhe o corpo magro. A respiração difícil fazia-lhe doer o peito e as costas. Quando o clarão rubro da aurora surgiu sôbre o mar, o coração do velho começou a pulsar violentamente. Levou a mão ao peito, como se tentasse agarrar alguma coisa. — Aí vem o sol, murmurou. Sentia escapar-lhe o último fio de vida. Quis desabotoar a camisa, mas os braços caíram-lhe inertes ao longo do corpo. O dia começava a aparecer no ponto em que o mar se juntava ao céu. — Finalmente, está terminado, pensou. Os seus olhos fecharam-se, e a cabeça pendeu levemente para o lado.

FANTASMAS

*...Tu não sabes que nunca se está só?
E que por toda parte o mesmo peso de
futuro e de passado nos acompanha?*

ALBERT CAMUS

Paguei ontem uma velha promessa: fui visitar Dona Aurora. Há muito que lhe prometera aquela visita, mas só ontem me decidi a ir à casa dela.

Dona Aurora é uma senhora simpática que conta já, suponho eu, os seus sessenta ou sessenta e cinco anos. Conhecí-a há algum tempo, não me lembro como nem onde.

Ao contrário da maioria das pessoas de sua idade, que vivem geralmente fechadas dentro de si mesmas, Dona Aurora é bastante jovial, alegre mesmo, o que a torna uma velhinha agradável.

Cheguei à casa dela às quatro da tarde. Sensibilizou-me a alegria com que a boa senhora me recebeu. Quando ela se deparou comigo, o seu rosto adquiriu a expressão de alegria infantil da criança que ganha um brinquedo há muito tempo desejado. Os seus olhos, a que os anos tiraram já parte do viço, voltaram novamente a brilhar e pareciam dar vida nova às faces que o tempo enrugou.

Dona Aurora fêz-me entrar em casa cercando-me de atenções. Queixou-se por só ontem ter ido à sua casa. Desculpei-me como pude. Dona Aurora fala muito, de modo que, tive pouca preocupação em pensar o que dizer. Às vêzes, ela não me deixava terminar um assunto. Interrompia-me falando de outra coisa qualquer.

Na pequena sala, enquanto conversávamos, notei sobre uma mesinha o retrato de uma menina. Apesar de protegida pelo vidro do porta-retratos, a fotografia estava ligeiramente amarelada, o que fazia supor que era antiga.

Não sei que estranha impressão causou em mim aquêlo retrato. Muitas vêzes desviei a atenção da conversa para o olhar, e contudo, é perfeitamente natural que se tenha o retrato de alguém sôbre uma mesinha.

A menina estava sentada num sofá, apoiada por duas almofadas. Um sorriso infantil enfeitava-lhe os lábios e uma mecha de cabelo caía-lhe sôbre a testa.

Dona Aurora notou que eu observava a fotografia com insistência e veio em socorro da minha curiosidade.

— Era minha filha... Aquêlo era o pai — disse apontando para um quadro que pendia da parede, e que mostrava a figura de um homem ainda nôvo. — Morreu sem conhecer a filha.

Calculei tratar-se de uma história dolorosa, e, num relance, compreendi a solidão de Dona Aurora. Às vêzes, em certas situações, fico embaraçado, sem saber o que dizer. Esta foi uma delas. Não gosto de lembrar ou fazer lembrar coisas tristes. Diante da pessoa que conta o seu drama, temos que assumir um ar grave e compungido, embora não sintamos a tristeza daquele drama, o que me faz crer que todos nós temos portanto um pouco de hipócritas.

Ela explicou-me que o marido morrera num desastre de automóvel, e que, dois meses depois de sua morte, nasceu a menina, que passou a ser o objetivo da sua vida. Contou-me como a mimava, como brincava com ela horas e horas, como lhe achava graça quando ela começou a balbuciar as primeiras palavras.

Eu mantinha-me calado. Dona Aurora disse-me ainda muitas coisas a respeito da filha e do marido. Contou-me como sofreu com a morte da filha quando esta tinha apenas quatro anos. Ela não disse, nem eu lhe perguntei de que a menina morreu. Falou ainda alguma coisa mais sôbre a filha e finalizou dizendo:

— Se fôsse viva, talvez já me tivesse dado netos.

Agora estávamos os dois calados. Dona Aurora olhava com ar triste o retrato da filha. Parecia não se dar conta da minha presença. Estava totalmente entregue aos seus pensamentos. Por certo, recordava tempos mais felizes.

Eu sentia-me constrangido, e, desejei não estar ali, para não perturbar as recordações da boa velha. Ela pouco depois virou-se para mim e com os olhos baixos, esboçou um sorriso triste.

— É disto que eu vivo: de recordações e saudade.

Levantou-se dizendo que ia preparar um lanche para nós. Pedi-lhe que não se incomodasse, mas já ela atravessava a sala muito depressa.

Enquanto ela preparava o lanche, olhei uma vez os dois retratos. Tive pena da pobre mulher. Deve ser triste arrastar assim uma existência sem objetivos, alimentar a vida apenas com os fantasmas do passado. Lembrei-me entretanto, que, Dona Aurora é uma velhinha jovial, alegre... Mas, não será essa alegria apenas um meio de esconder as suas lágrimas? Uma forma de não demonstrar sua tristeza?

Dona Aurora não demorou muito a preparar o lanche. Enquanto comíamos, falamos sôbre uma porção de coisas. Eu evitei falar novamente sôbre a filha e o marido dela. Recomeçariam as recordações tristes, eu teria que assumir novamente aquêlo ar grave, muito sério e ficaria outra vez sem ter o que dizer.

O tempo passou depressa. Olhei o relógio. Seis horas. Levantei-me para me despedir de Dona Aurora. Ela não queria que eu me fôsse já, e, só depois de alguns esforços consegui deixar a casa dela.

Ela acompanhou-me até ao portão. Aproveitou para me mostrar as flôres do jardim que cultivava com carinho. Quando me despedi, pediu-me várias vêzes que não me esquecesse dela. E insistiu muito no pedido, como se tivesse medo que eu não cumprisse a minha promessa.

Enquanto me afastava, lembrava-me das últimas palavras de Dona Aurora. Pediam um pouco de calor humano. Ela estava por certo cansada da fria solidão. Pouco adiante, olhei para trás. Lá estava a velha senhora no portão. Acenou-me. Não pude deixar de lamentar aquela existência. Deve ser triste conviver apenas com fantasmas.

A DECISÃO

Às dez horas Carlos estaria na praça. Ela levaria apenas o indispensável: dois ou três vestidos e roupa de baixo. Apanhariam um ônibus ou um trem, alguma coisa que os levasse para longe, onde ninguém os conhecesse e pudessem viver ignorados e felizes.

Conhecia Carlos há seis meses. Êle a levava muitas vêzes ao cinema, e depois, iam à sorveteria e tomavam sorvete juntos. Êle gostava dela e ela gostava dêle. Mas não se atrevia a falar nêle à mãe, porque sabia que ela não consentiria no namôro. Dizia-lhe sempre que ainda era muito nova e arranjava uma porção de outras razões. Mas ela já tinha dezessete anos e não se achava tão nova assim. Por isso, combinaram manter tudo em segredo, até que Carlos arranjasse algum dinheiro e pudessem fugir.

Os irmãos pequenos já estavam na cama. A mãe, na cadeira de rodas, bordava, como fazia tôdas as noites até as nove horas, quando também se recolhia. Ficou com as pernas paralisadas depois da doença que a deixou de cama por vários meses. Isso abalou profundamente a família. Eram felizes até então, mas depois daquilo”, o pai começou a beber muito e quase todos os dias chegava em casa bêbado e sem dinheiro. Arranjou outra mulher e terminou por deixar a família para viver com ela. Luiza, que era a filha mais velha, foi então trabalhar numa loja de armarinho para sustentar a mãe e os irmãos pequenos. A mãe também ganhava algum dinheiro com os bordados que fazia. Nunca mais tinham visto o pai e em casa raramente falavam dêle.

Luiza fingia ler uma revista. De vez em quando, erguia os olhos para o relógio. Mais duas horas e seria a libertação. Deixaria a miséria para trás. Amanhã não teria mais que ir à loja, não suportaria mais as exigências das freguêsas enfadonhas. Seria vida nova. Não sabia para onde iriam, mas isso não era importante. O seu olhar pousou casualmente

sôbre a mãe. Na cadeira de rodas, com um cobertor sôbre as pernas mortas, ela continuava a bordar em silêncio. Luiza de-teve-se um pouco a olhá-la e perguntou-se intimamente: — Quem cuidará dela depois? E lembrou-se dos dois irmãos. A mãe inválida não podia ficar sòzinha e, os irmãos, ainda muito pequenos, pouco ou nada poderiam fazer. De onde viria o dinheiro para sustentar os três? Levantou-se, foi até ao quarto dos irmãos. Oos dois dormiam tranquilos. Olhou-os por algum tempo e começou a sentir-se confusa.

Sentia um terrível pêso esmagar-lhe o peito. O coração batia acelerado. Foi até à janela tomar um pouco de ar. A noite era calma, uma grande lua pairava no céu, soprava uma brisa muito suave. A filha da vizinha passeava na rua com o noivo. Por que ela não podia passear assim com Carlos? Por que o seu amor tinha que ser em segrêdo, como se fôsse um crime que cometessem? Olhou novamente para a mãe. Poderia ser feliz se fugisse? Não seria egoísmo pensar apenas em si própria e abandonar os irmãos e a mãe inválida?

Sentia a cabeça escaldar, o coração bater precipitado. Um suor frio brotava-lhe da testa. Tinha uma enorme vontade de chorar.

Nove horas. A mãe recolheu-se e pediu-lhe que a ajudasse a deitar. Se ela fugisse, quem a ajudaria depois a deitar e a levantar? Dentro de uma hora Carlos estaria na praça. Que faria? Era preciso resolver.

A mãe dormia. Um silêncio pesado envolvia a casa. Luiza colocou o pacote de roupa em cima da cama. O silêncio profundo pesava-lhe na alma. Sentia uma ânsia horrível, o coração querendo estourar. Seria direito o que ia fazer? Encontraria a felicidade que procurava? Teria direito a ela? Imóvel, olhava o pacote em cima da cama. Sentia o sangue afluír-lhe ao rosto numa onda de calor. A mãe dormia, os irmãos também. Se fugisse, como seria a vida dêles amanhã?

Dez horas. Carlos já devia estar na praça. Que faria? O tempo marchava incansável: segundos, minutos, horas... Era preciso resolver. Foi ao quarto da mãe. A velha dormia. Olhou alguns instantes aquêlo rosto vincado pela idade e pelo sofrimento. Um grande silêncio pesava sôbre o mundo. Os ir-

mãos dormiam tranquilos o sono dos inocentes. Voltou para o seu quarto. Duas grossas lágrimas rolaram-lhe pelas faces quando começou a desfazer o pacote. Repôs as roupas no guarda-roupa e deitou-se. Precisava acordar cedo amanhã e fazer o serviço da casa antes de ir para a loja.

O R E T R A T O

Há muito tempo procurava algo semelhante. Um gesto, um olhar, um objeto, alguma coisa que lhe desse a certeza, que confirmasse ou desfizesse de uma vez por tôdas as suas suspeitas. E agora, que finalmente encontrara o que procurava, começava a sentir um tremendo vazio, como se o mundo mudasse de repente, como se nada mais tivesse sentido. Era verdade. Não podia haver dúvidas, ali estava a prova na sua mão trêmula. Virou a fotografia e leu a dedicatória: "Para Marlene, com a admiração, o amor e o carinho de Fernando". Virou outra vez o retrato, olhou aquêlo rosto sorridente; o miserável parecia rir da sua situação. Se ao menos o conhecesse, haveria de lhe ensinar algumas regras do bom viver! Uma raiva cega crescia dentro de si e impedia-o de raciocinar. Começou a imaginar coisas, a ligar fatos que lhe pareciam suspeitos: "certas vezes que ela saía à tarde, a pretexto de fazer isto ou aquilo... ia ao encontro dêle, com certeza"! Tinha vontade de procurar a mulher, passar-lhe o retrato na cara, gritar-lhe que descobrira a sua traição... tinha vontade de matá-la! Mas pensou melhor e achou que não era êsse o caminho indicado. Esperaria. Observaria a mulher como se não soubesse de nada, como se nada houvesse descoberto e quando a surpreendesse num deslize... bem, depois veria o que fazer. Guardou novamente o retrato no fundo da gaveta do guarda-roupa onde o encontrara e tentando dar ao rosto a sua expressão normal, sentou-se numa poltrona na sala e abriu uma revista, mas não via uma única letra.

Ficou ali sentado por mais uma de uma hora, com mil e um pensamentos fervendo-lhe na cabeça. A mulher apareceu na sala e sentou-se ao lado dêle, em silêncio. Não podia sequer olhá-la de frente, temia não poder controlar-se, por isso, demonstrava um falso interêsse pela revista. O silêncio pesava como chumbo. Êle sentia o rosto queimar como se ar-

desse em febre. A mulher, sem suspeitar o que lhe ia no íntimo, levantou-se, foi por trás dêle, debruçou-se nas costas da poltrona para ver o que tanto o interessava naquela revista e o seu rosto roçou levemente a cabeça dêle. Estremeceu, como se lhe repugnasse aquêlo contato. Não podia suportar, precisava fugir daquela situação.

— O almoço está pronto?

— Está, sim.

Jogou a revista em cima da mesa e saiu da sala apressadamente. Entrou no banheiro, olhou-se no espelho e notou a fisionomia fechada que nunca tivera antes. Não tinha jeito para comediante, talvez não pudesse disfarçar por muito tempo.

Durante o almoço o silêncio foi completo. Sabia que devia dizer alguma coisa para que ela não lhe notasse diferença alguma. Talvez um elogio à comida que ela fizera e que êle se esforçava por engolir, mas não sentia o gôsto... Devia dizer alguma coisa, mas sabia que tudo o que dissesse soaria falso. Olhou-a de soslaio duas ou três vêzes, nada de anormal.

Fechou-se novamente no quarto, tirou o retrato do fundo da gaveta. Por que, por que aquilo teria que acontecer? Jogou-se sôbre a cama, sentiu uma onda de sangue subir-lhe ao rosto e as suas mãos fechadas tremiam. Não sabia até quando suportaria aquilo em silêncio.

Era domingo, e, como quase todos os domingos, a mulher pediu-lhe para irem a um cinema. Não tinha nenhuma vontade, mas precisava ir. Ela não podia desconfiar de nada e além disso, era uma oportunidade para observá-la na rua. Talvez a apanhasse nalgum olhar, nalgum sorriso furtivo para alguém. Não viu o filme. Passou todo o tempo olhando disfarçadamente a mulher, mas ela não desviava os olhos da tela. Nada de anormal, talvez num dia qualquer durante a semana...

Quando ela saía, por mais de uma vez êle a seguiu de longe, mas nem sequer a viu conversando com ninguém, e tinha certeza que ela não suspeitava estar sendo observada. Íntimamente, sentia-se satisfeito. Gostaria que aquêlo retrato nunca tivesse existido e que tudo pudesse voltar a ser como antes. Mas sabia que isso era impossível, sua vida já não podia ser o que era, nunca mais seria como antes.

Três ou quatro semanas de constante observação se passaram sem que nada acontecesse que confirmasse o que êle julgava ser uma certeza. Uma certeza que êle sentia diminuir pouco a pouco, uma certeza que se transformava em dúvida. Nada acontecia, mas a fotografia lá estava, escondida no fundo da gaveta, com aquela dedicatória. O que o enfurecia mais era a dedicatória de tom meloso de colegial apaixonado. E olhando novamente o retrato, notou que o rapaz era muito jovem, devia ser pouco mais que um menino. Como é que Marlene, uma mulher madura, mantinha uma ligação amorosa com um menino?

Vigiu-a mais uma semana e o resultado foi o mesmo. Gostaria de dar o caso por encerrado, esquecer aquilo, mas era impossível. Algum coisa dentro dêle separava-o irremediavelmente da mulher enquanto aquilo não fôsse esclarecido. Tinha que saber ao menos quem era o tal Fernando. E uma noite, quando os dois estavam sentados na sala, ela folheando um livro, êle com os olhos pregados no teto, ruminando dúvidas, a pergunta veio direta, sem subterfúgios.

— Marlene, quem é Fernando?

Ela olhou-o como se não houvesse entendido.

— Que Fernando?

Tôda a fúria contida até ali ameaçava estourar agora. Êle mal podia se controlar, a sua voz tremia ligeiramente.

— Por favor, não se faça de desentendida. Há mais de um mês que descobri uma fotografia do seu parceiro amoroso, por sinal, com uma dedicatória bastante significativa. Se você quer saber onde está, eu deixei-a no mesmo lugar onde a encontrei: no fundo de uma das gavetas do guarda-roupa.

A mulher enrubesceu, gaguejou, as suas mãos trêmulas machucavam as páginas do livro, não sabia para onde devia dirigir o olhar. Começou a chorar e a confusão que a dominava aumentava a sua culpa aos olhos do marido. Êle olhava-a friamente, esperando a resposta. Finalmente, ela tentou defender-se:

— Você está enganado, não é o que está pensando...

— Marlene, eu perguntei quem é Fernando.

— Fernando morreu há mais de quinze anos.

Agora era êle que começava a ficar confuso.

— Morreu? E aquêlo retrato que você guarda com tanto cuidado?

— Ela pouco a pouco recuperava o domínio de si própria e agora já podia levantar os olhos para o marido.

— Nunca procurei esconder, mas apenas evitar falar sôbre êle com você, porque isto não me agradava, mas agora, já não é possível evitar e você precisa realmente de uma explicação. Conheci Fernando quando era ainda menina, eu tinha doze anos e êle quinze. Sentiamos uma profunda amizade um pelo outro e começamos um dêsses namôros de crianças que o tempo consolidou. Meus pais gostavam muito dêle. Fernando passava os domingos em nossa casa, mas um dia aconteceu: Fernando morreu afogado tomando banho num rio, com um grupo de amigos. Ela olhava-o de frente, com olhos firmes. Depois de um breve silêncio acrescentou — Talvez tenha sido um grande êrro não ter contado isso a você antes.

Não sabia o que dizer. A mulher parecia ser sincera, parecia dizer a verdade, êle próprio sentia uma certa necessidade de acreditar nela.

— Mas aquêlo retrato...

— Nunca tive coragem de me desfazer dêle, foi a única coisa que guardei de Fernando.

O aguilhão de ciúme feria-lhe a alma e êle falava com um tom irônico que nunca descobrira em si antes.

— Talvez você nunca o tenha esquecido e depois de morto continue amando a memória dêle!

Ela baixou os olhos. Continuou a folhear o livro sem prestar atenção ao que estava impresso nas páginas.

Êle resolveu encerrar a questão. Acreditava nas palavras da espôsa, precisava acreditar nas palavras dela, principalmente por uma grande necessidade interior. Fêz-se silêncio entre os dois. Aparentemente, tudo voltaria a ser como antes, mas à noite, quando êle se deitava ao lado da mulher, lembrava-se do retrato: "Para Marlene, com a admiração, o amor e o carinho de Fernando".

A MESMA HISTÓRIA

Era um homem estranho. Via-se poucas vêzes na rua e, se o viam, era sempre sòzinho. A vida parecia-lhe coisa com que não valia a pena preocupar-se. Em seu rosto, estampava-se uma expressão ao mesmo tempo amarga e resignada. Em tôrno dêle giravam certos comentários: muita gente dizia-o louco. Explicavam alguns que o conheciam melhor, que a morte da mulher tinha-lhe afetado o juizo. Falava pouco e, quando o fazia, era sempre para contar a mesma história:

“Sempre fui um homem normal, e a minha vida, igual à de qualquer outro. Fui criança como todo mundo, não tinha preocupações e a vida passava por mim sem que eu sentisse. Gostava das flôres perfumadas, de ouvir cantar os pássaros nas manhãs de sol, de ver a primeira estrêla surgir no firmamento escuro... enfim, eu amava as coisas simples e belas. Cresci. E o mundo modificou-se aos meus olhos. Já não me importavam os pássaros, nem as flôres, nem as estrêlas. Tudo se tornou muito diferente. Casei-me. Não sei se havia amor entre mim e a mulher, mas, pelo menos, havia compreensão, e, posso dizer que fui feliz por algum tempo. Fui feliz, sim, até que certo dia, dei com a mulher a morrer. Corri a procurar um médico. Quando a examinou, ela já não vivia. “Coração” — disse o médico sêcamente. Achei estranho que ela morresse assim, tão simplesmente e cheguei à conclusão que a vida pouco ou nada vale. De uma hora para a outra, quando menos se espera, a morte surge e põe fim a uma existência cheia de esperanças. Notei então que alguma coisa se transformava em mim. Tornei-me indiferente a tudo. Pouco me importava como acontecessem as coisas, para mim, tudo estaria bem. Muita gente dirigia-me palavras de confôrto, tentando dar-me interesse pela vida. É muito fácil consolar quando não se tem o sofrimento na alma. O tempo foi passando e, naturalmente, essas pessoas deixaram de se preocupar comigo. Eu lia os jornais todos os dias. Interessava-me sobretudo pelos anúncios fúne-

bres. Estranho gosto, concordo, porém, depois da morte dela, eu gostava de saber quantos mais iam deixando de existir. Mas, mesmo lendo todos os jornais, era impossível ter uma idéia exata. Andava sozinho pelas ruas e, se encontrava algum casal de namorados, não podia deixar de me lembrar que também nós havíamos passeado juntos por jardins e avenidas e eu não suspeitava que ficaria só. Eles também não se lembravam que um dia, um estaria sozinho, aumentando a solidão do mundo e talvez passasse então a viver como eu: olhando a vida agitar-se em redor sem tomar parte nela, apenas esperando pacientemente o fim da solidão.”

Não gostava que ninguém o confortasse quando terminava a sua história. Preferia o silêncio. Procurava com os olhos algum ponto fixo no espaço e ficava muito tempo absorto, olhando o vazio. A vida não tinha sentido para ele, e a solidão pesava-lhe como um fardo que precisava arrancar de si. O seu rosto era feito de tristeza e resignação, em qualquer parte, contava sempre a mesma história.

VISÕES NOTURNAS

Estranho, não saber aonde levam os próprios passos. Mas não importa. Não importa aonde vá, que caminhe ao acaso, sem destino. Quero apenas esquecer os pensamentos que me preocupam, que me deprimem, que quase me impedem até de respirar.

A noite está fria. O vento sopra forte. Agrada-me o cheiro de maresia que êle traz. Encosto-me ao parapeito da ponte e respiro êste ar profundamente. Sinto-o percorrer-me, chegar aos pulmões. O ar frio faz-me bem, deixa-me mais calmo.

Lá embaixo, o rio passa devagar. Hoje está mais cheio. Os anúncios luminosos apagam e acendem e refletem as suas côres na água. A cidade iluminada cheira a progresso e civilização, mas, aqui, no meio de tôda esta gente que a habita, estou mais só do que num planêta estranho e desabitado.

Voltaram os maus pensamentos. Não consigo libertar-me. Parece que o vejo a todo instante: rosto vermelho e suarento, olhos muito abertos por trás dos óculos redondos de aros grossos — “Já atendeu o Dr. Fulano? Faça isto, faça aquilo... O balcão está cheio de gente!...” — e não o posso mandar para o inferno. Sinto que a qualquer momento perderei a paciência, e então, tenho certeza, as coisas mudarão.

Um cego passa por mim apalpando o chão com uma bengala. Sujo, esfarrapado, implora uma esmola, erguendo de vez em quando a voz numa lamúria triste. Deve ter também os seus problemas, talvez até mais graves do que os meus. Um bando de moleques cerca o cego, tiram-lhe a bengala. Êle tenta apanhá-los. Desorientado, corre para um lado e para o outro com os braços estendidos como a brincar de cabra-cega. Os moleques fogem, correm com a bengala. Passam por mim, estão sujos, descalços, riem muito, gritam palavrões. Atiraram no rio a bengala do cego.

A água escura desliba calmamente. Os néons apagam e

acendem e a água reflete um brilho trêmulo, fantástico. Lembro-me de uns versos que li não sei onde:

*Cuidado ó minha Dor, não sejas tão hostil.
Reclamavas a Tarde; ei-la que vem descendo:
Cobre a cidade tôda uma treva sutil,
A uns trazendo a inquietude, a outros a paz trazendo.*

Gostaria de ser um poeta e pôr nos meus versos tôda a solidão e angústia do mundo.

Hoje ela telefonou. Chorava. Ouvi um soluço que deixou escapar. Prometi-lhe ir vê-la amanhã, mas não irei. Tenho pena, mas que posso eu fazer? Afinal, não sou apenas eu que me aborreço com a vida, não sou apenas eu que tenho problemas. Nem todos vivem como querem e, isso não deixa de ser um consôlo. Mas não é uma solução. O mundo inteiro em desespêro não me deixaria mais conformado.

Há quanto tempo estarei aqui? horas talvez. Não sinto passar o tempo. Há pouco, uma mulher muito pintada, cheirando a perfume barato, aproximou-se de mim e pediu-me um cigarro. Eu não fumo, ela afastou-se sem dizer palavra.

O frio torna-se mais intenso. Ando um pouco. A cidade agora está quase silenciosa e algumas luzes apagaram-se. Os carros passam rápidos para lá e para cá. Há pouca gente na rua, só nos bares e casas noturnas ainda resta algum vida. Sinto-me cansado. O relógio do edifício do Correio marca quase uma da madrugada. É tarde, volto para casa.

REALIDADE OU PESADELO?

Madrugada. O relógio da sala bateu três horas. A noite arrastava-se com lentidão. Não conseguia dormir. Virava-se e revirava-se na cama e o calor sufocante tornava-lhe o corpo pegajoso de suor. Ainda tinha nos ouvidos a angústia daquele grito, e o remorso, aquela sensação de culpa que o atormentava, espantava-lhe o sono.

Aproximava-se a noite. Aquêllecanto afastado da cidade estava praticamente deserto. Êle vira apenas uma mulher sentada na margem empedrada do rio, olhando a corrente barrenta que arrastava detritos e plantas aquáticas. Passou sem lhe dar importância. Alguns passos adiante, o ruído de alguma coisa caindo na água e o grito penetrante por entre gorgolejos angustiados, fizeram com que êle se voltasse. Já não viu a mulher. Olhou instintivamente a correnteza suja, ela debatia-se na água. Subiu à margem empedrada do rio, mas hesitou em atirar-se e a mulher distanciava-se rapidamente. Desapareceu ao longe, num emaranhado de plantas levadas pela correnteza. Por que não se jogara? Não se julgava um covarde, mas estranhava a sua própria atitude. Olhou em torno vendo se alguém o observava. Ninguém na rua. Começou a caminhar apressadamente, apertando mais e mais o passo, acabando por correr desesperadamente como se alguma coisa o perseguisse ou quisesse fugir da própria sombra.

Na sala de jantar, o irmão lia o jornal do dia. Precisava contar aquilo a alguém. Era uma necessidade, tinha que desabafar. Mas o irmão estava tão absorto na leitura... Mesmo assim arriscou:

— Uma mulher suicidou-se hoje.

O irmão não respondeu. Continuava atento à leitura, o jornal aberto à sua frente. Mas o outro precisava exteriorizar a sua angústia e tentou outra vez:

— Uma mulher suicidou-se hoje.

O irmão, com ar aborrecido, falou por entre os dentes:

— Isso acontece todos os dias. E continuou a ler.

Precisava contar a alguém, alguém tinha que o ouvir. Sabia que se sentiria melhor depois de haver contado aquilo. Não conseguia afastar da cabeça a lembrança da mulher sendo arrastada pela correnteza. Por que não se jogara? Talvez tivesse conseguido salvá-la... E procurava justificar-se: — A correnteza arrastou-a muito depressa... Mas isso não o convenia e aquêlê sentimento de culpa roía-lhe a alma.

Caminhou até à porta. Lá fora a noite cobria tudo de negro. Precisava desabafar, tirar do peito a carga esmagadora.

Sairia e contaria aquilo ao primeiro vagabundo que encontrasse. Depois poderia voltar para casa. Andou um pouco pela rua. Estranho: não havia ninguém. A rua estava completamente deserta. Começou a apoderar-se dêlê um grande pavor. Olhava assustado o negror acentuado das sombras das árvores, o menor ruído sobressaltava-o. Um verdadeiro pânico dominou-o e êle correu para casa como um louco fugindo do invisível.

Talvez pudesse encontrar sossêgo no esquecimento do sono. Deitou-se, mas não conseguia dormir. Os ruídos da noite perturbavam-no, o relógio da sala batia as horas e aquelas pancadas ressoavam-lhe lùgubrememente nos ouvidos como um som triste e distante que viesse de um outro mundo. O suor tornava-lhe o corpo pegajoso. O que teria sido feito da mulher? Teria se jogado de propósito ou caído acidentalmente à água? Naquela correnteza, dificilmente escaparia. E o remorso de nada ter feito para a salvar queimava-o por dentro. Levantou-se sem saber para quê e na escuridão, tropeçou numa cadeira que tombou com estrépito. Assustou-se, ficou parado no meio da casa sem conseguir mover-se, a respiração suspensa, o coração batendo como louco. Voltou às apalpadelas para a cama.

Saiu, ainda as brumas da madrugada empanavam o ar. Sentia-se melhor com a manhã. Ninguém na rua. Caminhava mecânicamente sem saber para onde e, surpreso, foi dar consigo à beira do rio, exatamente no local onde vira a mulher na tarde

anterior. Como fôra parar ali? Que misteriosa fôrça o arrastara?

O sol dissipou as névoas da madrugada. O mundo acordava, algumas pessoas surgiram na rua, procurando os seus destinos. Olhou o rio, agora passando lentamente, a água quase limpa. A luz da manhã feria-lhe a vista, mas uma sensação de bem-estar dava-lhe um enorme alívio. Já não sentia aquela angústia da noite anterior. Podia respirar livremente. Envolvia-o uma grande tranquilidade e diante da paz daquela manhã, lembrando-se do tormento da noite, não pôde deixar de se perguntar:

— Teria acontecido realmente, ou tudo não passou de um pesadelo?

A FUGA

Não, não, as prisões não foram feitas para mim! Só os pássaros podem viver e cantar engaiolados, olhar através de grades o vasto mundo que há lá fora e ainda saltitarem para cá e para lá numa aparente alegria. Mas até os pássaros fogem se encontram a porta aberta e eu também não pretendo ficar aqui muito tempo.

A frase está gasta, tôdas as gerações a disseram mas eu repito-a: maus tempos êstes! Maus tempos, sim, o menor deslize, a menor distração e estamos atrás das grades. Mas não será por muito tempo, cá está a minha liberdade: consegui roubá-la ao sujeito que me trouxe o feijão estragado do jantar. Parece estranho, sim, afinal, de que serve uma colher para se fugir dêste buraco? Mas dará certo, tenho certeza. As paredes estão velhas e esfarelam-se numa calça rala. As barras de ferro da janela estão praticamente sôltas, deslocadas da parede, giram em tórno de si mesmas. Com um pouco de tempo e paciência, cavo a parede até tirar duas barras e de manhã estou na rua. O maior problema, é o guarda que fica aí fora da sentinela durante tôda a noite, mas isso também se resolve. Ele leva aproximadamente cinco minutos para dar a volta à cadeia. Quando dobrar a esquina, começo a trabalhar rapidamente, quando sentir que se aproxima, paro. Daqui a uma hora, quando a cadeia adormecer, começo o serviço.

Agora parece que só o guarda está de pé. Tudo muito quieto. Posso começar. Espero que o guarda passe no seu caminhar lento, deixo-o virar a esquina... Agora! Parece que isto não vai ser difícil. A parede desfaz-se como manteiga a derreter-se, até com as unhas se poderia fazer êste trabalho. Acho que o govêrno devia fazer prisões novas, a menos que não queira realmente segurar os prêsos por muito tempo. Na verdade, não é lá grande negócio dar comida a prêsos que passam o dia dormindo. Mas também, que comida! Feijão preto bichado todos os dias e uma vez por outra, um pedaço de sebo ou um

osso que nem os cães gostariam de roer. E chamam a isso comida! Aí vem o guarda! Deito-me embaixo da janela e espero que êle passe, no seu passo lento, devagar, devagar...

Dobrou a esquina outra vez. Voltemos ao trabalho. Encontrei agora um tijolo que me atrapalha o serviço, mas nestas paredes, até os tijolos se desfazem. Com um pouco de tempo e paciência, tenho novamente o caminho livre. A ferramenta é boa. A colher de ferro rasga a parede como uma broca. De manhã estou na rua. Prisões não foram feitas para mim!

Falta pouco, mais alguns centímetros e a primeira barra estará fora. Soltando-a da parede de baixo, não haverá dificuldade para a tirar de cima. O ferro está praticamente solto, basta rodá-lo para um lado e para o outro até desgastar a parede suficientemente para o tirar. Pronto, a primeira barra já está. Mas deixo-a ficar no lugar, não vá o guarda notar-lhe a falta. Agora vamos à segunda.

Ainda é cedo. Descanso um pouco, deixo passar o guarda e recomeço. O calor é sufocante, está uma noite abafada, mas a escuridão que há lá fora vai me ajudar bastante.

Gostaria de saber as horas. Ainda não devem ser duas e às três já não estarei aqui. A segunda barra sairá tão bem quanto a primeira, estas paredes são feitas de lixo ou coisa pior. Outro tijolo. O barro vermelho mal cosido, parte-se em lascas. O centro do tijolo é escuro, quase preto e mais mole ainda. Tijolos velhos, feitos à mão, queimados em fornos de barro, não são tijolos para cadeias. Pronto. Em baixo já está. Agora um torsão, outro, mais outro... Aí vem o guarda! Passou. Mais um puxão e a barra está fora. Duas é o suficiente para passar, sempre disse que há certas vantagens em ser magro.

Deixo no lugar as duas barras soltas, por causa do guarda, descanso um pouco e já estarei livre dêste buraco. A manhã ainda vem longe, tenho muito tempo. O rio está a uns trezentos metros, assim que o guarda passar, retiro as barras, corro até ao rio, atravesso-o a nado e entranho-me nas canas do outro lado. Deixo aqui a colher, para êles verem a minha ferramenta.

Está na hora de me preparar. Encosto-me à parede, o

guarda vai passar agora. É preciso andar depressa. Passou. Tiro as barras, quando êle dobrar a esquina, pulo a janela. Agora! Depressa, é preciso chegar ao rio antes que o guarda dê a volta. Tudo bem, até agora, nenhum alarme, ninguém me segue. Jogo-me na água, é preciso nadar rapidamente. O rio é estreito, mais umas braçadas... Agora, meto-me entre as canas, não olho para trás, é preciso correr. As fôlhas das canas ferem-me o rosto, sinto o faro dos cães que me perseguem. Não, não, é só impressão, ninguém me persegue, não atravessariam o rio. Preciso correr, correr mais, mais depressa, a manhã aproxima-se, os cães perseguem-me, tenho que fugir, fugir sempre, fugir cada vez mais.